

**XII CONGRESSO NACIONAL
DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA**

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos
Em Homenagem a Othon Moacyr Garcia*

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
(de 25 a 29 de agosto de 2008)**

Cadernos do CNLF

Vol. XII, N° 17

**QUESTÕES LINGUÍSTICAS
E GRAMÁTICAS**

**Rio de Janeiro
CiFEFIL
2009**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
DEPARTAMENTO DE LETRAS

Reitor

Ricardo Vieir Alves de Castro

Vice-Reitora

Maria Christina Paixão Maioli

Sub-Reitora de Graduação

Lená Medeiros de Menezes

Sub-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa

Monica da Costa Pereira Lavalle Heilbron

Sub-Reitora de Extensão e Cultura

Regina Lúcia Monteiro Henriques

Diretora do Centro de Educação e Humanidades

Glauber Almeida de Lemos

Diretor da Faculdade de Formação de Professores

Maria Tereza Goudard Tavares

Vice-Diretor da Faculdade de Formação de Professores

Catia Antonia da Silva

Chefe do Departamento de Letras

Márcia Regina de Faria da Silva

Sub-Chefe do Departamento de Letras

Leonardo Pinto Mendes

Coordenador de Publicações do Departamento de Letras

José Pereira da Silva

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Rua São Francisco Xavier, 512 / 97 – Mangueira – 20943-000 – Rio de Janeiro – RJ
eventos@filologia.org.br – (21) 2569-0276 – **www.filologia.org.br**

DIRETOR-PRESIDENTE

José Pereira da Silva

VICE-DIRETORA

Cristina Alves de Brito

PRIMEIRA SECRETÁRIA

Délia Cambeiro Praça

SEGUNDO SECRETÁRIO

Sérgio Arruda de Moura

DIRETOR CULTURAL

José Mario Botelho

VICE-DIRETORA CULTURAL

Antônio Elias Lima Freitas

DIRETORA DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Valdênia Teixeira de Oliveira Pinto

VICE-DIRETORA DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Maria Lúcia Mexias-Simon

DIRETORA FINANCEIRA

Ilma Nogueira Motta

VICE-DIRETORA FINANCEIRA

Carmem Lúcia Pereira Praxedes

DIRETOR DE PUBLICAÇÕES

Amós Coêlho da Silva

VICE-DIRETOR DE PUBLICAÇÕES

Alfredo Maceira Rodríguez

**XII CONGRESSO NACIONAL
DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA
de 25 a 29 de agosto de 2008**

COORDENAÇÃO GERAL

*José Pereira da Silva
Cristina Alves de Brito*

COMISSÃO ORGANIZADORA E EXECUTIVA

*Amós Coêlho da Silva
Ilma Nogueira Motta
Maria Lúcia Mexias Simon
Antônio Elias Lima Freitas*

COORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE APOIO

*José Mario Botelho
Valdênia Teixeira de Oliveira Pinto
Silvia Avelar Silva*

COMISSÃO DE APOIO ESTRATÉGICO

Laboratório de Idiomas do Instituto de Letras (LIDIL)

SECRETARIA GERAL

Silvia Avelar Silva

SUMÁRIO

0. Apresentação – <i>José Pereira da Silva</i>	07
1. A construção da voz passiva na perspectiva tradicional e na teoria funcionalista – <i>Elaine Meireles Evangelista</i>	09
2. A força argumentativa das funções acessórias: o adjunto adnominal em foco – <i>Fabiane Celeste Pereira Galiza</i>	20
3. A transitividade de verbos de movimento – <i>Juliana dos Santos</i>	29
4. Implicações sígnicas no projeto PUCSPiano da gramática científica do português envolvendo a perspectiva peirciana e saussuriana, como novas trinitariedades – <i>Edson Sendin Magalhães</i> ...	36
5. Oficina de fotografia e a produção de saberes do cotidiano: a "invenção" de dispositivos de produção de pistas para pesquisa no Ensino Médio – <i>Bruno Deusdará</i>	69
6. Os verbos <i>dicendi</i> na construção de personagens da literatura brasileira – <i>Ilana da Silva Rebello Viegas</i>	81
7. Poder, terror e guerra: metáforas conceituais justificando eventos bélicos – <i>Sérgio Nascimento de Carvalho</i>	93
8. Símbolos linguísticos- verbais e não verbais – <i>Maria Lúcia Mexias-Simon</i>	114
9. Uma visão formal e funcional dos verbos ir, vir, chegar, morar – <i>Lúcia Helena Peyroton da Rocha e Aline Moraes Oliveira</i> ...	125
10. Verbos psicológicos: a relação entre a perspectiva do evento, a realização morfológica e os gêneros textuais – <i>Evelyne Dogliani e Carolina Dias Cunha</i>	138
INSTRUÇÕES EDITORIAIS	152

APRESENTAÇÃO

Temos o prazer de apresentar-lhe os dez textos resultantes dos trabalhos apresentados por Aline Moraes Oliveira (p. 125-137), Bruno Deusdará (p. 69-80), Carolina Dias Cunha (p. 138-150), Edson Sendin Magalhães (36-68), Elaine Meireles Evangelista (p. 09-19), Evelyne Dogliani (p.138-150), Fabiane Celeste Pereira Galiza (p. 20-28), Ilana da Silva Rebello Viegas (p. 81-92), Juliana dos Santos (p. 29-35), Lúcia Helena Peyroton da Rocha (p.125-138), Maria Lúcia Mexias-Simon (p. 114-124) e Sérgio Nascimento de Carvalho (p. 93-113) no XII Congresso Nacional de Linguística e Filologia, nos dias 25 a 29 de agosto de 2008, relacionados ao tema “Questões Linguísticas e Gramaticais”, numericamente relacionados abaixo e acompanhados dos resumos (extremamente resumidos) para caberem nestas duas páginas de apresentação.

O primeiro trabalho trata da construção da voz passiva sob a perspectiva da teoria funcionalista, considerando aspectos pragmáticos, semânticos e sintáticos na análise de notícias veiculadas em jornais televisivos e na internet sobre o caso da menina Isabella Nardoni.

O segundo investiga a função dos adjuntos adnominais para além das definições nas quais estes são entendidos meramente como "termos acessórios", abordando a sua importância no que tange à argumentação.

O terceiro faz uma análise partindo dos estudos tradicionais, passando por diversas teorias linguísticas, para chegar a uma visão funcionalista do fenômeno da transitividade em verbos de movimento.

O quarto artigo trata da gramática científica do português, envolvendo a perspectiva peirciana e saussuriana, como novas trinitariedades em estudos desenvolvidos na PUC de São Paulo.

O quinto artigo analisa textos produzidos a partir de uma exposição de fotografias como a "invenção" de dispositivos de produção de pistas para a pesquisa em uma escola pública de ensino médio.

O sexto analisa os verbos dicendi no discurso reportado citado em duas obras literárias, cotejando nelas a múltipla funcionalidade desses verbos para oferecer ao professor de língua materna um

material teórico-metodológico para o ensino de leitura/interpretação/ produção textual mais produtivo no que diz respeito aos VDs.

O sétimo investiga criticamente fatos e acontecimentos em atos de guerra, confirmando a hipótese de que o fato de metáforas serem frequentemente usadas para justificar ações ou (re)ações.

O oitavo estuda o simbolismo do "zero" como signo linguístico e/ou numérico, constituindo ponte entre linguagem verbal e não verbal.

O nono analisa o comportamento de alguns verbos, como *ir*, *vir*, *chegar* e *morar*, coletados em relatos de opinião, trabalhando-se com uma visão tradicional da transitividade verbal, perpassando pela gramática de valências e chegando ao funcionalismo.

O décimo e último observa a existência de variação nas propriedades dos verbos psicológicos de acordo com os gêneros textuais e avalia a presença de algumas propriedades dos verbos psicológicos, como a preferência por experienciador na posição de sujeito ou de objeto sintático da frase, além da relevância dos gêneros textuais e da realização morfológica na forma em que o verbo se apresenta no texto.

Todos esses textos, estão disponibilizados na página virtual <http://www.filologia.org.br/xiicnlf/17> para serem utilizados e divulgados livremente, pedindo-se apenas que não deixem de citar o autor e o lugar de onde for extraído qualquer fragmento ou informação.

Rio de Janeiro, agosto de 2009.

José Pereira da Silva

A CONSTRUÇÃO DA VOZ PASSIVA NA PERSPECTIVA TRADICIONAL E NA TEORIA FUNCIONALISTA

Elaine Meireles Evangelista (UFES)
elainemeirelesevangelista@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O estudo da construção de voz passiva nas gramáticas tradicionais e nas gramáticas escolares parece ter sido relegado a segundo plano. Se observarmos o capítulo destinado a tratar desse assunto, este nos parece incompleto e descontextualizado em grande parte das gramáticas. O que pode estar associado ao fato desses compêndios considerarem a língua como um código fechado e elegerem frases descontextualizadas como unidade de análise, desconsiderando a dinamicidade da língua em uso.

Pretendemos neste artigo tratar a construção da voz passiva sob a perspectiva da teoria funcionalista, considerando aspectos pragmáticos, semânticos e sintáticos, a análise será feita oportunamente em notícias veiculadas em jornais televisivos e na internet sobre o caso da menina Isabella Nardoni, menina de 05 anos assassinada em São Paulo no dia 29 de março de 2008. Isso porque ao verificarmos as ocorrências da voz passivas referentes a esse caso, podemos perceber que é por meio do fluxo informacional dos textos que a construção da voz passiva traduz o uso real e contextualizado da língua.

Assim, observaremos de que forma a construção de voz passiva é apresentada nas gramáticas de Said Ali (1964), Bechara (2004), Rocha Lima (2005) e Abreu (2006). O objetivo é verificar o tratamento dado por esses autores ao fenômeno da voz verbal para então fundamentar a análise à luz do funcionalismo, que considera a construção da voz passiva a partir de domínios multifatoriais, definidos por Givón (1981).

UM POUCO DE TRADICIONALISMO

As gramáticas tradicionais tratam da construção de voz passiva de forma superficial quando não inadequada, uma vez que apenas a classificam em: analítica, quando o paciente da ação verbal é o sujeito da oração, formada, normalmente, pelo verbo auxiliar *ser* + particípio passado de verbos transitivos diretos + preposição *por* ou *pela* (preposição *por* + artigo *a*) + agente da passiva, como, por exemplo, “A casa *foi construída* por este engenheiro”; e sintética quando há a ocorrência do pronome clítico *se* com verbos transitivos diretos na terceira pessoa seguidos de um sintagma nominal (SN) com valor semântico de paciente, ex: “*Alugam-se* casas”.

Entretanto, apesar da generalidade da definição e classificação da voz passiva, percebemos que não há um consenso entre os gramáticos em relação a essa definição. Em Bechara (2004), a definição não difere da tradicional, apesar de incluir entre os verbos que funcionam como auxiliares nessas construções, os verbos *estar* e *ficar*. O autor também ressalta a diferença entre passividade e voz passiva, em que aquela nem sempre corresponde a uma voz passiva, podendo estar na voz ativa se o verbo tiver sentido passivo, ex.: “Os criminosos *receberam* o castigo merecido.” (2004, p. 222). Ainda em Bechara (2004), a voz sintética é tratada como reflexiva quando a ação verbal reverte-se ao próprio agente (sentido reflexivo propriamente dito), quando atua reciprocamente entre mais de um agente (reflexivo recíproco), quando o sentido é de impessoalidade e quando o verbo é empregado em forma reflexiva propriamente dita. O autor deixa lacunas ao não exemplificar cada uma das ocorrências da voz reflexiva apontadas por ele, o que torna difícil a compreensão.

Rocha Lima (2005) também não inova na explicação da voz passiva, somente diz que a preposição *de* pode, em alguns casos, introduzir o agente da passiva, ex.: “Nosso chefe *era* muito *estimado de superiores e subalternos*.” (2005, p. 254). Nos casos de voz passiva analítica em que o agente da passiva é omitido, Rocha Lima (2005) diz que essa omissão se deve ao fato de que o agente ser irrelevante.

Na “Gramática secundária e gramática histórica da Língua Portuguesa”, Said Ali (1964), divergindo dos gramáticos citados, diz que alguns verbos intransitivos podem construir orações em voz pas-

siva desde que tenham por complemento um nome regido pela preposição *a*, ex.: “Os meninos obedecem *ao* mestre / O mestre *é* *obedecido*”. Assim como Bechara (2004), Said Ali (1964) também trata da voz reflexiva, entretanto, classifica-a como voz medial, ressaltando que essa construção é empregada em quatro casos com significações diferentes. O primeiro caso ocorre quando o sujeito pratica ação verbal sobre si mesmo, ex.: “Pedro *matou-se*”; no segundo caso aparece estado ou condição nova em que a forma reflexiva equivale à combinação do verbo *ficar* com particípio do pretérito, ex.: “Renato *feriu-se* nos espinhos”, forma equivalente à: “Renato *ficou ferido*.”; já no terceiro caso o ato material ou movimento que o sujeito executa sobre si mesmo é idêntico ao que executa em coisas ou outras pessoas, sem que haja propriamente a ideia de direção reflexa como no primeiro caso, em que o ex.: “*Afastei-me* do fogo” é semelhante á ex.: “*Afastei a criança, o livro* do fogo”; e no quarto e último caso ocorre quando o sujeito é afetado, ex.: “Colombo *atreveu-se* a empreender viagem tão arriscada”. Nesse último caso, o autor faz um alerta para o fato de não haver uma regra que possa determinar quais os verbos que devem construir estruturas com esse sentido, uma vez que muitos verbos denotam atos em que o sujeito é afetado em construções na voz ativa. Isso ocorre devido a uma questão de uso, já que alguns verbos essencialmente reflexivos têm como sinônimos verbos que não necessitam do pronome reflexivo, como, por exemplo: *ousar* e *atrever-se*.

Já Abreu (2006), fala sobre a construção de voz verbal de um ponto de vista que aponta para uma abordagem funcionalista. O autor classifica as construções das vozes verbais em: voz ativa (ordem canônica: sujeito-verbo-objeto e/ou complementos, SVC/SVC), voz passiva e voz medial. Abreu (2006, p. 119) divide a voz passiva em analítica (com verbo auxiliar *ser*) e em pronominal. A analítica é aquela em que o objeto direto passa a ocupar a função de sujeito e o termo que desempenhava a função de sujeito é transferido para o predicado, precedido, em geral, pela preposição *por*. Ex: “Ana Paula *fechou* as portas” (voz ativa). “As portas *foram fechadas por* Ana Paula” (voz passiva). Nesse ponto, Abreu (2006) explica que o SN *as portas* passou a ser sujeito, com o qual o verbo concorda. O outro SN, *Ana Paula*, foi transferido para o predicado, recebendo o nome de complemento agente da voz passiva. Já a voz passiva pronominal

é a construção da voz passiva com o auxílio do pronome *se*, ex.: “Pinturas preciosas *salvaram-se*, durante o ataque da máfia em Florença, graças às cortinas de vidro blindado”. Segundo Abreu (2006), esse tipo de construção é identificada quando há a impossibilidade de o sujeito ser um argumento agente. Como, por exemplo, o verbo batizar, em que o sujeito não pode ser o agente da ação de batizar-se a si próprio. Aponta ainda como outra característica da voz pronominal, a ausência completa do agente da passiva.

Abreu (2006) pontua ainda que nem todas as construções ativas possuem passivas correspondentes, isso porque para serem passivas as construções ativas devem ser prototípicas, ou seja, aquelas em que o sujeito é sempre agente. Ex: “Maria *levou* a mala”, construção ativa prototípica, o que possibilita a construção na voz passiva, ex.: “A mala *foi levada* por Maria”; já em “Maria *levou* um tiro” Maria é paciente, não podendo, portanto ser transformada em voz passiva: “Um tiro *foi levado* por Maria”, parece-nos que nessa construção o que temos é a passividade a que se referiu Bechara (2004, p. 222); entretanto, o exemplo arrolado por este autor é aceitável, pois a passividade parece depender do traço semântico do verbo. Dessa forma, se o exemplo dado por Abreu (2006) fosse: “Um tiro *foi recebido* por Maria”, a oração seria aceitável. Nesse sentido, Abreu (2006) afirma que uma construção ativa somente poderá ser transformada em passiva se o sujeito for um agente, ou seja, requer um verbo de ação. O autor ressalta ainda que há construções análogas à voz passiva pronominal, as construções com verbos intransitivos, ex: “*Anda-se* muito de bicicleta em cidades planas”, nessa oração o agente experienciador é indeterminado, sendo apenas pressuposto. Abreu (2006) explica que “como não há nenhum termo com que o verbo possa concordar, essas orações não têm sujeito” (Abreu, 2006, p. 120).

A voz medial para esse autor é classificada a parte da voz passiva, sendo distinguida em: medial reflexiva e medial recíproca. A voz medial é representada na “construção em que o verbo, na voz ativa, tem um objeto direto representado por um pronome átono, referente à pessoa do sujeito” (Abreu, 2006, p. 121). Na reflexiva, o sujeito é um agente/experienciador, ex: “Maria *penteou-se*”; e na recíproca, dois ou mais sujeitos exercem, ao mesmo tempo, “a função

de agente e de paciente do mesmo processo, ex.: Os namorados *beijaram-se.*” / Pai e filho *abraçaram-se.*

OS PRINCÍPIOS DA GRAMÁTICA FUNCIONALISTA

Uma Gramática Funcional, segundo Dik (*apud* Neves, 2004), deve conformar três princípios de adequação explanatória, especialmente de natureza descritiva: **adequação pragmática**, que apresenta maior relevância na teoria, uma vez que uma Gramática Funcional deve ser concebida como uma teoria integrada a um modelo de usuário de língua natural; **adequação psicológica** que define a compatibilidade entre a descrição gramatical e hipóteses psicológicas fortemente evidentes a respeito do processamento linguístico, que determinam a maneira como as expressões são percebidas, interpretadas, armazenadas, recuperadas e produzidas; **adequação tipológica**, pois além de fornecer gramáticas para línguas tipologicamente diferentes, ela deve explicar as similaridades e as diferenças entre os diversos sistemas linguísticos.

A CONSTRUÇÃO DA VOZ PASSIVA NA PERSPECTIVA FUNCIONALISTA

Na perspectiva funcionalista, a língua não é um sistema autônomo e sim dependente do contexto social, da atuação dos falantes em situações reais de fala. Desse modo, as estruturas sintáticas são motivadas pelos diferentes contextos, o que se aplica também nas análises da voz passiva.

Na literatura linguística, a oração ativa é identificada como a estrutura sintática mais básica (prototípica), o padrão neutro. Por sua vez, a oração passiva é tratada como uma estrutura complexa, o padrão marcado (Furtado da Cunha, 2000, p.108).

O princípio de marcação estabelece três critérios principais para a distribuição entre categorias marcadas de categorias não-marcadas, em um contraste binário:

a) Complexidade estrutural: a estrutura marcada tende a ser mais complexa que a estrutura não-marcada correspondente;

b) Distribuição de frequência: a estrutura marcada tende a ser menos frequente do que a estrutura não-marcada correspondente; e

c) Complexidade cognitiva: a estrutura marcada tende a ser cognitivamente mais complexa do que a estrutura não marcada correspondente (Martelotta; Areas, 2003, p. 34).

Sendo assim, a complexidade da passiva não é algo apenas sintático, devendo ser explicada com referência ao seu uso na comunicação. Segundo Furtado da Cunha, “a complexidade pressuposicional da passiva resulta do fato de que a maioria dessas orações tende a envolver um agente pressuposto, que é identificável do contexto discursivo ou do conhecimento pragmático geral” (apud Furtado da Cunha, 1989). Em outras palavras, a voz passiva por quebrar a ordem dos constituintes na voz ativa (mais prototípica) não apresenta o agente de forma tão clara quanto às construções ativas, daí decorre grande parte do grau de pressupocionalidade dessas construções.

Numa perspectiva funcional, a construção da voz verbal deve ser vista a partir de um olhar semântico-oracional e pragmático discursivo, portanto a construção passiva é definida como um **domínio multifatorial** e, por isso, sujeita a uma caracterização prototípica a partir da qual ganham contorno próprio (Camacho, 1999).

Segundo Givón (1981), por ser um conceito multifuncional a voz passiva envolve três domínios funcionais:

Topicalidade: sujeito agente da sentença ativa deixa de ser o tópico, atribuindo-se essa função a um argumento não-agente, geralmente o paciente, também chamada de voz passiva pessoal. Ex: *Pedro quebrou o vaso \ O vaso foi quebrado por Pedro.*

Impessoalidade: suprime-se a identidade/presença do sujeito/agente da sentença ativa.

Ex: *Quebrou-se o vaso. / O livro foi rasgado.*

Detransitividade: a sentença passiva se torna semanticamente “menos ativa”, menos transitiva, mais estativa. Ex: *O pneu furou. / O copo quebrou.*

O principal interesse de Givón (1981) é estabelecer uma caracterização morfossintática das construções passivas mediante a combinação dessas três propriedades, com base na alegação de que essa caracterização é escalar, não exatamente discreta.

A respeito da relativa topicalidade do SN argumental, Givón (1994 *apud* Camacho, 1999) diz que é possível analisá-la com base em dois parâmetros **acessibilidade anafórica e persistência tópica**, tendo por princípio o fato de que a topicalidade de referentes nominais, cognitivamente significativos, pode ser metodologicamente mensurável.

GRAU DE TRANSITIVIDADE

A complexidade da passiva, do ponto de vista sintático, é explicada pela ordenação dos constituintes da oração, pois na construção passiva a ordem é mais comum (SVO), “em que sujeito e objeto [...] correspondem aos papéis semânticos de agente e paciente respectivamente” (Furtado da Cunha, 2000, p. 108).

Assim, se em português os SN's agentes (sujeito e tópico) tendem a ocupar a posição inicial da oração e os SN's pacientes (objeto) ocorrem mais frequentemente na posição pós-verbal, a estrutura de passiva afeta a correspondência entre os papéis semânticos e relações gramaticais, pois permite que o objeto de um verbo semanticamente transitivo passe para a posição de sujeito e tópico e, o agente é omitido ou apresentado num sintagma preposicionado (Furtado da Cunha, 2000)

Versando sobre a transitividade semântica do verbo Camacho (2006) diz que muito provavelmente, são os verbos de ação [+dinâmico,+controlado] os que prototipicamente desencadeiam as construções passivas. São os traços semânticos que possibilitam a construção passiva.

A GRADAÇÃO DAS CONSTRUÇÕES DE VOZ VERBAL NO CASO ISABELLA NARDONI

Para exemplificar a gradação da construção de voz verbal à luz da teoria funcionalista, elegemos as notícias concernentes ao caso Isabella Nardoni. Esse caso foi escolhido porque a construção de passiva é muito produtiva em textos que tratam de assuntos em que não é conveniente e nem adequado apontar os agente, uma vez que nesses casos é necessário que se prove em juízo o (s) agente(s).

Topicalidade

Nas primeiras notícias veiculadas pela imprensa, percebemos o uso da voz passiva no domínio funcional da topicalidade, pois nesse caso o que se tem a intenção ressaltar é o sujeito paciente. Embora, pareça a mesma classificação feita pelas gramáticas tradicionais, a noção de tópico, da intenção do locutor/falante não é considerado nas abordagens tradicionais.

1) Título da matéria: “Morte de criança *é cercada* de mistérios em São Paulo”

2) “A menina Isabela Nardoni que caiu do sexto andar de um prédio *foi assassinada*”.

Nos exemplos arrolados, o apagamento do agente da passiva que se deve ao fato de não ter a informação completa naquele momento, nesses casos a voz passiva possibilita a veiculação da notícia sem que se corra o risco de apontar um agente de forma precipitada e comprometedor, visto que se trata de um crime e apontar um agente pode significar acusar alguém.

Camacho (1999) considera que quanto mais tematicamente importante tendem a os referentes tanto mais anaforicamente acessíveis e cataforicamente persistentes, isto é, quanto mais tópicos mais textualmente contínuos e recorrentes.

No *corpus* analisado isso é comprovado, pois há um movimento circular do tópico:

3) “Uma morte misteriosa num bairro de classe média em São Paulo, a vítima uma menina de cinco de idade, ela *teria caído* ou *sido jogada* do sexto andar do prédio onde passava o fim de semana com o pai”.

4) “O casal *foi ouvido* ontem, a polícia disse que pai e madrasta não são suspeitos, mas *averiguados*.”

5) “O médico legista que examinou o corpo da menina disse ao delegado que encontrou vestígios de que *Isabela tenha sido ferida* antes da queda, o que explicaria as marcas de sangue no apartamento”.

¹ Os exemplos 1-5 foram retirados da reportagem transmitida pelo apresentador Carlos Machado no Jornal “Bom dia Brasil” da Rede Globo, terça-feira, 31 de março de 2008.

Os exemplos 3 e 5 o tópico a menina, já no exemplo 4 o tópico passa a ser o casal Nardoni e depois volta a ser a menina, isso atesta o movimento circular da informação no fluxo do texto.

Impessoalidade

Em relação à impessoalidade, podemos verificar sua ocorrência nos exemplos:

6) “Polícia crê que *Isabela Nardoni foi assassinada*”²

Embora, os casos de impessoalidade na abordagem tradicional são tratados de forma superficial, pois não se explica o fenômeno da voz passiva com base na análise de textos. O que torna impossível, em alguns casos, o entendimento do sentido da frase. Quando observado sua realização em textos, como no exemplo 6, percebemos a intencionalidade no uso da voz passiva com o apagamento do agente.

Detransitividade

Não foram encontrados nos textos analisados nenhum caso de detransitividade, isso talvez se deva ao fato de não haver possibilidade desse tipo de construção nos textos analisados. Mesmo observando ocorrências como:

7) “Para a polícia a tela *foi cortada*”

Não existe a possibilidade de se ter uma versão do exemplo 7, como: “A tela cortou-se”. Parece-nos que a detransitividade relaciona-se ao se ter um sujeito que é aparentemente agente, mas que pelo nosso conhecimento pragmático geral sabemos que existiu um instrumental e um agente, que podem exercer a mesma função como, por exemplo, “O prego furou o pneu da bicicleta”.

² Reportagem transmitida pela apresentadora Renata Vasconcelos no Jornal “Bom dia Brasil” da Rede Globo, terça-feira, 01 de Abril de 2008.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A contribuição do funcionalismo para o entendimento do fenômeno da voz passiva está no fato de levar em conta não apenas seu aspecto estrutural, mas também semântico\discursivo\ pragmático.

Ao abordar a semantividade da transitividade verbal, torna a construção passiva mais entendível. Isso porque a partir do momento que o usuário da língua compreende o que é um verbo de ação, ele tem mais possibilidades de entender que nem sempre uma construção aparentemente de passiva pode ser considerada realmente uma passiva e, assim, usá-la com mais propriedade.

Além disso, ao não enfatizar a questão do complemento agente ser introduzido pela preposição *por*, essa abordagem permite que se identifiquemos uma construção de passiva em que o apagamento do agente é proposital.

Nesse sentido, a análise da construção da voz passiva no fluxo do texto torna mais claro o entendimento dos motivos para a escolha dessa construção em detrimento da ativa, pois como diz Abreu (2006) em determinadas cenas, é mais natural assumir o ponto de vista do paciente, ou daquilo que foi afetado. Um outro motivo para o uso da voz passiva é permitir o descarte dos responsáveis por uma determinada ação, ou por ser redundante explicitá-la, ou por poder ser comprometedor fazê-lo.

REFERÊNCIAS

ABREU, Antônio Suárez de. *Gramática mínima*: para o domínio da língua padrão. 2ª ed. 2006, São Paulo: Ateliê, 2003.

CAMACHO, Roberto Gomes. Construções passivas e funções pragmáticas. **In:** *Estudos Linguísticos*. São Paulo: São Paulo, vol. 28, p. 410-416, 1999.

———. *A gradação tipológica das construções de voz*. Gragoatá (UFF), v. 21, p. 167-189, 2006.

CUNHA, Maria Angélica Furtado. A complexidade da passiva e as implicações pedagógicas do seu uso. **In:** *Linguagem & Ensino*, vol. 3, Nº 1, 2000, p. 107-116.

MARLOTTA, Mário Eduardo; AREAS, Eduardo Kenedy. A visão funcionalista da linguagem. **In:** CUNHA, Maria Angélica Furtado; MARTELOTTA, Mário Eduardo (orgs.). *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SAID ALI, Manoel. *Gramática secundária e histórica da Língua Portuguesa*. 3ª ed. Brasília: UnB, 1964.

BOM dia Brasil. Morte de criança é cercada de mistérios. **In:** *Globo.com*. Disponível em <http://video.globo.com/videos/player/noticias/0,,gim809642-7823morte+de+crianca+e+cercada+de+misterios+em+sao+paulo,00.html>. Acesso em 01 maio 2008.

GLOBO Vídeos. Polícia crê que Isabella Nardoni foi assassinada. **In:** *Globo.com*. Disponível em <http://video.globo.com/videos/player/noticias/0,,gim810057-7823policia+cre+que+isabela+nardoni+foi+assassinada,00.html>. Acesso em 01 maio 2008.

A FORÇA ARGUMENTATIVA DAS FUNÇÕES ACESSÓRIAS: O ADJUNTO ADNOMINAL EM FOCO³

Fabiane Celeste Pereira Galiza (UFES)

O estudo da linguagem verbal, articulada, tem uma longa história. Essa capacidade exclusivamente humana de comunicação sempre despertou a atenção e a curiosidade dos homens nas mais diferentes épocas e culturas. No entanto, foi no século XX que vimos nascer o estudo científico da linguagem no Ocidente, com a publicação do *Curso de Linguística Geral* (1916) de Ferdinand de Saussure.

Enquanto a Linguística é uma jovem Ciência a despontar no cenário científico, a primeira gramática de que se tem notícia é a de Pânini para o sânscrito. Contudo, afirma-se que os estudos gramaticais tenham iniciado com os gregos, numa perspectiva filosófica, como, aliás, era do feito grego apreciar as diversas questões do conhecimento e da natureza, descobrindo assim a estrutura da língua. Com o advento do Império Romano, em sua dominação dos demais povos, os romanos receberam essa tradição dos gregos, e traduziram do latim os nomes das partes da oração e dos acidentes gramaticais. Muitas destas denominações chegaram aos nossos dias.

E é assim que os estudos gramaticais entram para as grades curriculares de nossas escolas. Como assegura Ignácio (2003, p. 20), não é de agora que a análise sintática, da maneira como é tradicionalmente concebida e ensinada, tem-se constituído no terror dos alunos. Paradoxalmente, o seu ensino tem servido para provocar a aversão pelo estudo da língua ou para fomentar a falsa ideia de que a “língua portuguesa é a mais difícil de todas”. Adiciona-se a isso ainda mais alguns aspectos: 1. o fato de haver muita divergência classificatória entre as propostas das mais diversas gramáticas; 2. a utilização apenas de fragmentos de textos literários de sintaxe altamente complexa como *corpus* para análise; e, por fim, 3. a concepção de língua preconizada pelos gramáticos.

³ Este trabalho faz parte de uma Pesquisa maior coordenada pela Profa. Dra. Lúcia Helena Peyroton da Rocha (Núcleo de Pesquisa em Linguagens – UFES). As pesquisas do Núcleo estudam fenômenos linguísticos a partir da perspectiva Funcionalista da língua.

A concepção tradicional define a gramática como a “arte de falar e escrever bem” e não tem como objetivo estudar a língua como um “sistema de relações”. Sendo assim, segundo Ignácio (2003), a gramática tradicionalista abarca as seguintes preocupações:

a) no plano da produção linguística, preocupa-se com formular regras de boa linguagem sempre com base num registro socialmente privilegiado. As pessoas consideradas cultas, os literatos, é que constituem a fonte de todas as regras. A língua escrita dessas pessoas é que serve de modelo aos gramáticos. A gramática se preocupa, assim, com a parte estética, artística, da linguagem e não com o mecanismo interno, com a estrutura da língua;

b) no plano da análise linguística, a sua preocupação passa a ser classificar e definir os termos de acordo com a lógica. Assim, o substantivo se define como ‘a palavra que designa os seres e as coisas’; o verbo, como ‘a palavra que exprime ação ou estado’ etc. (...) (Ignácio, 2003, p. 15).

Ademais a tradição gramatical da Língua Portuguesa entende que as funções sintáticas têm que ser categorizadas em essenciais, integrantes e acessórias. Essa subdivisão das funções nos traz algumas inquietações, uma vez que se o sujeito é abarcado sob o rótulo de essencial, o que fazer com as orações sem sujeito (cf. *Choveu muito ontem. Trovejou durante toda a noite*); e, se entre os termos integrantes figuram os objetos direto e indireto, como classificar o sintagma preposicionado em *Vitória* na frase: *Ana mora em Vitória?* E, ainda, o que fazer com as funções “acessórias” da frase: *Ana leu o livro de Machado de Assis, mas não leu o livro de Fernando Pessoa*.

Se levarmos em conta que a palavra *acessório*, por definição, é o “que segue ou acompanha o principal; é o menos importante, é o secundário” e retomarmos o exemplo *Ana leu o livro de Machado de Assis, mas não leu o livro de Fernando Pessoa*, extraindo dele apenas os adjuntos adnominais – *de Machado de Assis* e *de Fernando Pessoa*, teremos ou um exemplo agramatical: **Ana leu o livro, mas não leu o livro*; ou estaremos dizendo algo diferente do que se pretendeu inicialmente.

Há muito, a gramática tradicional vem recebendo críticas por não conseguir dar conta de explicar uma série de fenômenos linguísticos. Talvez isso aconteça por descuido? Acreditamos que não, afinal os gramáticos que se arriscam na árdua missão de organizar uma gramática normativa são exímios estudiosos, doutores nas artimanhas da língua. Essa gramática cumpre o seu objetivo: listar regras

do falar e escrever bem. Entretanto, com os avanços das pesquisas em Linguística, observa-se que as regras tal como preconizam os estudos tradicionais não abarcam os fenômenos da linguagem em sua totalidade. Até porque a concepção de língua adotada se distancia e muito do paradigma funcionalista que ressalta a função que a forma linguística desempenha na interação comunicativa.

Este terá como ponto de partida alguns conceitos consignados em nossos manuais de gramática, especialmente os que dizem respeito às funções acessórias. Como por exemplo, a definição que Cunha & Cintra apresentam, em sua *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (2001), para *termos acessórios*: “termos que se juntam a um nome ou a um verbo para precisar-lhes o significado. Embora tragam um dado novo à oração, não são eles indispensáveis ao entendimento do enunciado” (2001, p. 149).

Said Ali, em sua *Gramática Secundária e Gramática Histórica da Língua Portuguesa* (1964, p. 127), define *termos acessórios* como aqueles “que individualizam ou especificam o sujeito, predicado ou complemento, ou lhes acrescentam qualquer esclarecimento.”. Analisando os vocábulos “individualizam ou especificam” e “acrescentam (...) esclarecimento”, podemos observar que elementos responsáveis por desempenhar tais funções não podem ser classificados como meramente acessórios.

Os livros didáticos abordam a questão das funções acessórias de maneira similar à gramática tradicional. Acerca do *adjunto adnominal*, Mauro Ferreira afirma, em *Aprender e Praticar Gramática* (2003) que esse termo é aquele que “se associa a um nome para especificar o sentido desse nome, atribuindo-lhe uma característica, qualidade ou modo de ser”. (2003, p. 387). Cereja & Magalhães, em *Português: Linguagens* (1999) não se distanciam da definição de Ferreira no que diz respeito aos termos classificados como *adnominais*: “é o termo da oração que modifica um substantivo, qualquer que seja a sua função sintática, qualificando-o, especificando-o, determinando-o ou indeterminando-o.” (1999, p. 400). Mais uma vez nos questionamos: como termos que “especificam”, “determinam”, “qualificam”, “indeterminam”, “modificam o substantivo” podem ser considerados dispensáveis ao entendimento de um enunciado? Os alunos também se inquietam com isso.

Indo de encontro ao que preconiza a tradição encontra-se o livro *Curso de gramática aplicada a textos* (2001), de Ulisses Infante:

Falar de termos acessórios da oração pode sugerir a falsa impressão de que se está tratando de elementos dispensáveis das frases e textos. Essa impressão não corresponde à verdade: esses termos são acessórios porque não fazem parte da estrutura básica da oração, que se organiza em torno do verbo e dos nomes ligados a ele pela concordância ou pela transitividade. Isso não significa, no entanto, que sejam supérfluos – as informações que transmitem são fundamentais a uma comunicação satisfatória (Infante, 2001, p. 459).

Assim como na abordagem de Infante, encontraremos à luz da proposição de linguistas, como Ignácio (2003), indícios que propiciam uma reflexão sobre a força argumentativa das funções consideradas “acessórias”:

É falso o conceito de que os termos acessórios não são necessários ao entendimento do enunciado (...). Por um lado, do ponto de vista da comunicação, não há elemento supérfluo num enunciado bem formado. Por outro lado, há termos considerados acessórios que são indispensáveis ao entendimento do enunciado (Ignácio, 2003, p. 54).

Além de auxiliar no ensino das funções acessórios – adjunto adnominal, o presente estudo também ampliará a visão, hoje reducionista, dessas funções tão essenciais aos enunciados como as demais. Nessa perspectiva, e em conformidade com o funcionalismo linguístico, o objetivo maior do ensino de língua portuguesa é o desenvolvimento de competências necessárias a uma interação autônoma e participativa nas situações de interlocução, leitura e produção textual.

Este estudo se justifica na medida em que, dentre outras razões, adotamos com Neves (1997, p. 3) uma orientação de que a gramática deva ser funcional e dinâmica. É funcional porque não separa o sistema linguístico e suas peças das funções que têm de preencher, e é dinâmica porque reconhece, na instabilidade da relação entre estrutura e função, a força dinâmica que está por detrás do constante desenvolvimento da linguagem. A principal tarefa de uma “gramática funcional”, como acentua Beaugrande citado por Ignácio (2003, p. 15) é “fazer correlações ricas entre forma e significado dentro do contexto global do discurso”.

Partimos da hipótese de que os adjuntos não podem ter um tratamento meramente sintático, há que se observar a importância desse elemento considerado “acessório” dentro do contexto discursivo-pragmático. Para tanto, iremos comparar os três primeiros parágrafos do conto *Felicidade Clandestina*, de Clarice Lispector: num primeiro momento, completo e num segundo, sem alguns adjuntos.

TEXTO COMPLETO

Ela era gorda, baixa, sardenta e de cabelos excessivamente crespos, meio arruivados. Tinha um busto enorme, enquanto nós todas ainda éramos achatadas. Como se não bastasse, enchia os dois bolsos da blusa, por cima do busto, com balas. Mas possuía o que qualquer criança devoradora de histórias gostaria de ter: um pai dono de livraria.

Pouco aproveitava. E nós menos ainda: até para aniversário, em vez de pelo menos um livrinho barato, ela nos entregava em mãos um cartão-postal da loja do pai. Ainda por cima era de paisagem do Recife mesmo, onde morávamos, com suas pontes mais do que vistas. Atrás escrevia com letra bordadíssima palavras como "data natalícia" e "saudade".

Mas que talento tinha para a crueldade. Ela toda era pura vingança, chupando balas com barulho. Como essa menina devia nos odiar, nós que éramos imperdoavelmente bonitinhas, esguias, altinhas, de cabelos livres. Comigo exerceu com calma ferocidade o seu sadismo. Na minha ânsia de ler, eu nem notava as humilhações a que ela me submetia: continuava a implorar-lhe emprestados os livros que ela não lia.

TEXTO SEM ALGUNS ADJUNTOS

Ela era gorda, baixa, sardenta e de cabelos excessivamente, meio arruivados. Tinha busto, enquanto nós todas ainda éramos achatadas. Como se não bastasse, enchia bolsos, por cima do busto, com balas. Mas possuía o que qualquer criança gostaria de ter: pai dono.

Pouco aproveitava. E nós menos ainda: até para aniversário, em vez de pelo menos livrinho, ela nos entregava em mãos cartão-postal. Ainda por cima era de paisagem mesmo, onde morávamos, com pontes mais do que vistas. Atrás escrevia com letra bordadíssima palavras como "data natalícia" e "saudade".

Mas que talento tinha para crueldade. Ela toda era vingança, chupando balas com barulho. Como menina devia nos odiar, nós que éramos bonitinhas, esguias, altinhas, de cabelos. Comigo exerceu com ferocidade sadismo. Na ânsia de ler, eu nem notava humilhações a que ela me submetia: continuava a implorar-lhe emprestados livros que ela não lia.

Após a leitura dos dois trechos, percebemos que a retirada de alguns termos “acessórios” prejudicou sobremaneira o sentido de alguns momentos do conto. Como por exemplo:

“Mas possuía o que qualquer criança gostaria de ter: pai do-no.” – a ausência da locução “de livraria” faz com que o leitor perca uma informação de extrema relevância: profissão do pai, o que este possuía.

“Ainda por cima era de paisagem mesmo, onde morávamos, com pontes mais do que vistas.” – a ausência da locução “do Recife”, novamente faz com que o leitor perca uma informação fundamental: o local onde as personagens moram.

A presente pesquisa tem como objetivos principais examinar o conceito de adjunto apresentado pelos estudos tradicionais e pelos livros didáticos; analisar a importância dessa função, contrapondo as definições defendidas pelas gramáticas normativas e pela maioria dos livros didáticos que, equivocadamente, consideram-nas acessórios; e, finalmente, mostrar a importância argumentativa desse elemento.

Este trabalho será desenvolvido a partir da análise das definições do termo acessório (adjunto) registradas em gramáticas e em livros didáticos. Iremos nos ater à modalidade escrita da língua Portuguesa. Para tanto, a nossa investigação linguística adotará os seguintes procedimentos fundamentais:

1) Constituir o *corpus*, a partir do gênero Frases. Essas Frases constam da seção Veja Essa, da Revista Veja, do período de janeiro de 2008 a janeiro de 2009. A escolha do *corpus* se deu em função de a Veja ser um importante veículo de informação, de circulação nacional.

2) Levantamento, leitura e fichamento das abordagens funcionalistas sobre o tema.

3) Depreensão, a partir da leitura proposta, da descrição linguística que tenham consonância com a investigação proposta;

4) Análise da suposta estrutura de passiva a partir do resultado teórico apreendido anteriormente;

5) Compilação dos resultados e apresentação de relatórios.

Com isso, pretendemos que o nosso trabalho se reverta em benefício da Língua Portuguesa, no que tange a controvertida discussão em torno do caráter acessório VS indispensável do adjunto. Pretendemos levar os resultados deste estudo para as escolas de Vitória e da Grande Vitória, com vistas a apresentar uma nova perspectiva de abordagem gramatical. Isso pode-se dar em forma de publicação, de seminários etc. Com isso, tornaremos visíveis as nossas pesquisas que muitas vezes ficam circunscritas apenas a nossas bibliotecas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Antônio Suarez. *Curso de redação*. 12ª ed. São Paulo: Ática, 2006.

ALI. Said. *Gramática secundária e gramática histórica da língua portuguesa*. 3ª ed. Brasília: UnB, 1964.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: —. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37ª ed. Rio de Janeiro: Lucena, 2005, p. 411-414, 436-460.

BORBA, Francisco da Silva et alii. *Dicionário de usos do português do Brasil*. São Paulo: Ática, 2002.

BRONCKART, Jean-Paul. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo*. Trad. Ana Rachel M. E Péricles C. São Paulo: EDUC, 1999.

CEREJA, Wilian Riberto, MAGALHÃES, Thereza Cochar. *Português: Linguagens*. 3ª ed. São Paulo: Atual, 1999.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

- FERREIRA, Mauro. *Aprender e praticar gramática*. Ed. renov. São Paulo: FTD, 2003.
- FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R. de; MARTELOTTA, M. E. (orgs.). *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- GIVÓN, T. *From discourse to syntax: grammar as a processing strategy*, [1979].
- HOPPER, Paul & THOMPSON, Sandra. Transitivity in grammar and discourse. *Language*, 56, p. 251-299, 1980.
- IGNÁCIO, Sebastião Expedito. *Análise sintática em três dimensões*. 2ª ed. São Paulo: Ribeirão Gráfica, 2003.
- INFANTE, Ulisses. *Curso de gramática aplicada aos textos*. São Paulo: Scipione, 2001.
- INFANTE, Ulisses; NICOLA, José de. *Gramática contemporânea da língua portuguesa*. São Paulo: Scipione, 1997.
- KURY, Adriano da Gama. *Novas lições de análise sintática*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Ática, 2006.
- LIMA, Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 44ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.
- LISPECTOR, Clarice. *Felicidade clandestina*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- LUFT, Celso Pedro. *Moderna gramática brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Globo, 2002.
- MELO, Gladstone Chaves de. *Gramática fundamental da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1968.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- PEZATTI, E. G. O funcionalismo em linguística. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (orgs.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004, vol. 3.
- SACCONI, Luiz Antonio. *Nossa gramática*. 10ª ed. São Paulo: Atual, 1989.

TORRES, Artur de Almeida. *Moderna gramática da língua portuguesa*. 25^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

VOTRE, S. J. *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 1992.

A TRANSITIVIDADE DE VERBOS DE MOVIMENTO

Juliana dos Santos (UFES)

COMO DEFINIR A TRANSITIVIDADE?

Nos últimos anos, os estudos acerca da transitividade têm-se intensificado. Contudo, há ainda muito a ser investigado sobre este fenômeno linguístico. Neste artigo, será feita uma análise partindo dos estudos tradicionais, passando pelas teorias linguísticas, pretendendo chegar a uma visão funcional.

No que se refere à transitividade, Rocha Lima versa inicialmente sobre o complemento para, assim, classificar os verbos. Com essa abordagem, o autor define da seguinte maneira:

O complemento forma com o verbo uma *expressão semântica*, de tal sorte que a sua supressão torna o predicativo incompreensível, por omissão ou incompleto. Em função do tipo de complemento que requerem para formar uma *expressão semântica*, assim se podem classificar os verbos: intransitivos, transitivos diretos, transitivos indiretos, transitivos relativos, transitivos circunstanciais, bitransitivos. (Rocha Lima, 2003, p. 340)

Os verbos de movimento se enquadrariam na definição de transitivos circunstanciais. Segundo Rocha Lima, esses verbos exigem “um complemento de natureza adverbial” e exemplifica com o verbo *ir*, na construção “*Ir a Roma*” e afirma que “a preposição como que forma um bloco com o verbo” (Rocha Lima, 2003, p. 252) e que, neste caso, tem valor de direção.

Para construir seu conceito de transitividade, Perini critica a definição tradicional e garante não serem suficientes as noções de exigência ou de recusa de complementos. Acrescentando a noção de “aceitação livre”. E afirma que:

A concepção de transitividade aqui adotada é puramente sintática: lança mão das funções sintáticas “objeto direto”, “adjunto circunstancial”, “complemento do predicado”, (...) e marca cada verbo sem referir-se a traços de seu significado. No entanto, isso não significa que a transitividade de um verbo não possua correlato semântico algum. (Perini, 2003, p. 168-169)

Esse linguista esclarece que este é um campo vasto de pesquisa. Por inferência, poderíamos dizer que os verbos de movimento se-

riam por ele classificados como os que recusam objeto direto ou predicativo, aceitam livremente complemento do predicado ou adjuntos circunstanciais.

De acordo com a abordagem valencial, Borba afirma que:

Enquanto uma gramática de constituintes se ocupa com a análise de estruturas tentando descobrir como um constituinte se encaixa noutro ou pertence ao outro, uma gramática de valência procura detectar relações de dependência entre as categorias (básicas) que (co)ocorrem num contexto. (Borba, 1996, p. 16)

Assim, o conceito de transitividade seria transposto e analisado de acordo com cada verbo e o tipo de argumentos que ele seleciona. No caso dos verbos de movimento, no que se refere à semântica, os complementos seriam comumente de natureza locativa, de direção, de origem, entre outros. Então, sintaticamente ele selecionaria o preenchimento de duas casas argumentais, isto é, a de sujeito e a do complemento. Como no caso de:

- (1) José saiu da praia.
- (2) Maria correu do cachorro.

Neves declara que:

Uma sentença que presumidamente contenha apenas informações semânticas e que não apresente função pragmática realmente não existe na comunicação, apenas pode representar um segmento artificialmente isolado de seu contexto, para fins de análise. A própria transitividade é vista como um metafenômeno responsável pela codificação sintático-estrutural das funções de caso semântico e pragmático. Como a função primeira da linguagem é a de estabelecer a comunicação entre os homens, todas as manifestações linguísticas devem apresentar estrutura temática coerente, estrutura que é observável tanto no âmbito da frase como no do discurso multiproposicional. (Neves, 2004, p. 24)

Desta maneira, é incoerente dissociar a frase de seu contexto pretendendo classificá-la, uma vez que a frase isolada não representa o todo comunicativo.

- (3) Procedendo com a transitividade.

Rocha Lima, apesar de ter avançado em relação à Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) que consideraria esse verbo como intransitivo, ainda deixa muito a desejar aos consulentes. Embora já tenha diferenciado a verbo *ir* como transitivo circunstancial.

Perini examina pontos dos estudos tradicionais, trata da semântica de alguns verbos, entretanto não se aplica profundamente ao estudo da transitividade.

Borba sintetiza o que é coerente dizer a respeito deste fenômeno:

A possibilidade de associação, aproximando as palavras, gera a dependência, e esta, a transitividade entendida, então, como grau de completude de cada palavra ou classe de palavra: as intransitivas são completas por si mesmas e as transitivas precisam de complementação para chegar a ter efeitos. Esta noção é de natureza sintagmática – assim como nenhuma palavra tem cadeira cativa numa classe, assim também sua transitividade só se realiza na frase. Dessa forma, potencialmente, substantivos (S), adjetivos (Adj) e verbos (V) são transitivos e intransitivos; dependendo de sua ambiência ou colocação para se realizarem de uma forma ou de outra. (Borba, 2007, p. 57, grifo do autor)

Como se vê, a transitividade não foi estudada apenas partindo dos verbos, mas também dos nomes e adjetivos. O autor cita o verbo *obedecer* que exige um complemento preposicionado, o que acontece tanto o substantivo *obediência*, como o adjetivo *obediente* que pedirão complementos preposicionados.

Faz-se necessário, então, aplicarmos alguns conceitos valenciais diante do exposto.

Foi dito acima que a valência é a propriedade dos verbos (e também de outras palavras) de selecionar argumentos para que tenham sentido completo.

Camacho elucidou-nos sobre os critérios argumentais, como segue:

A estrutura fundamental da predicação no nível mais abstrato é determinada pelas possibilidades combinatórias dos predicados, todos eles constituídos por itens lexicais, tal como se representa em (4), que exemplificando o esquema de predicado nuclear do verbo dar.

(4) dar_v (x1 <anim>(x1))Ag (x2)Me (x3:<anim>(x3))Rec

Um esquema como (4) especifica os seguintes tipos de informação: a forma e a categoria sintática do predicator; a valência quantitativa, simbolizadas pelas variáveis x1...xn, que sinalizam as posições argumentais; a valência qualitativa, especifica as funções semânticas dos argumentos e pelas restrições seletivas que lhe são impostas. (Camacho, 2002, p. 260)

O exemplo citado pelo autor para ilustrar essa estrutura é: “*João deu o livro a José*”.

Há três níveis de valência: quantitativa ou lógica, qualitativa ou sintática e semântica. Entender-se-á valência lógica como o nível mais geral a respeito do número de argumentos. Assim, teremos itens avalentes, monovalente, divalente, trivalente e tetravalente. Vê-se, respectivamente:

- (5) Chove!
- (6) Meus livros chegaram.
- (7) Maria casou-se com José.
- (8) José trouxe flores para Maria
- (9) João traduziu o resumo do português para o inglês.

Observe que em (3) não há a necessidade do preenchimento da casa da esquerda, ocupada pelo sujeito, tampouco a casa da direita, posição dos complementos.

Na construção (4), a ocupação da casa da esquerda já é suficiente para que haja compreensão do que está sendo dito.

Em (5), o verbo *casar-se* seleciona argumentos tanto à esquerda como à direita, por isso é divalente.

Já em (6), por uma exigência semântica, é necessário o preenchimento de mais uma casa, para que entendamos qual é o destinatário, por isso o verbo é trivalente.

Verbos como (7) são tetravalentes por necessitarem do preenchimento das quatro casas, uma à esquerda e as outras três à direita do verbo.

A perspectiva funcional garante-nos que a linguagem é a interação verbal, o ato comunicativo entre os falantes. Só poderemos classificar os verbos quanto à transitividade num dado contexto, uma vez que eles podem ser usados de várias maneiras, como em:

- (10) Maria venceu mais uma batalha.
- (11) José me venceu no xadrez.

Em (8), o falante preencheu duas casas argumentais, uma de cada lado do verbo.

O evento (9) é um caso comum na língua em uso no qual os falantes não utilizam o pronome após o verbo. Mesmo assim, há o preenchimento de três casas. Ocupando a segunda casa, temos um complemento do verbo (me ou a mim). A terceira casa é ocupada pelo que denominamos de outros constituintes.

ALGUNS VERBOS DE MOVIMENTOS

Para este trabalho, foram coletados exemplos da *Folha de S. Paulo Online* que pudessem constatar nossa investigação, no que se refere aos diferentes usos e diferentes transitividades dos verbos que têm como traço comum [+movimento].

Borba registrou 25 acepções para o verbo *subir*, vejamos o que se aplicará em

(12) A ministra do Turismo, Marta Suplicy (PT), subiu quatro pontos percentuais e divide a liderança com o ex-governador Geraldo Alckmin (PSDB) na corrida à Prefeitura de São Paulo. 29/03/2008

Uma vez que o assunto são as eleições de 2008, o verbo *subir* vai selecionar como complemento um nome abstrato, conforme a terceira acepção que diz “mudar de valor, elevando-o” (Borba, 2002, p. 1492). Sendo um verbo de valência dois, pois é muito importante saber quanto o candidato subiu e quem é este candidato, preenchendo casas argumentais à esquerda (A ministra do Turismo) e à direita (quatro pontos percentuais).

Os eventos (11) e (12) são manchetes que indicam as condições dos candidatos à presidência dos Estados Unidos, também nas eleições de 2008.

(13) Barack Obama volta de férias e enfrenta ataques de Hillary Clinton. 26/03/08.

(14) Hillary caminha entre força e emoção. – 28/03/08.

Em (11) há um complemento de direção, pois ele retorna, vem de volta. Temos, também, um verbo divalente. Em (12), o complemento do verbo *caminhar* não indica movimento, mas sim situacionalidade. Há no complemento nomes abstratos.

Verifiquemos os exemplos a seguir:

(15) O presidente da siderúrgica ArcelorMittal, Lakshmi Mittal, irá na segunda-feira (15) ao Cazaquistão, após o acidente registrado em uma mina de carvão de propriedade da companhia. 12/01/2008.

(16) Alice diz que vai até a delegacia. 25/03/08.

Os eventos acima são casos prototípicos de verbo de movimento e que é divalente, X *IR* a Y.

Outro caso acontece com o verbo *pular* que equivalendo semanticamente a *saltar*, exige um complemento de direção, como se vê em:

(17) Os bombeiros pularam na água e acionaram a PM. 09/03/2008.

Vê-se também a necessidade de complemento de direção no caso 16, tornando-o divalente:

(18) "Saio da peça em São Paulo e corro para o aeroporto. Espero estar no palco em Curitiba por volta das 22h30", diz. 28/03/2008.

O evento abaixo é um caso de trivalência.

(19) Sobre o aumento do salário mínimo em São Paulo. Ele salta de R\$ 410 para R\$ 450. 25/03/2008.

Nas sentenças acima observamos que o maior número de ocorrências é de casos de verbos de movimento divalentes. Registramos apenas um caso de verbos trivalentes e constatamos que também não é comum o caso de monovalência.

Vale ressaltar, que aqui não foram aplicados os parâmetros que determinam a transitividade utilizados por Hopper e Thompson (1980). A intenção foi mostrar que não se pode classificar os verbos previamente no que se refere à transitividade, pois no uso efetivo é que eles se mostrarão em relação à exigência ou não de complemento. Além disso, o tipo de complemento dependendo da necessidade comunicativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Numa análise semântica, para além do que disse a gramática tradicional, os verbos de movimento não indicam somente direção.

Sintaticamente, eles são verbos que geralmente ocupam duas casas argumentais, por isso divalente, podendo ser trivalentes.

Contudo, o que vai determinar a transitividade desses verbos será o uso. Pois em cada sentença, cada evento, eles poderão se comportar de maneira distinta. Resta-nos uma boa observação e a intenção do falante na seleção de cada um desses itens lexicais.

REFERÊNCIAS

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *Teoria linguística: linguística quantitativa e computacional*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

BORBA, Francisco da Silva. *Uma gramática de valências para o português*. São Paulo: Ática, 1996.

———. *Dicionário de usos do português do Brasil*. São Paulo: Ática 2002.

———. Propriedades sintáticas, semânticas e pragmáticas do léxico. **In:** *Revista (Con)textos linguísticos*. Vitória: PPGEL, 2007, p. 55-68.

CAMACHO, Roberto Gomes. O papel da estrutura argumental na variação de perspectivas. **In:** KOCK, Ingedore Vilaça (org.) *Gramática do português falado*, Vol. VI. 2ª ed. rev. Campinas: Unicamp, 2002.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

PERINI, Mário A. *Gramática descritiva do português*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 2003.

PEZATTI, Erotilde Goretti. Estrutura argumental e fluxo de informação. **In:** KOCK, Ingedore Vilaça (org.) *Gramática do português falado*. Vol. VI. 2ª ed. rev. Campinas: Unicamp, 2002.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 43ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

**IMPLICAÇÕES SIGNICAS NO PROJETO PUCSPIANO
DA GRAMÁTICA CIENTÍFICA DO PORTUGUÊS
envolvendo a perspectiva peirciana e saussuriana,
como novas trinitariedades**

Edson Sendin Magalhães (FEUDUC)
edsonsendin@hotmail.com

A primeira trinitariedade está em Madre Olívia: é a complexa perspectiva de Cília Coelho Pereira Leite, que se recusa a atuar sem a colaboração dos colegas e dos alunos.

A Primeira implicação sígnica: o caráter *interdisciplinar* e o *transdisciplinar* do projeto, tem o eixo “uno” Madre Olívia. Esse primeiro eixo se multiplica em *indivíduo* Cília – a *espécie* colegas, como gênero, e a *sociedade* de alunos (*eixo múltiplo*).

A *unidade sígnica* é, como primeiro instante, unidual: tem o que significa, *significante* ou ruído, como realidade acústica, e o *significado* ou conteúdo, como substância deste, que se localiza na semântica e no léxico desta ou de parte dela.

A unidade sígnica é formada por *signo*, que ultrapassa o sinal, vai além desse sinal, do símbolo e do valor sem mito, pois não é mera ideologia: somação de mitos e valores.

PROBLEMA

Ao dar por constituída a diferença entre sinal, símbolo, sintoma, valor, mito e ideologia, cabe aplicar cada conceituação a categorias do estudo da linguagem, cuja forma e estrutura codificadas ou normatizadas podem sustentar o início do projeto PUCSPiano da Gramática Científica da Língua Portuguesa.

OBJETIVO

Estabelecer uma gramática tematizada no seu propósito, pois só assim se pode definir um contrato para a participação cognitiva dos intercessores da comunicação intergramatical e transgramatical e

atender, conseqüentemente, a uma gramática do sentido, que Saussure não teria concluído, e por aqui se remete esse autor ao modelo de Peirce.

LIMITE METÓDICO

Na metódica ou estratégia de produção, o limite funciona como um aliado formal.

O limite consiste, como estratégia de operação e produção, em enumerar o que se tem a fazer no desenvolvimento; por exemplo, resume-se uma programação aqui, a seguir:

DESENVOLVIMENTO

Primeira implicação sógnica (o caráter interdisciplinar): Abrir o texto da tese com a diferenciação já prometida entre *sinal*, *símbolo*, *sintoma*, *valor*, *mito*, *ideologia*, *signo*...

(O caráter transdisciplinar): Selecionar do modo sintético as bases da argumentação semântica de Madre Olívia (1979) no texto do *Projeto* e, juntamente, aplicá-lo no *Treinamento em Análise Semântica – Conjunto n. 2*.

Segunda implicação sógnica: Abordagem sucinta de Noam Chomsky (1980), in: *Estruturas Sintáticas*. Port.: 70, atualizada da ed. de 1957; (1969), in: *La Linguistique cartésienne*. Paris: Seuil [trad. N. Delanöe e D. Sperber, com estudos, posteriores de 1979, com atualizações da ed. de 1966]; (1990), in: *Le Langage et la Pensée*, 6ª ed. Paris: Payot, transatualizada da ed. de 1968, dela, “Language and Mind”, traduzida para o fr. por L.-J. Calvet. [*Variante transdisciplinar* com a 3ª implicação sógnica de caráter planetário: *EM*].

Terceira implicação sógnica (rumo à democracia cognitiva): breve apresentação de Mário Eduardo Martelotta et alii (2008), no seu estudo científico, nas funções da linguagem na conformidade de R. Jakobson (ponto central), na dupla articulação, nos conceitos de gramática e na arbitrariedade e iconicidade, no cognitivismo, na aquisição da linguagem ao lado do processamento e ensino, in: *Ma-*

nual de linguística. São Paulo: Contexto, 2008: 11; 15; 31; 37; 43; 71; 177; 205. [Variante confederativa: E. Morin=E M].

(Rumo à democracia participativa): em *Linguagem e Discurso: modos de organização* (São Paulo: Contexto), de Patrick Charaudeau (2008), apresentam-se questões sógnicas (p. 23) entre língua e discurso, ampliadas em modos de organização do discurso sob a situação de comunicação (p. 69); acrescentam-se ato de linguagem como encenação em confronto com Dominique Maingueneau (2000), in: *Termos-chave da análise do discurso*. Belo Horizonte: UFMG – 1. Reimpressão (trad. Márcio Venício Barbosa, Maria Emília Amarante Torres Lima, 1998). [Variante constitucional: *Habermas*].

Conclusão: situação e contexto discursivos se interdependem; vale, pois, o diálogo, dentro do princípio moriniano da dialógica. Este evolui para a democracia participativa.

O SINAL: 1ª. IMPLICAÇÃO SÍGNICA (O CARÁTER INTERDISCIPLINAR) – PISCI

O *signal* serve de advertência ou permite conhecer ou prever algo. Convencionam-se o sinal como expediente, norma, regra, tributo, indicativo ou índice (índex) para se transmitirem, a distância, ordens, notícias e qualquer rema ou comentário e informação.

Neste último caso, *informação*, é que o *signal* se amplia em *signo*, antes norma, regra, língua (“Gestalt”, figura, inserida na sociedade: “Gesellschaft”, associação.).

O sinal é a rigor efetivo, nas últimas consequências do debate, a faceta mais sensória do signo. Na tecnicidade (Carreter, 1968) de Saussure, o significante, o significado impescindem do signo (para nós). Então, ele é o primeiro ou o terceiro elemento (para nós) da trinitariedade (Morin, 2005) ou da relação triádica (Peirce, 1978) ou tricotômica (para nós), na implicação de Secheyay, (*apud* Bouquet, 2004). Como terceiro elemento, o signo tem mais duas possibilidades de sinalizador: grupal, de “signos-grupos” (para Trubetzkoy, 1939, p. 367), e sócio-cultural ou de poder, como realidade do discurso (para Foucault, 1969), como fator de associação, relação, refe-

rência, dêixis, segundo Câmara Jr., 1964, p. 314), e como ética do discurso, para uma democracia constituinte, para Habermas (1987), na sua Teoria do Agir Comunicativo, 1981.

O SÍMBOLO: PISCI

O *símbolo* é o que representa ou *substitui* outra coisa. O símbolo evoca algo abstrato ou ausente. Substitui por insígnia uma *história* com base numa associação (sinal) de *sentimentos* de uma *comunidade* (“Gemeinschaft”). Até a criança ainda sendo alfabetizada, recém-inserida no mundo dos sinais, já reconhece o símbolo da Coca-Cola e de outras marcas. O símbolo evolui ou se amplia no produto, a “coisa em si”, a marca, a propriedade, até no só um, no isolado, reservado e até fechado objeto do desejo. E esse desejo, que fecha o símbolo, só pode ser liberado pelo amor (da alteridade à coletividade). O sinal, objeto da necessidade liberada pelo desejo, está para a figura da metonímia, assim como o símbolo, para a metáfora.

A metonímia (tropo) se constitui no arranjo da combinação da linguagem. Um velame navega na localização de um navio ou barco a vela, e até sem vela mesmo. Como sinédoque, lê-se Machado de Assis, embora que somente uma obra tenha sido trabalhada, ainda que não tenha sido *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (em anexo: “Genialidades de Machado de Assis – III”, de Edson Sendin, 2008). O arranjo da combinação da linguagem se encontra no processo de *associação*, que sinaliza um contexto de regras, num entorno (situação ou exóforo) de necessidade liberada pelo desejo liberado pelo amor, que é união de contrários. Associam-se paradigmas a formar sintagma. Os paradigmas, por sua vez, são mais que um paradigma. Vão além das fronteiras conceituais da língua. E fazem uma trindade com esta enquanto possibilidades mais amplas. Essas possibilidades se contemplam na proposta de Morin, na chamada “trindade finita”: cérebro humano – linguagem – cultura.

SIGNO, SIGNOS-GRUPOS, ASSOCIAÇÃO (SINAL),
DÊIXIS, AGIR COMUNICATIVO (ÉTICA DO DISCURSO),
VALOR, MITO, IDEOLOGIA
(PARA ESTE CONTEXTO BREVE) – PISCI

Para Saussure (1995, p. 272), no *Cours* (1916), qualquer *signo* é escolhido. O *signo* aparece na hipótese de um projeto científico da linguística, ao lado da palavra e da frase, nas características demonstradas pelo autor das aulas, sob as hipóteses ou as características:

Primeira: formal e o *material* podem ser dissociados; a linguagem como sistema formal (formalização que parte para um certo número de regras).

Segunda: um ser linguístico (*signo, palavra, frase*) não tem natureza própria: as posições predominam em relação aos seres (disse o filósofo da Linguística, o linguista Saussure).

Terceira: distinção operada pelo autor entre a *língua* (produto social da faculdade da linguagem), a *linguagem* (interações: convenções e iniciativas) e a *fala* (“parole”: ato do indivíduo, por meio da codificada convenção social, a língua).

Quarta: a *língua* é um sistema de *signos*. O *signo* se constitui da combinação de um *significado* (conceito – substância do conteúdo, para Hjelmslev) e de um *significante* (uma imagem acústica), dois aspectos indissociáveis (do signo, para nós, tricotomistas da combinatória sígnica ou das “implicações sígnicas”).

Quinta: explica-se a sistematicidade da *língua*, cujos termos têm na solidariedade entre si o seu valor maior. Esse valor resulta da presença simultânea dos outros. Tal simultaneidade e solidariedade promoveriam, para nós, uma dúvida sobre a tese da arbitrariedade do signo.

Sexta e última: oposição entre os pontos de vista sincrônico e diacrônico; um enunciado de *língua* e sempre proferível (pancrônico ou além do tempo ou sem este); se é proferido, tal ato se consuma ou se verifica num instante (eterno?) e num lugar determinados.

Afinal, sistematicamente, tudo é sintático na língua, quer numa sintaxe interior da palavra, quer numa abstração da comparação de formas (princípio correlativo), assim como os próprios elementos.

E – conclui-se esta parte – *O Curso de Linguística Geral* é como alerta Foucault, no “Prefácio” da segunda edição da prescritora Gramática de Port-Royal, em outros termos: funda os modernos estudos científicos das línguas. A proposta signica de Saussure, muito tecnicista, na perspectiva de Sechehaye; ultrapassa, pois, tanto o modelo comparativo de Antoine Meillet, quanto o generativo de Noam Chomsky; aqui, se põe no sentido de valorizar ainda mais ambos os modelos, em face da alternativa não tecnicista do pragmático Peirce e do inatismo chomskiano, levados a consequência; uma expressão desta anexaremos a este escrito, com o título “Sob a Teoria da Complexidade, Peirce e Saussure”, de Edson Sendin (2007, p. 28), apresentado no XII Congresso de Filologia e Linguística da UERJ.

Antes de entrarmos no resumo de Bouquet (2004, p. 280) sobre a questão sintagmática, de valor, língua e discurso, observa-se com o terceiro curso de Saussure que “um dicionário e uma gramática são uma imagem admissível da língua (“tesouro de signos”), esse depósito de imagens acústicas”.

Qualquer elemento do “agrupamento *in praesentia*”, enfim, constitui-se distinguível, mas indissociável do *fato semântico*. É o que nos importa, finalmente, para essa associação com Chomsky e Olívia.

O fato semântico tem conectibilidade com os fatores sociais que entram nos ingredientes da fala. Potencializada pela língua, a fala permuta influências com esta, de modo a aplicar a faculdade e outras propriedades da linguagem. Está demonstrada a relevância da prática da leitura tricotômica de Saussure. Além dos seres linguísticos, das ordenações sintagmáticas e paradigmáticas, e do caráter atemporal da relação de diacronia e sincronia em face da pancronia (Von Wartburg), a tricotomia: língua, linguagem e fala favorece a contemplação das relações triádicas do signo: consigo mesmo, com o objeto e o contexto, cada relação considerando o intérprete, a interpretação e o rema, o comentário, segundo Charles Sanders Peirce, e da trinitariedade: indivíduo – espécie – sociedade, de acordo com Edgar Morin, sempre em pensamento de *associação* e combinação dos elementos participantes da aplicação do paradigma conjuntivo sob o signo da complexidade, com multidão, interação ou inclusão.

A *associação* – PISCI – é ato da força da união entre as diferenças; a associação combina, dialoga, concede, faz sociedade, aproxima sabedoria e loucura, institui o amor e a regeneração.

O amor – PISCI – simboliza o maior *mito* das culturas humanas: é o nada que é tudo, como todo mito, mas o amor libera o desejo e este não fixa a necessidade, não a legitima, não a prende, não a perpetua, quando ela se impõe sobre todas as concessões possíveis. E essa conceituação já pressupõe a lenda que catarticamente o sustentou até hoje na tentativa de superação do caos e do claustro do mundo claustrofóbico.

E entre todos os *mitos* – PISCI, a conceituação que, sobretudo, ficou para além da lenda e do esquecimento da sua força de metáfora fabulosa, além da vontade de potência do paradigma do bem na língua, na fala, na cultura social, associou-se a Deus; evolui-se ao máximo poder de associação: do nada com o Bem resultou no imaginário social instituinte a concepção de fé; veio a fé da esperança, fundada no real da metamorfose, que mata o caráter arbitrário do signo (o significado não depende de nada mais real que o mito) e de todos os mitos e do “faz de conta” da cegueira da ciência.

O *mito* além de se instalar na visão, segundo Claude Lévi-Strauss (1985), no seu *La pensée sauvage*, desde 1962, ele se abre na limitação de poder para cada poderoso, para nós. E, junto com o *valor*, o mito se associa ou se soma para habilitar o signo da ideologia. Assim se constitui a ciência da formação das ideias ou o ideológico sistema de ideias.

Já na esfera da ideia, se representa mentalmente da coisa concreta ou abstrata. A ideia pode assumir uma anterioridade de sua concretude ou apenas noção, então se projeta. O projeto pode trazer incluso um plano, que também não está totalmente imune das orbitais suas e de outras coisas; a ideia imagina; opina, conceitua antes de se firmar em ato de pensamento e em ato de fala e de discurso, ato de comunicação; estabelece a mente funcional e lembra de todas as suas representações como símbolos, como memória sônica.

Em Carreter (1968, p. 348), a *relação* responde pela conexão ou interdependência de dois ou mais elementos linguísticos. Define nos pares endofóricos a *correlação*, que a função por excelência da

língua, como reação associativa, sintagmática. Quanto à função de caso, o acusativo de relação se vê na junção sintático-semântica do objeto direto ao verbo transitivo direto.

A *relação* – PISCI – é um termo especializado pela Glossemática. Portanto, posiciona uma junção para designar a função que comporta a coexistência de dois funtivos (do fr. “fonctif”, termo que intervém em uma função). E é característica do texto em que coexistem os diversos elementos. Charles Bally nomeia com relação a conexão entre dois objetos exteriores um ao outro; por exemplo, *livro e mesa* na frase *o livro está sobre a mesa*.

Relação se opõe à inerência. Enfim, sintaticamente, a relação se expressa pela regência: uma palavra depende gramaticalmente da outra. A palavra dependente se chama regida, e aquela de que esta depende, regente. O caráter essencial da regência é a dependência. Para Hjelmslev, “se dizemos que um termo é regido por um verbo ou por uma preposição, queremos dar a entender que o dito termo constitui um complemento da significação própria do verbo ou da preposição”.

A palavra regente determina as circunstâncias morfológicas da palavra regida. Em latim, por exemplo, *ab(-)* rege ablativo em seu regime, e o verbo rege normalmente a seu complemento direto em acusativo.

Já a *referência* – PISCI – a tudo que até foi dito faz alusão ou menção aos mesmos objetos referidos, como ato ou efeito de referir. A referência promove a função referencial; para Jakobson é a função utilitária da linguagem, em forma de língua cotidiana. As referências, na cultura da identidade individual, se efetivam como informações sobre a idoneidade de uma pessoa. Tem a referência uma implicação com *dêixis*.

Dêixis – PISCI – vem da faculdade da linguagem, quando esta designa, mostrando, em vez de conceituar. A designação dêitica ou mostrativa, segundo Mattoso Câmara Jr. (1964, p. 101), “figura assim ao lado da designação simbólica ou conceptual em qualquer sistema linguístico”. E acrescenta:

– Podemos dizer que o *signo* linguístico – PISCI – se apresenta em dois tipos – o *símbolo*, em que um conjunto sônico representa ou simboliza, e o *sinhal*, em que o conjunto sônico indica ou mostra.

O pronome é justamente o vocábulo que se refere aos seres por *dêixis* em vez de o fazer por simbolização como os nomes.

Essa *dêixis* – PISCI – se baseia no esquema linguístico das três (3) pessoas gramaticais que norteia o discurso: a que fala, a que ouve e todos os mais seres situados fora do eixo falante-ouvinte.

Aos grupos de fonemas que aparecem somente no limite entre duas unidades de significação chamam-se *signos-grupos*, como o faz Trubetzkoy (1939). A primeira parte deste grupo pertence ao final da unidade significativa precedente, e a segunda, ao começo da unidade significativa seguinte. Desse modo, no Brasil, os grupos formados por *consoante + consoante* o exemplificam, com outros: *corresponder* (grupo do tipo digráfico ou dígrafo, que se formou do da junção ou prefixação com o prefixo *co(r) + responder*; *co(m)posição* (-m- e não -n-, pois precede um som bilabial e não linguodental ou alveolar).

[O precedente termina em consoante e a segunda unidade significativa começa por *h*: *super-homem*, grupo /*superhomem*/].

Na sua *Teoria do Agir Comunicativo*, Jurgen Habermas (1987: 481) – terceira implicação sgnica [Variante Constitucional: Habermas – TISVCH] – se reporta ao chamado *ato de fala*, no seio da *comunidade de comunicação*. Esse ato participa do “jogo de linguagem”, no qual as funções se “deduzem” como identificações da intencionalidade como relação entre a condição de possibilidade e a pretensão de validade. Daí se depreende a questão ética da linguagem no fator “D” (“discurso” ou pré-condição), em face do fator “U” (universal; este, em última análise, acusa a pretensão do interlocutor ou intercessor proferidor ou auditor). Não se visa à influência de um sobre o outro, mas se procura em primeiro lugar o entendimento com os outros para interpretar em conjunto situações, e pôr-se de acordo sobre os planos de ação: Ética do Discurso (deonto-teleológica).

A ação se introjeta na *pragmática Ética do Discurso* e no projeto habermasiano.

Habermas (1987, t. 2) mostra bem a complexidade da comunicação (1981). O agir comunicativo é a coordenação consensual dos

planos de ação das partes receptoras individuais, a qual torna possível o processo de intercompreensão, sob a *Consciência moral e o agir comunicativo*: planta o hábito de sobrelevar a deontologia ao finalismo do discurso.

Contudo, é preciso, nesse processo, reconhecer que com cada *ato de fala* as partes receptoras da comunicação se referem simultaneamente a qualquer coisa que é da ordem do mundo *subjetivo*; dele se pressupõe a *veracidade*; do mundo social, o pressuposto é a *justeza*; e do mundo objetivo, a *verdade*. [Terceira implicação sêmica: VCH].

Por fim, para efeito da razão científica da gramática, com realidade, portanto, em toda a comunicação existe referência a “saberes de fundo”, a mundos vividos, a partir dos quais as partes receptoras da interação alimentam a sua interpretação.

O ato da fala de Habermas – VCH, para Dominique Maingueneau (2000) – TISDP, no seu *Termos-chave da análise do discurso*, se apresenta inserido no título “Ato de Linguagem”. Ressalva-se que ora se denomina *ato de palavra*, ora *ato de discurso*.

Maingueneau reconhece o *ato* em questão no contexto conceitual da pragmática linguística. Remete-se a teorização ao filósofo Austin (1970). Segue-o Searle (1972) – TIS.

É o *ato* a menor unidade realizada por uma ação localizada na linguagem. Essa ação pode ser ordem, solicitação, asserção, promessa e mais promessas. Destina-se a modificar a situação dos interlocutores.

O co-enunciador só interpretará a ação no reconhecimento desta, condicionado objetivamente pelo caráter intencional (*Teoria da Intencionalidade* de Searle) do ato enunciativo. Condições (de emprego, já vista), circunstâncias (até institucionais) e o status dos participantes do *ato de linguagem*, caracteres componenciais (*conteúdo proposicional* e *força ilocutória* do ato de linguagem) e intervenções múltiplas comportam vários *atos de linguagem*. Mas a delimitação desses *atos* apresenta muitos problemas: “eles podem corresponder a unidades menores do que a frase e só podem ser identificados no contexto” (*op. cit.*, p. 18) – TIS.

Os dois exemplos de Maingueneau – TIS, “Paulo vem?” e “Paulo vem.” Têm mesmo conteúdo proposicional (a vinda de Paulo), mas não agem com a mesma força ilocutória; o primeiro é uma pergunta, o segundo uma asserção.

Para Austin – TISDP, um ato de linguagem corresponde a três atos simultâneos: *locutório*; *ilocutório*; *perlocutório* (Terceira implicação sónica – TIS).

Num ato *locutório* – TISDP, produzimos uma seqüência de sons com uma organização sintática e uma referência a algo:

– “Pegue o material; ele está solto” – é uma intervenção dupla. Comporta dois atos de linguagem, como os menores elementos constituintes (o imperativo verbal, para controlar o material e a asserção ou declaração da disponibilidade ou condição do mesmo material; a mesmidade se indica, por referência, no/com o “dêixis”, “ele” – pronome, substituidor ou símbolo da coisa já que não é ela nem o nome dela).

Num ato *ilocutório* – TISDP, realizamos, com nossa *fala*, uma ação que modifica as relações entre os interactantes: acertar, prometer, afirmar e outros verbos cuja “força ilocutória” pode por eles ser marcada. O ato *ilocutório* é de natureza linguística, ligado à proferição de uma certa fórmula (a língua se profere).

Num ato *perlocutório* – TISDP, podemos executar um ato *ilocutório* para realizar ações bastante variadas: com uma pergunta, podemos *pretender* lisonjear o co-enunciador, mostrar que somos modestos, desconcertar alguém e selecionar qualquer verbo marcador sónico de ações pertencentes aos entes próprios de suas significações. O ato *perlocutório* escapa ao domínio da língua: pertence à postura democratizante.

Nos *atos de linguagem indiretos* – TISDP, um estado de qualidade do ato *ilocutório*, implícito, atinge-se a realização de uma ação através de outra, esta explícita. A existência de um *ato de linguagem indireto* é exemplificada por Maingueneau (*op. cit.*, p.17): “dirigido a um comerciante de cigarros, o enunciado” “O senhor tem Gitanes?” (marca francesa de cigarros) é *literalmente* uma pergunta e, *indiretamente*, uma solicitação destinada a obter cigarros” (no jogo de linguagem, esse ato de linguagem é uma “indireta”!). Pode-se tratar também de um *valor* de discrição ou cerimônia.

Patrick Charaudeau (2008, p. 43) resume a compactação do modo de expressar a noção de ato de linguagem, que vimos em Maingueneau, apenas como um espaço de *encenação*. Neste, o *ato de linguagem* aparenta e age “como ato inter-enunciativo”. Depois se propõe a analisá-lo, Essa análise também entraria no nosso propósito de uma gramática científica para estrangeiro aprender a falar e, em geral, para se adquirir domínio social-TIS.

VALORES – PISCI

O *valor* resulta da solidariedade dos termos da língua: são solidários na sistemática. O valor de um termo resulta da simultânea presença dos outros ou da ausência deles.

Essa *ausência* coexiste *in absentia*. Remete para a relação paradigmática dos elementos linguísticos entre todos os termos da língua – PISCI.

Os *valores* se constituem de: – 1°. Uma escolha dessemelhante suscetível de ser *trocada* por aquela cujo *valor* se reserva para ser determinado (é a determinar) – PISCI;

– 2°. Escolhas similares comparáveis com aquela escolha cujo *valor* está em causa – PISCI.

Valores diacríticos (de sinais: feições, aparências; e de símbolos: representações e reproduções), num sistema de diferenças, correspondem, por tratamento recíproco, à *linguagem*: aparecem com seus elementos sistematizados que se “põem, opondo-se, e que se opõem, pondo-se”.

Então, Saussure – PISCI, nas aulas, define duas ordens *in praesentia* e *in absentia* do valor. São ordens homólogas das esferas da *fala* e da *língua*.

“Os sintagmas, embora constatados em combinações que não são frases, têm por tipo evidente as próprias frases”. Entende-se hoje essa sequenciação de argumento de Saussure, se for considerada a *Teoria do Acontecimento*, de Alfred Noch Whitehead – PISCI, a respeito da conceituação de localização: aplicando esse efetivo conceito de localização a este contexto, sintagma pode não ser frase, se prescindir do significado; e o sintagma com carga ou peso de significa-

ção interna pode localizar-se na frase (mensageira, unidade do pensamento); e ela como sintagma ou contendo sintagmas pode atribuir valor de sintagma ou de visibilidade de expressão composta pelas “funções” (“sintagmatização”) ou estruturadas significações internas. O que a frase não pode é, diferente do sintagma em si, prescindir do significado, mesmo no início d composição ou na sua intenção.

OS CINCO SIGNOS DE FOUCAULT

(para constituir as categorias, do entorno e do contexto) PISCI

Na complexa esfera da cultura e no seu espaço de caráter, se localiza, sob a ordem do patológico, a classificação foucaultiana dos cinco signos, que envolvem a paradigmática das relações humanas, éticas (que incluem, em sua excelência ou seu hábito, *valores*):

- 1º. signo: o paradigma da complexidade (o homem e suas circunstâncias, seu “eu”, apagando-se);
- 2º. signo: o paradigma ecológico ou da perspectiva holística (Morin inclui a ecologia humana ou do espírito);
- 3º. signo: o paradigma do entrecruzamento das fronteiras do corpo com as fronteiras do espaço (a nova unidade fronteira é o espaço-corpo, interatuante, intercessor, interlocutor);
- 4º signo: o paradigma do avanço das tecnologias biomédicas;
- 5º. signo: o paradigma do espetáculo do sofrimento do outro (é a sessão “show”; na falta do show de ficção, serve o da vida).

METONÍMIA:

EIXO FIGURATIVO DE ASSOCIAÇÃO – PISCI/ PISCT

O eixo da metonímia ou da associação da linguagem é a circunstância da contiguidade; atende ao arranjo da *combinação*, já que a *seleção* pertence à metáfora.

A contiguidade atende a dois princípios básicos da linguagem, já na língua, no código:

- o princípio da linearidade e o princípio sintático, a um só instante, da construção da forma encadeada, combinada, ou de expressão; esta, nesse conjunto, corresponde (já no domínio do entrecruzamento do símbolo com o sinal) à substância de conteúdo, ainda figurada.

No princípio da linearidade, nota-se a localização (dos termos, dos sinais, da diacriticidade: ponto simples, ponto parágrafo, ponto final, dois pontos, ponto-e-vírgula, ponto de exclamação, ponto de interrogação, da entonação sem sinal aparente, este já no entrecruzamento do sinal com o símbolo, hífen, parênteses, travessões).

A *localização* – CI – será tão mais simples quanto mais aparente; tão mais complexa, quanto mais se encontra onde age o seu objeto, o termo no caso ou a combinatória.

No princípio da sintática – PISCI/ PISCT – (da relação ou reunião de categorias, palavras), os sintaxemas são suas unidades funcionais e de base dupla: morfológica e sintática, ou flexional e relacional. A nova unidade mista, morfossintaxe, vai interdepende de questões internas: morfemas flexionais, e questões externas: semantemas, lexemas (da dicionarística) ou morfemas lexicais.

A externalidade – PISCI/ PISCT – (situação, entorno, exóforo), que pode ser notada na modalidade oral, acopla-se à internalidade (contexto, endóforo: anáfora/ catáfora) para aparentar a modalidade escrita.

Depois que os interlocutores (falantes-ouvintes) se fazem intercessores e constituem uma comunidade (“Gemeinschaft”) provocam uma crise, pois eles têm duplo caráter; esse caráter duplo suspenso cada sintaxema:

– Um caráter constitui a comunidade de comunicação, com suas convenções, suas regras, suas positivities a privilegiar a razão que sonha e faz realidade e a analisa, quando se processa o retorno ao caráter originário;

– Outro caráter, (que), como segundo, permite o duplo na combinação possível. O possível amplia o real, sua essência.

Esse outro caráter remete o real à existência. Para esta, ao evoluir ou se complexificar em coexistência, não basta dar conta do problema da competência (poder falar). Gera-se o emaranhado da crise (aspecto crítico, porquanto é de origem criativa: a mente calculante já encontrou a mente meditativa). Inclui-se o problema do desempenho, que implica *signo*. Navega no signo da alteridade (um paradigma da ética). E acrescenta mais um problema bem maior, na alteridade: a recepção (aceitação, além da percepção).

A *recepção* – PISCI – pode implicar realização, atualização (fala ou discurso do sinal ou da língua). No atualismo (atualidade a qualquer custo), bastaria ser atual teoricamente. Contudo, a comunicabilidade ainda precisa da comunicação na comunidade de destino, além da comunidade de comunicação cujos atos officinosos condenam à redução perpétua a infinitude ou amplidão do nosso sábio silêncio muito pouco interpretado, menos ainda decodificado (?).

UMA POSSÍVEL QUESTÃO DE MÉTODO: metáfora (incluindo a metáfora inerente) – PISCI/PISCT

Um conflito se estabelece, sob pena de frustração do ato de hominizar e humanizar: em face da comunidade de destino e de suas carências, os intercessores sujeitam o discurso às múltiplas e infundáveis ocorrências da vida do indivíduo, segundo Saussure PISCI, no seu *Cours*, através de Bouquet (2004) – PISCI. Neste ato, não raro, os intercessores desconsideram a reação complexa, unitrinitária – TISVCM.

A relação complexa, unitrinitária compreende-se: indivíduo – espécie – sociedade, de que nos fala a Teoria – TISVCM.

Essa Teoria se refere à Teoria da Complexidade através de Morin (2005) – VCM, in: *O Método 6: Ética* (Ciência da Liberdade, cujo objeto possibilita imprimir o caráter da moral, da qual não se distingue na perspectiva semiótica de costume: gr. *Éthos*, lat. *Moris*).

Tal desconsideração compromete a eficácia, a eficiência, e o cumprimento da ética da compreensão. Daqui, se compreende Joaquim Mattoso Câmara Jr. – PISCI – ao sentenciar a língua na fala e na comunicação (esta no espaço da linguagem ou no não-espaço da linguagem): comunicamos-nos, apesar da língua que falamos.

Quanto à *metáfora* – PISCT, de implicação comutativa, seletiva, mentalmente subjetiva, de permuta de paradigmas, ela, no instante da apresentação de sua aparência, descontextualiza a forma e a substância de expressão, a mensagem na sua origem. A metáfora, enfim, inere à ambivalência do ser do homem e sua expressão; na linguagem, ela faz língua e é e traduz conhecimento ou saber; e, uma

vez esquecida a metáfora, ela faz e estabelece verdade ou nesta se transforma.

Num outro instante, mais eterno, a substância do conteúdo da linguagem é devolvida ao contexto por ação do entorno agora aco- plado em percebida ação interativa do endóforo, mais precisamente da catáfora (que cata os possíveis fragmentos da anáfora para incluí- la no contexto, na “situação” interna ou internalizada). E até sinestesia- sias se habilitam, porque em Cecília Meireles – PISCT – já são de “prata todos os aromas”; em J. M. Machado de Assis – PISCT, já se pode contar com um enunciado memorial: “Há na alma deste livro (MPBC), por mais risonho que pareça um *sentimento amargo e ás- pero*, que está longe de vir dos meus modelos”. Metaforiza-se o sentir do sentimento com o sentir da sensação, recontextualizados na i- dentidade da percepção merleaupontiana (concebida segundo Mauri- ce Merleau-Ponty) – PISCI/ PISCT.

O desvio semântico no *sinal* pertence aos *dotes convencionais* da razão.

METÁFORA – DIFERENCIAÇÃO DE SINAL, SÍMBOLO E SINTOMA – PISCI/ PISCT

O desvio semântico no *símbolo* (Metáfora) diz respeito ao ca- ráter da substituição ou comutação e troca de paradigmas: *Metáfora*. Opera no eixo da paradigmática linguística, que atende ao arranjo da comutação da linguagem. Nesse arranjo último, situa-se a Figura:

Metáfora e cada apóstrofo, cada apelido ou cognome, cada Predicativo do Sujeito, em relação ao ator ativo, passivo, reflexivo, recíproco ou médio do enunciado, e cada Predicativo do Objeto. A fim de realizar o PdO, é mister ter por bem, ainda que negado, al- guém, este como Predicativo do Objeto Preposicionado. E esse PdO interessa mais como Predicativo do Objeto com Preposição, na pers- pectiva funcionalista e semântica da estrutura sintática (forma de agir no contexto e na relação endofórica) da ética da compreensão, do que saber se o objeto é direto preposicionado ou indireto!

O arranjo da contiguidade – PISCT – ou associação – PISCI – é contemplado pelo sinal, como o de trânsito ou da religião (sinal da cruz), que operam no eixo da horizontal sintagmática linguística.

Na *diferenciação* de sinal, símbolo e sintoma, Jacques Lacan – PISCT, no seu *Seminário* (Rio de Janeiro: Zahar), nos convence de que o espirro, um defluxo nasal, pode ser sinal de uma ligeira irritação de fundo alérgico ou momentâneo e circunstancial; e pode ser sintoma de uma gripe ou apenas um resfriado.

O *sinal* desconfia, no primeiro caso, e se vincula (“representa” a...) à conotação, passageira, mais subjetiva (ou subjacente, como estrutura profunda) e pouco consistente, e o *sintoma* indica o sistema de um quadro de protocolo, assentado num tecido de regras e normas que instituem contratualmente e por consenso não somente particular ou íntimo de um grupo; assim o *sinal* atinge o espaço público geral e permanente.

Transforma-se o *sinal*, o projeto, em *símbolo*, no projeto da Gramática (ISPULP). Simboliza o grande esforço público (*sinal*) da Madre Olívia e sua equipe da PUCSP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, o símbolo espacial ou institucional, histórico); este serve também como localização não só do objeto que ali aparenta, mas que age; pragmaticamente, na ação se reconhece a que condição favorece o indivíduo humano, no claustro sócio-vital.

O *sintoma* – PISCI – científico-gramatical se localiza no método de uma gramática de propósito linguístico, deontológica (com vistas aos meios por que se chegará à comunicação no espaço público); incluem-se princípios, postulados e até leis, ressaltados os espaços-objeto (espaços-corpo) dos entrecruzamentos de toda e qualquer categoria, com toda e qualquer disciplina, seja do ponto de vista interdisciplinar, seja do ponto de vista transdisciplinar.

GRAMÁTICA CIENTÍFICA DO PORTUGUÊS
(Língua Portuguesa, suas Literaturas e Culturas) – PISCI/ PISCT

De Madre Olívia (1979) – PISCT – foi selecionado o *Conjunto 2*, pois é o do meio, entre três, no título “Treinamento em Análise Semântica”. Nessa perspectiva semântica, subentende-se que a razão é chomskiana, para quem a gramática começa na semântica. A semântica, no signo sema/semema, inclui a palavra, enquanto lexia e, com esta, toda a dicionarística da língua humana, planetária, a fim de que a universalidade se dissipe nos falares e, daí, dialetos locais, a serviço da concepção da Babel. A Babel simboliza o instrumento de banalização do ideal de fraternidade da unidade humana. Essa unidade comunicacional deixa, por um ligeiro instante, de ser o arquétipo da pleora da espécie, do gênero, das categorias divisórias e disjuntivas, como a do tempo, parasitária do modo e do aspecto, da mentalidade ou da perspectiva de que essa unidade humanista pode conviver com a diferença, e bem.

Mais tarde, focalizaremos o conjunto 1 e 3. O propósito seria reiterativo, apenas para que se reforce a concepção de um programa, num seletivismo, próprio do fazer científico, para não se dizer positivista. Vamos ao programa, com base no *Conjunto 2*, da Madre Olívia (1979, *op. cit.*), com o objetivo de proporcionar elementos para as aulas de Português, de modo prático, sem preconceber registros cultos e coloquiais, em “Sumário”:

– Tipos semânticos de verbos – Roteiros e Exercícios:

Ação e acontecimento; Ação, conhecimento e acontecimento; Conhecimento e impressão; Ação e estado; Volição, sentimento e decisão; Diferentes tipos de verbo.

(Para nós, acrescenta-se, como suplemento o quadro dicionarístico da conjugação de modelos verbais).

Dar; Dar e Fazer; Fazer; Fazer e Ir; Ir; Ir e Ter; Ter.

– Um mesmo verbo em diversos contextos:

. – A Duração do processo verbal: “Aspecto verbal”:

. Explicação Prévia

. Aspecto: pontual e durativo; Cessativo, progressivo e frequentativo;

. Indicar o valor da duração verbal; *idem* (insistir com a proposta).

– Tipos semânticos de sujeitos (do Sujeito):

. Sujeito agente e sujeito do acontecimento; Sujeito do acontecimento e do conhecimento;

. Sujeito da impressão e sujeito causador da impressão; Com verbo de volição, impressão e sentimento; Sujeito remetente, destinatário e receptor.

– O Jogo da Caracterização:

. Caracterizador, caracterizado e tipo de caracterização; *Idem* (insistir na caracterização);

. Ação apresentada como (fator) caracterizador; Acontecimento apresentado como caracterizador; Caracterizador caracterizado e tipo; (Dois momentos de propostas reiteradoras; insistência); *Idem*; Caracterizações entrelaçadas; (Seis momentos de insistência, para verificar casos e fixá-los)'

E nesse ritmo e modo, apresentam-se outros “*Conjuntos*” (O-LÍVIA, 1979), a exemplo do *n. 1*:

– Relação de destaque e substituição e expressão de ideia de possuidor, possuído e posse.

– Lugar (para distinguir: de origem, finalidade. Percurso, permanência e proximidade).

– Tempo: para distinguir e relativizar; indicar fatos simultâneos, quase simultâneos, anteriores, posteriores, remotos, iminentes, ações repetidas e ações concomitantes.

– Inclusão e Exclusão (completar orações, de modo a incluir alguém e excluir outra pessoa).

– Quantidade (distinguir, passar, assinalar, valorar individualização e generalização e identificar seus elementos).

– Intensidade ou Diminuição (suprimir os intensificadores, a intensificação e indicar suas localizações de ocorrência)

– Meio e Fim (distinguir, destacar e indicar meio como intermediário e suas concepções)

– Alternância e Disjunção (o significado exprime alternativa e disjuntiva; distingui-las).

– Condição – Condicionado (Indicar; Distinguir, inclusive condição hipotética).

– O Jogo da Comparação: indicar coisas comparadas e suas gradações; elementos comparados; distinguir a comparação por igualdade e por semelhança; comparar por par de diferença; estabelecer o comparativo por semelhança e por diferença; comparativo em geral; um jogo comparativo mais complexo, com um elemento em destaque.

... Depois a exemplo do “Conjunto” (Olívia, 1979, nº. 3) – 1ª

Parte:

– Uma palavra em diversos contextos: – Mais; – Menos; – E; – Ou; – Ainda; – Até; – Pois...

...mais duas palavras: – Lá; – Mas.

2ª. *Parte:* – Análise Semântica perante textos:

a) em linguagem coloquial, 71-77

b) de autores, 78-88

c) extraídos do *Pequeno Príncipe*, 89-98

d) do poema de Vinícius de Moraes, “Operário em construção”, 99-108

e) de João Cabral de Melo Neto, “Morte e Vida Severina”, 110-129

f) Poesias, 130-143

Observação:

Toda a Metodologia será participativa, seja para efeito de acompanhamento, seja para efeito de assimilação, seja para efeito de avaliação (ao final deste trabalho, três páginas de exercícios serão anexadas, na aula, ao vivo, em caráter de ilustração suplementar).

ESTRUTURAS SINTÁTICAS, DE CHOMSKY – SIS

Aqui se ensaia uma Teoria Geral formalizada da estrutura linguística.

Havia dois modelos da Teoria Linguística:

– um modelo teórico da comunicação: nele a linguagem é um processo de *Markov* de estados finitos; o processo produz frases da esquerda para a direita; e

– um modelo sintagmático: ele se funda na análise em constituintes imediatos. Estes se articulam sem intermédio de outros elementos formais que constituem uma forma linguística complexa, segundo também Câmara Jr. (1964, p. 90).

Em – *lobas*, o –*a* é constituinte imediato da raiz *lob-*, mas o –*s* é acrescentado à forma complexa *loba*.

Podem ocorrer dois ou mais adjetivos sem serem uma sequência de coordenação junto ao substantivo, mas constituintes em ordem sucessiva (provavelmente, um tipo de coordenação especial ou apenas aparente, sem a ação e a implicação semânticas). Essa sequência não coordenada é assinalada pela falta de vírgula na escrita e, na oralidade, pela falta de pausa entre esses elementos ou pela anteposição de um em face da posposição do outro: – *guerra injusta devastadora*, – *devastadora guerra injusta*. Aqui nesses exemplos, *devastadora* é constituinte em articulação com *guerra injusta* – PISCI.

Esse constituinte passa a ter um valor gramatical na ocorrência da colocação do adjetivo em anteposição ao substantivo, como se verifica no caráter de *devastação* num plano primordial na linearidade frasal. E ser a *guerra injusta* ocupa uma localização secundária: como se a guerra tivesse devastado mais do que injustiçado ou dei-

xado prevalecer a impressão devastadora acima ou além da impressão injusticeira.

E note-se que o *valor* gramatical tem implicação sígnica, que é sua penetração semântica e até semiótica, por causa de uma pragmática articuladora com reflexos linguísticos em meio de expressão PISCI/PISCT.

Chomsky propõe um terceiro modelo. A noção central é a de *nível linguístico*.

O nível linguístico é um conjunto de válidos mecanismos descritivos. Eles se validam para fornecer um processo de avaliação das gramáticas.

Desse modo, os níveis crescem. Sucedem-se em complexidade. Correspondem a modos de descrição cada vez mais potentes, ampliados pela criatividade da paixão e limitados pelas necessárias regras gerais: frases, como núcleo, apóiam, a compreensão de outra; uma frase provém de outras; a estrutura sintática se correlaciona, multiplamente, com o sentido; e o quadro sintático, pode “suportar” a análise semântica; não, fundá-la. Tal compreensão progrediu da concepção da interdependência dos níveis e a de níveis linguísticos enquanto sistemas abstratos de representação ligados apenas por aquelas regras.

Existem numerosas correlações entre a estrutura sintática e o sentido. Essa compreensão – conclui-se de outro ângulo – necessita da decomposição da estrutura sintagmática em constituintes de cada um dos componentes elementares. Nessa proporção, a história transformacional do desenvolvimento da frase viva a partir das frases-núcleo regra conversão de uma estrutura profunda numa estrutura de superfície.

A LINGUÍSTICA CARTESIANA – SIS

O advento da gramática gerativa evidenciou que o modelo da gramática cartesiana de Arnauld e de Lancelot justapunha estruturas superficiais – PISCI. As categorias se sucediam. Não demonstravam sua interdependência.

O encadeamento sintático-semântico se reduzia a dois níveis: o da racionalidade das convenções linguísticas e as abstrações ou emoções. Por isso, M. Foucault – TISDP – observara e já sentenciara, no “Prefácio” da segunda edição, que essa Gramática Razoada, de Port-Royal já constituía em pleno século dezessete uma antevisão dos mecanismos do estruturalismo linguístico. Ali, estava antevista, portanto, a linguística como ciência. Saussure – PISCI – a concebera desse modo. E foi a maior influência exercida nos modelos seguintes, incluindo as descrições da gramática generativa – SIS.

A descoberta das condições universais que prescevem a forma geral de toda a linguagem humana favorece a Chomsky agrupar o seu centro sob o nome de “linguística cartesiana” – SIS. Esta obra analisa o parentesco existente entre as regularidades recursivas e escondidas que suportam uma variedade de superfície na Gramática de Arnauld e Lancelot – PISCI.

Evidenciam-se, dessa forma, as regras que remetem para a uniformidade da natureza humana, para os universais linguísticos e para as inatas propriedades do espírito na constituição do saber humano. E essas regras aproximam os pressupostos da gramática de Port-Royal – PISCI – e os princípios da gramática generativa – SIS, que “reativam” os da gramática universal clássica – SIS/ VDM/ VCH.

Então, a gramática generativa – SIS – se define como estudo da tácita competência de um locutor-auditor. Sobre ela se assenta o seu efetivo desempenho na produção e na percepção do discurso.

Compõe-se um sistema de base, que é conjugado por regras que geram subjacentes relações gramaticais. Tais relações se conformam numa ordem abstrata. Acompanha-a um sistema transformacional.

O sistema transformacional se aplica em mutáveis estruturas de superfície. A *conjunção* do sistema produz a configuração da sintaxe de uma língua. Enfim, decididamente, quem partilha esse sistema é o locutor e auditor. Dele emana a uniformidade da natureza humana, no interior do sistema subjacente de regras generativas.

A LINGUAGEM E PENSAMENTO – SIS

No livro de Chomsky, *A linguagem e o pensamento*, em bases novas reexamina-se o antigo problema das relações entre o pensamento e a linguagem. Tanto pertence ao passado quanto ao presente da Linguística, que era o “futuro”: estudos sobre a geração da linguagem.

Porém, estamos diante da questão dos fundamentos inatos da aquisição da linguagem. Operacionalizou-se a questão no processo de aquisição e de utilização da competência linguística.

A implicação sgnica em Chomsky tem originariamente um aspecto genético; daí resulta o infundo caráter generativo das operações e das múltiplas e efetivas ocorrências da vida do indivíduo. Esse individualismo está marcado em toda a influência de Saussure, na conceituação do discurso (“parole”), nas relações sgnicas em Peirce, na conexão kantiana da ética do discurso em Habermas – TISDPV-CH, que se abriria para a chamada comunidade de comunicação.

A inata competência linguística, em Chomsky combina regras, subjaz a esses recursos. Estes definem uma gramática universal. Permitem adquirir uma língua, cuja expressão se limita ao desempenho (“performance”) de certo modo inato. Instalam-se estratégias. As estratégias asseguram essa aquisição. A aquisição, por sua vez, seria assegurada na dependência também de uma estrutura inata.

A performance é sustentada por um sistema abstrato, como deve ser considerado o conhecimento de uma língua.

O conhecimento ou a competência a que nos referimos sustenta o sistema. Leis concorrem para definir a forma e o sentido intrínseco de um potencial número infinito de frases (o dado localizado na finitude, aqui, determina as possibilidades infinitas).

O tal sistema, “gramática generativa” toma do homem o caráter radical: ele é a raiz, tal como Karl Marx – VCM/ VCH – concebera o, por ele chamado. “homem genérico” (generativo). O sistema generativo define as propriedades formais de qualquer língua humana possível.

Uma gramática generativa sistematiza várias centenas de leis de tipos diferentes. Os tipos concedem princípios de ordem e de apli-

tabilidade fixos. Contêm uma subestrutura fixa, também comum a todas as línguas (Ex. a colocação de termos na estrutura sintática e o quadro sintático resultante com suas flexibilidades de mutação).

Operacionalmente, distinguem-se estrutura superficial e estrutura profunda. Na superficial, as operações morfossintáticas se consideram a primeira articulação da linguagem, como na percepção de André Martinet, 1979 – SIS; essa percepção se objetiva na relação entre a *Linguística* e a Comunicação, entre ela e a *Significação*, entre a Comunicação e a Sociedade, e estrutura profunda é semântica ou de base – SIS.

A distinção entre as estruturas, nesse teor chomskiano – SIS, acede à compreensão da organização subjacente. (Segundo Roland Barthes, a estrutura se garante na História).

E é porque as línguas pouco variam nas suas estruturas profundas que não se compreende totalmente bem o abandono da tese da gramática do sentido por Saussure, ao se aceitar de Simon Bouquet (2004), na sua *Introdução à leitura de Saussure*, o pensamento sobre o *Curso*: 1) Saussure se define um filósofo não da linguagem apenas, mas da própria ciência, da Linguística; a epistemologia dessa ciência se consagrara à gramática comparada; 2) necessariamente, reconhecia-se, nessa ciência, profunda, uma metafísica; 3) e entrava uma teoria linguística com uma semântica: esta pode integrar as dimensões lexicais, morfológicas, sintáticas e pragmáticas da linguagem; 4) tudo isso se anunciava sob a forma da “epistemologia programática” de uma ciência futura, como, aliás, procedemos com relação precisa ao projeto da Mãe Olívia e sua grande e maravilhosa equipe.

Desse modo semântico, pode haver uma grande variabilidade nas manifestações da estrutura de superfície, ligada à estrutura de profundidade pelas operações transformacionais.

Numa pessoa conhecedora de uma determinada língua, a sua gramática *gera* o conjunto infinito das potenciais estruturas profundas, *caracteriza* (mapeia) a associação (sinal) e a troca (símbolo) de operações sobre o fundo das estruturas superficiais, e *especifica* as interpretações semânticas e fonéticas desses objetos abstratos – PISCI.

Todavia, abre-se concessão à semântica parecer regulada pela estrutura profunda, como já advertíramos, anteriormente, neste trabalho, e à fonética, pela estrutura superficial, carregando as operações de implicação sígnica interna, portanto as composições morfossintáticas, para nós.

Conclusivamente, não se perde de consideração a restrição inata, que constitui uma pré-condição para a experiência linguística, como possibilidade “condicionada”.

Por exemplo, uma criança não pode saber no processo da nascerça que língua aprenderá, embora se tenham testemunhas de uma comunicação intrauterina da progenitora e o feto (essa comunicação passaria alguma sentença ou sequer enunciado de caráter linguístico?). Por isso, essa criança deve saber que a sua gramática exclui muitas línguas imagináveis de uma forma pré-determinada (pré-gestada ou concebida no útero?).

NATUREZA E FUNCIONAMENTO DA LINGUAGEM – TISDC

O modo mais *atual* de se propagar o tema deste tópico consiste em recorrer a Mário Eduardo Matelotta (2008), no seu livro *Manual de linguística*.

O Manual do Matelotta – TISDC – busca meios eficazes de executar a tarefa de introduzir informações básicas da ciência da linguagem e da gramática. Desconhecem-na os estudantes.

Discutem-se questões acerca da natureza da linguagem. Elas ajudarão na formação dos alunos de linguagem no decorrer da sua graduação. Estimulam-se reflexões sobre a natureza e o funcionamento da linguagem. Projeta-se a iniciação científica. A quantidade de informação disponível é imensa. Seleciona-se o conteúdo a transmitir a harmonização de tradição e modernidade.

Um manual nos introduz na história e no desenvolvimento dos conceitos básicos e gerais. Apresentam-se as principais escolas teóricas. Interfaceiam-se outras áreas de pesquisa. Aí se inclui o ensino de línguas. Juntam-se várias universidades.

Lido cada capítulo, faz-se uma pequena bateria de exercícios (em anexo a este artigo, ofertado em mão no próprio curso). Para uma pequena amostragem, selecionamos apenas três exercícios sobre: 1) comparação dos elementos da primeira articulação; 2)...da segunda articulação; 3) dissertação sob o conceito de gramática, unindo as três questões, e recorrendo às suas problemáticas intrínsecas ou específicas.

Mais tarde, não exatamente hoje, depois se distinguirão as funções da Linguagem (31), e se resolverão os exercícios de: – dupla articulação (40); – conceitos de gramática (68). Arbitrariedade e iconicidade (87); – motivações pragmáticas (109); – abordagem da linguística cognitiva (193); –... da linguística textual (203); – aquisição da linguagem (215); – psicolinguística experimental em foco de: a) processamento da linguagem (233); – b) linguística e ensino (241).

Despede-se Martelotta da ativa participação mais direta no último artigo, que intitula o capítulo “Aquisição da linguagem”. A questão é: como as crianças aprendem a falar?

Enfatiza-se a linha da teoria gerativista, sob a hipótese do inatismo: sua descrição aprofunda algumas noções que ampliam a hipótese behaviorista do estruturalismo.

O estruturalismo americano explica pela psicologia behaviorista a aprendizagem de língua, por uma aquisição através de experiências vividas: estas respondem a determinados estímulos do meio; por associação e repetição das respostas aos estímulos, fundamenta-se essa aprendizagem.

Para Radford (1993), sob o inatismo da “hipótese maturacional da aquisição da linguagem”, segundo Martelotta (*op. cit.*), as crianças passam pelas seguintes fases de aquisição da linguagem:

- (a) fase pré-linguística: 0 a 12 meses;
- (b) fase de uma palavra: 12 a 18 meses;
- (c) fase multivocabular inicial: 18 a 24 meses;
- (d) fase multivocabular tardia: 24 a 30 meses.

Na estrutura chamada “sentença curta” do adulto, na terceira fase (C), a ela assemelha-se a estrutura da sentença de crianças, como as destacadas a seguir:

Eu acho *Pedro inteligente*.

Eu considero *Pedro bom*.

Vejam os exemplos da fala de uma menina brasileira de 2 anos:

- a) Faz sol grande.
- b) Panta de vovó.
- c) Carro é minha.

Nessa fase, não há estruturas com artigo, pronome, flexão nominal e verbal e conjunção, porque não houve maturação para a aquisição dos sistemas funcionais.

Sob hipóteses construtivistas e interacionistas, diferenciam-se as maneiras. Tentam dar conta da linguagem a partir das relações interativas entre a criança e o ambiente (Piaget). Intermedeiam-se criança e as pessoas com que ela convive (interacionistas).

Dessas concepções selecionam-se algumas:

– Cognitivismo construtivista ou epigenético (Piaget, 1978-1990). É desenvolvida com base na ideia de que o desenvolvimento das estruturas do conhecimento ou estruturas cognitivas é feito pela interação entre ambiente e organismo; ou seja, Piaget não concebe uma gramática independente de outros domínios cognitivos.

O aparecimento da linguagem se dá por volta dos (18) dezoito meses de idade.

Esse estágio o autor denominou de “estágio sensório-motor”. Nele se desenvolve a função simbólica – PISCI – (comutação ou metáfora, na paradigmática do arranjo de seleção da linguagem).

– O interacionismo social – não inatista (Vygotsky, 1996) – explica o desenvolvimento da linguagem e do pensamento pela interação entre os indivíduos. A fala e o pensamento diferenciam suas origens genéticas. Existe uma fase pré-verbal do pensamento. Liga-

se à inteligência prática. E relacionada ao balbúcio e ao choro, desenvolve-se uma fase pré-intelectual da fala.

Enfim, a história das reais relações – PISCI – entre a criança e as outras pessoas – PISCT – constitui-se dos processos de internalização.

E resta mais uma concepção:

– A visão sociocognitivista, que junta a base social, interacional, com a base cognitiva. Explica-se a aquisição da linguagem em termos funcionalistas; a aquisição começa na passagem para o entendimento. A criança desoculta a existência de uma intenção no ato de comunicação dos adultos. Contudo, embora despossuídas da tecnologia da espécie humana, todas as demais espécies animais são, também, detedoras da linguagem.

Especifica-se a humana habilidade da linguagem, no entanto, pela lida com tecnologias, formas complexas de organização social e comunicacional. O aprendizado se habilita na posse da compreensão dos seres semelhantes pelos indivíduos iguais em vida mental e intencional. Esses seres intencionais utilizam símbolos linguísticos (instrumental de permuta, de base operativamente metafórica), para a necessária situação comunicativa.

Adquire-se a linguagem por volta dos nove meses de idade: a criança se propõe a compreender razões/ explicações (“por quê?”) e finalidades (“para quê?”) sons e movimentos têm valor comunicativo, motivam um tipo especial de intenção chamada “intenção comunicativa”.

Destarte, desenvolve-se algum tipo da chamada “cena de atenção compartilhada”. Esta provê a base sociocognitiva para esse entendimento.

Outro aspecto também igualmente importante inclui a própria criança, como elemento constituinte, parte do cenário, no seu papel na interação conceptualizada; parte do mesmo perceptual externo da outra pessoa e do objeto: esse aspecto é a compreensão da criança de uma “cena de atenção compartilhada”; e todos participam de um formato representacional comum, sem o qual não se conta com outro

processo igualmente importante para se operar a aquisição dos símbolos linguísticos (troca de paradigmas) – PIS.

Enfim, Martelotta (*op. cit.*, p. 215) – TISDC – nos comenta em conclusão que a questão do inatismo continua aberta à discussão. Pesquisadores defendem que existe uma gramática universal no nosso código genético. Ela responde pelas características das línguas e pela aquisição da linguagem.

Existem cientistas que não admitem o inatismo tal como este é proposto por Noam Chomsky – SIS. E eles enfatizam outros pontos importantes para a aquisição:

(a) o desenvolvimento cognitivo e a aprendizagem em geral; – (b) a interação entre os indivíduos; e (c) a percepção das intenções comunicativas.

“Caberá às próximas pesquisas validar ou refutar as hipóteses de uma ou de outra abordagem ou ainda criar novas hipóteses para a questão da aquisição da linguagem” (*Idem, ibidem*).

UMA PROBLEMÁTICA SEMIOLINGUÍSTICA DO ESTUDO DO DISCURSO – TISDP

Com Patrick Charaudeau (2008, p. 11-64) – TISDP, chegamos ao nível ou à perspectiva dos modos de organização do discurso, com princípios, com desvendamento enunciativo, com ordenação descritiva, com organização narrativa, e com semântica argumentativa. Contudo, aqui nos prenderemos apenas a um aspecto incoativo desse contexto: o campo semiolinguístico, pois alguns outros já se trataram. Por agora, satisfazem os objetivos propostos, se considerarmos todas as circunstâncias e as implicações sgnicas.

O território é das ciências humanas. O primeiro percurso de reconhecimento, para Charaudeau, se propõe ao reconhecimento do que se chamou *campo de linguagem*, para confirmar, contestar ou deslocar a atividade ulterior, como esta.

Tal exploração não tem caráter histórico nem exegetico.

Não é histórico, pois não parte da origem das teorias linguísticas e não acompanha sistemicamente o seu desenvolvimento.

A exegese provém de uma problemática defendida no livro do autor, que difere do que acontece nos livros das ciências que não têm como objeto a linguagem, com as suas principais questões, pelo menos.

A fim de não nos distrairmos do nosso objeto, o do livro do Charaudeau se insere num contexto imediato das “diferentes atitudes diante da linguagem”, com delimitação de objeto; método; conhecimento; justificativas; e se esbarra, mais uma vez, noutra específico contexto, o do “campo semiolinguístico”. Vamos, então, a este, que envolve todos os demais itens direta ou indiretamente.

Coexistem e se integram, nesse campo, duas necessárias propostas antinômicas: *discordância* e *concordância*. Elas produzem e marcam a linguagem. O ato de linguagem se concebe como um *conjunto* atos integradores (mecanismos de fundações da linguagem: falares, gírias e dialetos, na diversidade), no fenômeno de criação dos signos.

Os signos nascem em um uso e, a um só turno, em uma soma de relações de intercompreensão.

CONCLUSÃO

O objeto do conhecimento é o do que fala a linguagem através do como fala a linguagem, em todas as suas categorias; estas interdependem da situação, do entorno, do contexto; falar e como falar constituem-se, e não um após o outro. Não se podem separar esses aspectos.

Uma análise semiolinguística, por cujo conceito se conclui um trabalho, breve, não escapa do discurso próprio, sobre o discurso; é a própria Linguística: utiliza como instrumento para interrogar esse objeto, discurso, construído ao fim de uma conceituação estrutural dos fatos languageiros.

Os fatos languageiros fazem parte do diálogo, dentro do moriniano princípio da dialógica. Este evolui para a Democracia participativa.

No mesmo ato languageiro, de forma dialética, interpelam uma *especificidade* – PISCI – e um *consenso* – PISCT.

Tais interpelações se afirmam, em suma, no jogo de *agressão* e de *cumplicidade* enfrentado pelos atores da linguagem. Tentam responder no *campo semiolinguístico*, as implicações sógnicas: sobretudo, signo; a sustentação da teoria da significação – SIS; o conceito de comunicação; e a competência linguageira, todos os atos que se comprometem com a *análise de um texto*, com a efetiva possibilidade de comentar os *atos de linguagem*!

E, enfim, os atores da linguagem evoluem com a dialógica para a democracia plena – TISDCVCM/ TISDPVCH, que se compõe, diretamente, com a democracia cognitiva da perspectiva da complexidade de Morin e com a democracia participativa, defendida por Hannah Arendt, e praticada no ensino do Português pela exemplar Madre Olívia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOUQUET, Simon. *Introdução à leitura de Saussure*. 9ª ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dicionário de filologia e gramática, referente à língua portuguesa*. 2ª ed. Refundida. Rio de Janeiro/ São Paulo: J. Ozon, 1964.

CARRETER, Fernando Lázaro. *Diccionario de términos filológicos*. 3ª ed. Corregida. Madrid: Gredos, 1968.

CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. Trad. Ângela M. S. Corrêa & Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2008

CHOMSKY, Noam. *Estruturas Sintáticas*. Portugal: 70, 1980.

———. *A Linguística Cartesiana*. / “*La Linguistique cartésienne*”. Trad. N. Delanoë e D. Sperber. Paris: Seuil, 1969.

———. *A Linguagem e o Pensamento*. / “*Le Langage et la Pensée*”. 6ª ed. Trad. L. – J. Calvet. Paris: Payot, 1990

FOUCAULT, Michel. *Archeologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969.

HABERMAS, Jürgen. *Teoria do Agir Comunicativo*. Tomo 2. “*Pour une critique de la raison fonctionnaliste*”. Trad. J.-L. Schlegel, da ed. al. de 1981. Paris: Fayard, 1987.

JAKOBSON, Roman & MARTINET, André. *Linguística e Comunicação*. Entrevistador: José Manuel Blecua. Rio de Janeiro: Salvat; Bracelona; Paris: Grammont/ Lausanne, 1979.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *La pensée sauvage*. Paris: Agora, 1985.

MAINGUENEAU, Dominique. *Termo-chave da análise do discurso*. 1ª reimp. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.). *Manual de linguística*. 1ª Reimp. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINET, André. “Arbitraire linguistique et double articulation”, *CFS*, n. 15, 1957.

——— & JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. Rio de Janeiro: Salvat, 1979.

MORIN, Edgar. *O método 6: ética*. / “*La Méthode 6. Étique*”. Trad. port. Juremir Machado da Silva, da edição francesa de 2004. Porto Alegre: Sulina, 2005.

OLÍVIA, Madre. *Análise semântica: Exercícios Iniciais, Conjunto 1, 2 e 3. 4*. Petrópolis: Vozes, 1979 (Instituto de Pesquisas Linguísticas “Sedes Sapientiae”, PUC).

PEIRCE, Charles Sanders. *Escritos sobre o signo*. / “*Écrits sur le signe*”. Reunidos de *Collected Papers*, 1931-1958 e trad. por G. Deledalle. Paris: Seuil. 1978.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. Portugal: Quixote, 1995.

SECHEHAYE, A. *Programme et méthodes de la linguistique. Psychologie du langage*. Paris-Leipzig-Genève, 1908. (Reprodução fragmentada, Rio: Maison du France).

TRUBETZKOY, N. *Principe de Phonologie*. Paris, 1949.

**OFICINA DE FOTOGRAFIA
E A PRODUÇÃO DE SABERES DO COTIDIANO:
A "INVENÇÃO" DE DISPOSITIVOS DE PRODUÇÃO
DE PISTAS PARA PESQUISA NO ENSINO MÉDIO**

Bruno Deusdará (CEFET-RJ / UERJ)
brunodeusdara@yahoo.com.br

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O que o professor pode fazer, quando as redações de seus alunos parecem falar sempre das *mesmas* temáticas, por meio da utilização dos *mesmos* argumentos? Em outros termos, que contribuições pode dar no sentido de ativar novos dispositivos e de colaborar na instituição de outras práticas, quando, ao menos aparentemente, os mesmos discursos são postos em circulação?

São questionamentos como esse, que, emergindo de nossa prática como professor de Língua Portuguesa no Ensino Médio, tanto em escola da rede pública estadual do Rio de Janeiro, como, atualmente, em instituição federal de Educação Tecnológica, orientam as problematizações desenvolvidas no presente texto.

Situamos algumas das nossas expectativas de reflexão a serem desdobradas ao longo de todo o artigo, a partir de uma breve retomada da reformulação a que procedemos no primeiro parágrafo do presente texto. Assim, ao abriremos a possibilidade de substituir “fazer” por “contribuir” e “colaborar”, estamos tentando marcar posição no debate acerca dos atuais impasses provocados pela situação de precariedade enfrentada diariamente por profissionais, alunos e membros da comunidade escolar em geral. Rejeitamos aqui explicitamente as vozes que tentam imputar a uma suposta “falta de vontade” do professor a culpa pelos insucessos no processo educativo.

Optamos por falar em precariedade como forma de ressaltar que se trata de questão social (não apenas econômica, como tentam fazer crer os tecnocratas de plantão) historicamente construída.

Nesse contexto, palavras como “contribuir” e “colaborar” pretendem destacar que as transformações urgentes e necessárias no campo da Educação não podem se assentar na expectativa de uma

“vontade subjetiva”, de um “engajamento individual” como saída para a situação atual, sob pena de estarmos reforçando a lógica neoliberal que não cessa de nos recolocar diante do sofrimento e aprofundar o tédio e a sensação de que não haveria nada a fazer.

A esse respeito, cabe refletir acerca dessa lógica que, ao nos solicitar individualmente, nos insere em um funcionamento que alimenta a nossa própria exclusão:

Em sua forma de funcionamento tradicional, a escola não vem agenciando uma ação socializadora sobre grande parte de seus alunos, crianças ou adolescentes, que mantêm, antes, uma relação de distanciamento construída na condição de aluno. Porém, é importante evidenciar que tal perspectiva não incide somente sobre o aluno, pois o modo de gestão e a organização do processo de trabalho escolar estão atravessados pela exclusão do próprio professor, que não interfere nas regras de seu próprio ofício (Rocha, 2001, p. 222)

Dessa forma, pensar em “contribuir com a ativação de outros dispositivos” e em “colaborar na construção de novas práticas” pode significar pôr o foco sobre uma dimensão estratégica das lutas contra a precariedade e a favor de novas formas de viver o cotidiano em educação, que facultem bons encontros. Nesses termos, nosso desafio passa por fazer do cotidiano objeto de análise e intervenção coletiva. A esse respeito, pretendemos explorar algumas trajetórias possíveis no sentido de problematizar a “invenção” de certos dispositivos produtores de pistas para pesquisa do cotidiano no Ensino Médio.

PRÁTICA DOCENTE E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Neste item, discutimos conceitos que possibilitam compreender a pesquisa no Ensino Médio a partir de uma perspectiva distinta da que vem se hegemонizando atualmente. Essa perspectiva hegemônica a que nos referimos, a racionalidade ocidental, compreende o mundo assentada em dicotomias, entre elas, a que divide teoria e prática. É com base nessa dicotomia que podemos acreditar que nossa prática profissional, alimentando-se de conhecimentos produzidos em outros momentos e em outros espaços, restringe-se a apresentá-los. Dessa forma, as discussões que desenvolveremos a seguir trazem para reflexão algumas ferramentas capazes de colaborar na possibilidade de torcer essa lógica, evidenciando uma dimensão criativa do

nosso trabalho, mesmo que tal dimensão não venha ganhando visibilidade no cotidiano escolar.

Argumentamos a favor dessa torção, considerando os efeitos que têm sido produzidos por essa perspectiva hegemônica. Atualmente, ao imaginar que, no Ensino Médio, apenas (re)apresentamos conceitos, colaboramos com aqueles que hierarquizam o mundo e pensam que o trabalho em sala de aula é tarefa de muitos, enquanto a atividade de elaborar conceitos estaria restrita a alguns “eleitos”. Nesse contexto, aos professores do Ensino Médio, resta desenvolver atividades de pesquisa em suas horas vagas, nos intervalos, nas famosas “janelas”. Trata-se de uma dupla jornada de trabalho.

Nos itens que seguem, procuraremos dar desdobramento à seguinte indagação: de que ferramentas dispomos para pensar a pesquisa no Ensino Médio de outro modo?

Nessas lutas que tentam pôr em xeque a racionalidade ocidental em favor de outros modos de pensar, inspiramo-nos o geógrafo Milton Santos:

Na esfera da racionalidade hegemônica, pequena margem é deixada para a variedade, a criatividade, a espontaneidade. Enquanto isso, surgem, nas outras esferas, contra-racionalidades e racionalidades paralelas corriqueiramente chamadas de irracionalidades, mas que na realidade constituem outras formas de racionalidade. Estes são produzidas e mantidas pelos que estão ‘embaixo’, sobretudo os pobres, que desse modo conseguem escapar ao totalitarismo da racionalidade dominante (Santos, 2006, p. 120-121)

O SUJEITO DO CONHECIMENTO: ESSÊNCIA OU CRIAÇÃO?

Iniciamos este item, retomando a referência às dicotomias fundadoras dessa racionalidade hegemônica no Ocidente. Assim, ao falar em sujeito do conhecimento, pressupõe-se a existência de um objeto a ser conhecido. Essa pressuposição tem sido compreendida a partir de uma relação de precedência do sujeito. Nesses termos, a subjetividade corresponderia a uma condição humana, para a qual a produção de conhecimento seria uma atividade instintiva, portanto, a-histórica.

Diversas têm sido as iniciativas de desconstrução dessa lógica, de Marx a Nietzsche, de Foucault a Deleuze. Esses autores têm procurado sustentar a indissociabilidade entre gênese teórica e gênese social, ou seja, o conhecimento e o mundo ao qual ele se refere não podem ser compreendidos a partir de uma perspectiva linear, sequencial, mas simultânea. O conhecimento não tem “origem” no mundo, é, antes, criado nele. Não só as ferramentas conceituais oferecidas pelas diferentes teorias, mas também as problematizações a que elas vêm responder são indicadores dos processos sociais vivenciados em um dado período histórico.

A premissa sustentada por Foucault afirma não haver correspondência unívoca entre os saberes e o mundo ao qual, segundo a versão que se hegemonizou no Ocidente, esses saberes viriam representar. Dizendo-se inspirado em Nietzsche, Foucault afirmará que o ato de conhecer é, em certo sentido, uma violência, já que não haveria qualquer relação de continuidade entre a coisa conhecida e o saber que se produz sobre ela. Essa não continuidade entre conhecimento e mundo é sustentada, por um lado, na consideração de que o mundo não teria uma predisposição para ser conhecido, e, por outro, a “vontade de saber” não se atualizaria como dimensão instintiva.

O conhecimento foi, portanto, inventado. Dizer que ele foi inventado é dizer que ele não tem origem. É dizer, de maneira mais precisa, por mais paradoxal que seja, que o conhecimento não está em absoluto inscrito na natureza humana. O conhecimento não constitui o mais antigo instinto do homem, ou, inversamente, não há no comportamento humano, no apetite humano, no instinto humano, algo como um germe do conhecimento (Foucault, 2005b, p.16)

Neste trecho, Foucault parece nos oferecer uma síntese de sua concepção a respeito da relação entre o saber e o mundo, remetendo aos jogos de força que se constituem sócio-historicamente. Esse exercício de poder no qual os saberes estão implicados também produz como efeito subjetividades.

Para Guattari, uma definição de subjetividade consideraria os seguintes aspectos:

O conjunto das condições que torna possível que as instâncias individuais e/ou coletivas estejam em posição de emergir como *território existencial* auto-referencial, em adjacência ou em relação de delimitação com uma alteridade ela mesma subjetiva. (Guattari, 2005, p. 19)

Parece-nos destacar alguns elementos da referida proposta de definição de subjetividade. Assim ao falar em “condições” e em “posição de emergir”, considera-se a subjetividade como dimensão fundamentalmente produzida historicamente. A subjetividade deixa de ser compreendida como substância naturalmente constitutiva do ser humano, para ser pensada como correlato de lutas.

Um outro elemento importante é posto em cena com a menção a “territórios existenciais”, a partir dos quais destaca-se a dimensão processual da subjetividade, já que as fronteiras, os limites, um certo desenho desse território se desfaz e refaz no jogo de forças. Ressaltaríamos ainda a ideia de que esse território existencial se comporia “em adjacência ou em relação de delimitação com uma alteridade ela mesma subjetiva”, privilegiando uma dimensão relacional e coletiva da subjetividade.

A produção desse território existencial remeteria a um conjunto heterogêneo de componentes:

1. componentes semiológicos significantes que se manifestam através da família, da educação, do meio ambiente, da religião, da arte, do esporte; 2. elementos fabricados pela indústria dos mídia, do cinema etc.
3. dimensões semiológicas a-significantes colocando em jogo máquinas informacionais de signos, funcionando paralelamente ou independentemente, pelo fato de produzirem e veicularem significações e denotações que escapam então às axiomáticas propriamente linguísticas (Guattari, 2006, p.14)

Essas reflexões que privilegiam uma concepção de sujeito de conhecimento como produção nos desafiam, sobretudo, em um contexto em que as aulas parecem, ao menos momentaneamente, não produzir efeitos potencializadores como dispositivo de intervenção pedagógica. Ao considerar que, quando conhecemos algo, também nos produzimos como sujeitos desse conhecimento, abre-se espaço para investirmos em outras práticas pedagógicas que nos convoquem a agir e sentir o cotidiano de outro modo. O que estamos compreendendo como *cotidiano*?

O COTIDIANO COMO DIMENSÃO “INVENTIVA”

Parece claro que, no contexto das reflexões aqui desenvolvidas, o cotidiano está longe de ser pensado como moldura das ações

pedagógicas, tanto aquelas que mantêm a exclusão de profissionais e alunos na dinâmica de seu trabalho, quanto as que favorecem a criação de alternativas à ordem hegemônica.

Assim sendo, julgamos relevante discutir a que concepção de cotidiano recorremos para sustentar nossas opções. Inicialmente, cabe explicitar de que concepções de cotidiano, largamente difundidas, estamos querendo nos afastar, para, em seguida, afirmar sua dimensão “inventiva”.

De um lado, pretendemos nos afastar da concepção a que Certeau chamou de “atomismo social”. Tal concepção, segundo ele, implicaria um regresso ao indivíduo como parâmetro.

O atomismo social que, durante três séculos, serviu de postulado histórico para uma análise da sociedade supõe uma unidade elementar, o indivíduo, a partir da qual seriam compostos os grupos e à qual sempre seria possível reduzi-los. (Certeau, 2003, p. 37)

Assim, pretende-se rejeitar a ideia de que o cotidiano pudesse ser uma dimensão fechada em si mesma, apontando para o indivíduo como ponto de partida das ações que se efetivam. Com efeito, parece ser necessário pensar a própria instância individual não como origem das ações, mas sim como ponto de articulação em que um conjunto diversificado de práticas, valores e sentidos ganham certa corporalidade. Dessa forma, afastar-se de tal concepção, ao refletir sobre a construção de práticas pedagógicas alternativas no cotidiano escolar, significa exatamente retirar da instância individual do professor e do aluno o “interesse” e a “vontade”, palavras, aliás, muito comuns para justificar certas situações na escola.

Uma outra concepção de cotidiano remete à lógica determinista, que tenderia a ver o cotidiano o resultado de ações que são elaboradas em um nível macro. Tal concepção tem nos permitido compreender a lógica neoliberal subjacente às políticas públicas que vislumbram o cotidiano como instância determinada pelas metas e orientações estabelecidas.

Segundo Michel de Certeau (2003), pensar o cotidiano de outro modo significa abrir a possibilidade de compreender não só o que se “oferece”, mas também o que se “fabrica” como possibilidade, a partir de certas condições:

A uma produção racionalizada, expansionista além de centralizada, barulhenta e espetacular, corresponde outra produção, qualificada de 'consumo': esta é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo ela se insinua ubiquamente, silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios mas nas *maneiras de empregar* os produtos impostos por uma ordem econômica dominante. (Certeau, 2003, p. 39)

No item anterior, a reflexão sobre o conhecimento nos levou a pensar que, quando produzimos saberes, acabamos por produzir a nós mesmos como sujeitos desses saberes. Acrescentemos agora que tal produção de saberes e, por consequência, de modos de pensar, agir, e sentir o mundo é atravessada por uma “fabricação” minuciosa, quase invisível. Nos termos de Certeau, trata-se de táticas, ou seja, *“um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível”* (Certeau, 2003, p. 46). Assim sendo, essas *maneiras de empregar* que caracterizam as táticas configuram operações que não dispõem *“de base onde capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias”*. (Certeau, 2003, p. 46)

De que maneira essa perspectiva acerca do cotidiano pode dialogar com as questões que trouxemos até agora? Talvez, pudéssemos começar imaginando que a “mesmice” das redações escolares possa se constituir como indicador de certas táticas cotidianas. A que lutas elas remeteriam? Em favor de quê?

OFICINA DE FOTOGRAFIA COMO DISPOSITIVO DE PRODUÇÃO DE TEXTOS PARA ANÁLISE

Até agora, vimos que, no contexto atual, pesquisa e atuação profissional parecem constituir duas qualidades de práticas distintas. Configura-se assim um cenário em que a atividade de pesquisa para o professor do Ensino Médio emerge como dupla jornada de trabalho.

Neste item, lançado mão dos referenciais explicitados anteriormente, vamos discutir de que modo nossa atuação como professor de Português no Ensino Médio e como pesquisador pode construir alianças com o intuito de pretender alterar certas condições de produção de textos escolares, de um lado, e, de outro, intervir no cotidiano

dos profissionais de Educação, problematizando os diferentes modos de produção e circulação de sentidos do trabalho na escola.

Apresentadas as motivações que dão sustentação à proposta de “oficina de fotografia”, realizada em uma escola da rede estadual do Rio de Janeiro, explicitaremos a seguir as etapas da referida oficina, bem como teceremos alguns comentários acerca dos resultados obtidos.

A escola em que a oficina foi realizada havia passado por um processo conturbado de autoritarismo e de denúncias graves em torno do uso da verba destinada à compra da merenda escolar. Esse processo envolveu professores, alunos e funcionários em um movimento de contestação da ordem estabelecida e de reivindicação de transparência na prestação de contas e de garantia a livre opinião e participação de todos nas decisões. O desdobramento de tal processo resultou na exoneração da diretora e escolha de uma nova equipe dirigente para a escola.

Quando o tema ganhou o espaço da aula de redação, os textos produzidos inicialmente pareciam corresponder a um único modelo. É sempre com os discursos que apontam o que falta no cotidiano que os textos produzidos dialogam. As diferentes opiniões que emergiam no debate em sala “pasteurizavam-se” nos textos escritos.

As interrogações em torno de que interferências era preciso produzir para que essas outras vozes ganhassem consistência também no texto escrito nos levaram a cogitar a possibilidade de trabalhar com diferentes linguagens. Entra em cena a câmera fotográfica.

Depois de dividirmos cada uma das três turmas de terceira série de Ensino Médio, nas quais ministrávamos a disciplina de Língua Portuguesa, apresentamos a seguinte proposta: registrar as permanências e as mudanças que eles haviam vivenciado nos três anos que passaram na escola e que, agora, deixavam para colegas que iriam chegar. Assim, iniciamos um debate acerca dos objetivos que os grupos teriam com a proposta em questão. A ideia que se mostrou mais evidente apontava para o fato de que se trataria de um registro de memórias, para que as conquistas não se perdessem.

Os grupos organizaram um roteiro para produção das fotografias. Cada grupo dispunha de dez poses, o que demandava um plane-

jamento de quais espaços, momentos e pessoas seriam privilegiados. Começaram as negociações.

Com os roteiros, os grupos se dirigiram ao pátio. Câmera na mão, puseram-se a registrar suas “memórias” em poses de fotografia. Conversaram com colegas, funcionários, professores, convidaram para participar, fazendo poses, ou agindo “naturalmente”.

Depois de reveladas as fotos, sugerimos a cada um dos grupos que montassem sua exposição. Nessa etapa, orientamos que desse um título a cada uma das fotos, além de uma pequena contextualização da imagem – do que se tratava, por que haviam registrado aquelas pessoas, em determinado lugar. Sugerimos ainda que dessem um título a toda a exposição e elaborassem uma carta aos colegas que chegariam à escola no ano seguinte.

Entre as imagens mais frequentes, estava a biblioteca. A justificativa dada por um dos grupos à fotografia da biblioteca é a seguinte: *“É um lugar confortável para se estudar, mas falta muitos livros e precisa de um incentivo maior para atrair estudantes”*.

Alguns dos textos produzidos constituíram exemplos de análises nas aulas posteriores, possibilitando as discussões acerca dos próprios pressupostos observados nos textos deles, como a relação entre estudo e conforto, ou ainda a falta de incentivo e o abandono de certos espaços da escola.

Uma das fotografias que suscitou um número considerável de comentários tinha a seguinte justificativa: *“Essa foto simboliza a falta de investimento do governo, pois essa falta faz com que tiremos xérox todo bimestre”*. Rapidamente, vários colegas ressaltaram a não coincidência entre o que a justificativa apresentava como foco e o que a imagem mostrava. Na referida imagem, retratavam-se três alunas situadas atrás do balcão da copiadora da escola. As alunas ocupavam um lugar do balcão reservado aos funcionários, cujo acesso era proibido aos alunos. Além disso, embora a justificativa promettesse uma denúncia em torno da “falta de investimento do governo” e uma reclamação acerca da necessidade de “tirar xérox todo bimestre”, as alunas encontravam-se sorridentes, ao lado do funcionário da copiadora.

A nosso ver, mais importante do que procurar as motivações que levaram a tal não coincidência entre o verbal e o não verbal, preferimos investir em problematizar essa não correspondência como inerente às práticas de linguagem, explorando a premissa de que, sob as aparências de semelhança, há sempre outras vozes, que, em diversas circunstâncias, não ganham consistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, pretendemos fazer dialogar uma demanda que emergiu como um desafio em nossa atuação profissional como professor de Língua Portuguesa com nossas atividades de pesquisa, no curso de doutorado em Psicologia Social (UERJ).

Discutimos assim alguns referenciais que podem se tornar ferramentas importantes no desafio de fazer do cotidiano objeto de análise e intervenção coletiva. Pretendemos ainda pôr em discussão as premissas que hoje convocam o professor do Ensino Médio à pesquisa, submetendo-o a uma dupla jornada de trabalho.

Nesse contexto, queremos afirmar que considerar o cotidiano da prática profissional como espaço-tempo de criação nos convida ao desafio de transformar certos modos de habitar a escola que têm produzido sofrimento, em favor de uma atuação coletiva, capaz de potencializar outros modos de ser, pensar, agir e sentir na escola.

Por fim, insistimos em afirmar que pôr o foco nos saberes que se produzem no cotidiano e que, muitas vezes, não ganham estatuto similar ao conferido aos conhecimentos "formais" constitui-se em uma luta importante em momentos de aparente desencanto:

(...) caberia insistir na luta pela produção de referenciais mais favoráveis ao exercício do pensamento, uma vez que compreendemos que o problema é o sentido que se vem pretendendo imprimir às práticas quando a perspectiva é o mercado, quando se trabalha a favor do fortalecimento da padronização e da velocidade estéril das produções. Assim, a eficiência poderia ser entendida como um compromisso com melhores condições de trabalho e de exercício profissional; a produtividade, como uma busca de ampliação possível da produção, já que a questão é a de garantia de qualidade; por sua vez, a autonomia, como uma construção coletiva que, pelo exercício ético-político nas práticas, cria sentidos comuns para o fazer. Talvez com novos referenciais (ou com a tentativa de criá-los) pudéssemos deslocar as coordenadas que vêm definindo os li-

mites e impasses do laboratório, abrindo espaço para... bem, que o leitor que compartilha essa mesma atração pelos territórios arejados e promotores de vida possa prosseguir na escritura deste texto, tomando como referência a singularidade de suas próprias experiências (Rocha & Rocha, 2004, p. 35).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail. *A estética da criação verbal*. Trad. de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

———. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Trad. de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2003.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. 5ª reimp. Trad. de Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DEUSDARÁ, Bruno. *Imagens da alteridade no trabalho docente: enunciação e produção de subjetividade*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. 3ª ed. Trad. de Roberto C. de M. Machado e Eduardo J. Morais. Rio de Janeiro: Nau, 2005.

———. *Vigiar e punir: nascimento das prisões*. 29ª ed. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes.

GUATTARI, Félix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. Trad. de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Editora 34, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. Trad. de Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2001.

ROCHA, Décio. Une approche discursive de la classe de langue étrangère em tant que lieu de travail. Revista *D.E.L.T.A.*, vol. 19, nº 1. São Paulo: Educ, 1998, p. 155-80.

———; DAHER, M. del Carmen F G.; SANT'ANNA, Vera L. de A. Produtividade das investigações dos discursos sobre o trabalho.

In: SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília P. de & FAÍTA, Daniel (orgs.). *Linguagem e trabalho: construção de objetos de análise no Brasil e na França*. São Paulo: Cortez, 2002.

ROCHA, Marisa Lopes da. Educação e saúde: coletivização das ações e gestão participativa. **In:** MACIEL, Ira. *Psicologia e educação: novos caminhos para a formação*. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2001.

——— & ROCHA, Décio. Produção de conhecimento, práticas mercantilistas e novos modos de subjetivação. *Psicologia & sociedade* (on line). 2004, vol. 16, nº1.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

OS VERBOS *DICENDI* NA CONSTRUÇÃO DE PERSONAGENS DA LITERATURA BRASILEIRA

Ilana da Silva Rebello Viegas (UFF)
ilanarebello@uol.com.br

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente estudo direciona-se para a análise dos *verbos dicendi* (VDs) no *discurso reportado citado*, em duas obras literárias – *Iracema* de José de Alencar e *O cortiço* de Aluísio de Azevedo. O exame promove um cotejo da múltipla funcionalidade desses verbos, nos textos literários citados.

O *corpus* é formado com os verbos das falas das seguintes personagens: *Iracema* (da obra homônima), *João Romão*, *Bertoleza* e *Rita Baiana* (de *O cortiço*). A primeira obra selecionada – *Iracema* – pertence ao estilo de época denominado *Romantismo*. Já a segunda obra pertence ao *Naturalismo*.

A ELABORAÇÃO DA FACE

O termo “face” é definido por Goffman (1980, p. 76-77) como

(...) o valor social positivo que uma pessoa reclama para si mesma através daquilo que os outros presumem ser a linha por ela tomada durante um contato específico.

Goffman (1980, p. 84) estabelece dois tipos de orientação em relação à face: uma atitude de *defensiva* (no sentido de salvar a própria face) e outra *protetora* (no sentido de salvar a face dos outros).

Maingueneau (2002), retomando os conceitos de Goffman (*ibidem*), afirma que todo indivíduo possui duas faces: uma *negativa* (espaço de cada um: seu corpo, sua intimidade etc.) e uma *positiva* (lugar social, a imagem que é apresentada aos outros).

Sobre a noção de identidade social, Charaudeau (2006, p. 340) afirma que

A noção da identidade é complexa porque resulta de um entrecruzamento de olhares: o do sujeito comunicante que busca construí-la e impô-la a seu parceiro, o sujeito interpretante; este, por seu turno, não pode deixar de atribuir uma identidade ao comunicante em função de seus olhares, a priori. Em contrapartida, todo sujeito deseja ver a si mesmo (e ao outro) constituído com uma identidade única, ou seja, uma essência.⁴

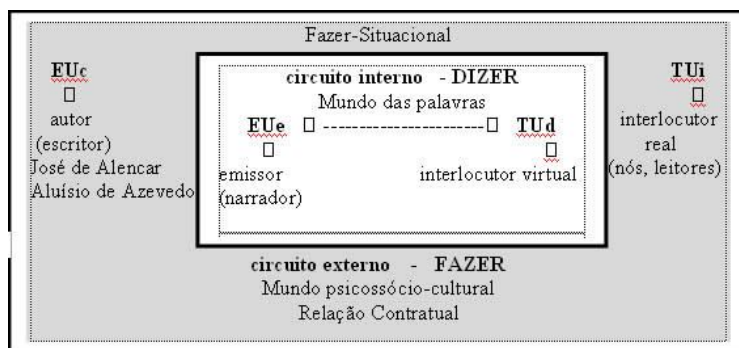
No texto literário, foco do nosso estudo, cabe ao escritor delinear a face dos personagens, caracterizando-os.

A TEORIA SEMIOLINGUÍSTICA EM ANÁLISE DO DISCURSO

Os sujeitos do contrato de comunicação

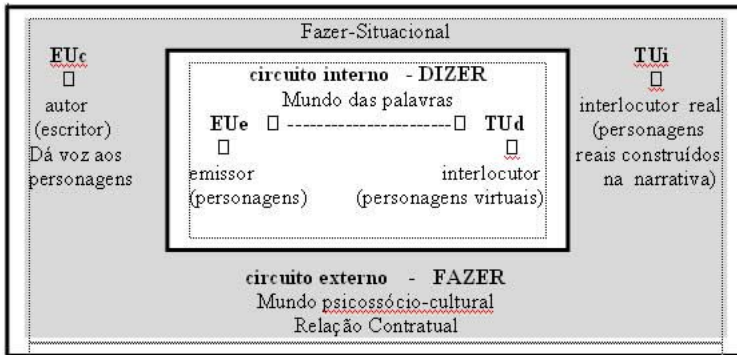
O quadro enunciativo da Semiologia (Cf. Charaudeau, 2001, p. 31-32), mostra que todo ato de linguagem, seja ele falado ou escrito, é uma representação comandada pelos sujeitos externos e internos. Charaudeau chama essa representação de *mise en scène*.

Na análise do texto literário, o quadro enunciativo proposto por Charaudeau pode ser aplicado duas vezes. Num primeiro momento, a análise é feita entre o EUC (autor) x EUE (narrador) e TUD (interlocutor virtual) x TUI (interlocutor real).



Podemos, agora, analisar um outro espaço, o da encenação dos personagens.

⁴ Tradução feita a partir do original em francês por Ângela Maria da Silva Corrêa.



No texto literário, os personagens são portadores de um projeto de fala (construído pelo escritor) que é elaborado a partir de seus interlocutores. No mundo do FAZER, as palavras do *EUc* podem surtir um efeito positivo ou negativo.

Os modos de organização do discurso

Cada texto tem algo a dizer e é organizado de acordo com uma estrutura determinada. Em outras palavras, todos os nossos enunciados são construídos com base em um modelo de organização do discurso.

A noção de *modo de organização do discurso* é definida por Charaudeau (1992, p. 635) como:

O conjunto dos procedimentos de colocação em cena do ato de comunicação, que correspondem a algumas finalidades (descrever, narrar, argumentar...)

Charaudeau (*ibidem*) propõe distinguir quatro modos de organização do discurso: o modo *enunciativo*, o modo *descritivo*, o modo *narrativo* e o modo *argumentativo*.

Nesse sentido, todos os nossos enunciados são construídos com base em um desses modos que podem aparecer de forma exclusiva ou, ainda, mesclada num texto.

Componentes da construção enunciativa: atos locutivos

Dentre os modos de organização do discurso, o modo enunciativo dá testemunho da maneira pela qual o sujeito falante "se apropria da língua" para organizar o discurso. Nesse sentido, é possível distinguir as três funções e, ao mesmo tempo, os componentes (atos locutivos) do modo enunciativo:

- estabelecer uma *relação de influência* entre locutor e interlocutor (relação do locutor com o interlocutor: ato ALOCUTIVO);
- revelar o *ponto de vista* do locutor (relação do locutor com o dito: ato ELOCUTIVO);
- *testemunhar* a fala da terceira pessoa (relação do locutor com a terceira pessoa: ato DELOCUTIVO).

Cada um desses atos tem suas características e finalidades próprias. Como em nosso trabalho estaremos analisando o *discurso reportado* – um tipo de categorização do *ato delocutivo*, não nos aprofundaremos nos atos *alocutivo* e *elocutivo*.

O ato DELOCUTIVO: a relação do locutor com a terceira pessoa

O *ato delocutivo* pode aparecer sob a forma das modalidades de *asserção* e de *discurso reportado*.

A *asserção* é uma modalidade, isto é, uma categoria de língua do *ato delocutivo* que não depende dos interlocutores da situação comunicativa. Nessa modalidade, o sujeito comunicante e o sujeito interpretante podem estar apagados, desvinculados do ato de enunciação. Nesse caso, a enunciação é aparentemente objetiva, tendo em vista que não reflete a subjetividade do sujeito comunicante.

Já no *discurso reportado*, o enunciador toma por objeto um outro ato de enunciação. É uma modalidade complexa, que depende da posição dos interlocutores, das maneiras de narrar um discurso já enunciado e da descrição dos modos de enunciação de origem.

O *discurso de origem* pode ser narrado de diferentes modos pelo *sujeito comunicante*. Ele pode ser a) *citado*, b) *integrado*, c) *narrativizado* ou d) *evocado*.

Só conceituaremos o discurso de *origem citado*. Não daremos detalhes dos outros tipos de discurso de origem, tendo em vista que não é o foco de nosso trabalho.

DISCURSO DE ORIGEM CITADO

O *discurso de origem é citado* (mais ou menos integralmente) em uma construção que o reproduz tal como foi enunciado, de maneira autônoma. No discurso citado, o locutor relator (Loc._R) não nos diz o que o locutor de origem (Loc._O) falou; ele passa a palavra ao (Loc._O) para que ele mesmo diga o que pretende. Esse tipo de discurso corresponde àquele que a gramática tradicional chama de "estilo direto".

– “É fazer o muro” – dizia João Romão, sacudindo os ombros.” (O Cortiço, p. 9)

OS VERBOS DICENDI

No discurso direto, os *verbos dicendi* têm a função, assim como as marcas gráficas (aspas e travessão), de indicar que está sendo introduzida a fala de um personagem.

Maingueneau (2002), ao abordar a utilização de verbos introdutores de discurso direto, afirma que

Uma das singularidades destes verbos introdutores é que muitos deles não designam realmente um ato de fala. Eles nem precisam ser transitivos. Assim, podem servir de introdutores de discurso direto, verbos ou locuções verbais como “acusar”, “esbravejar”, “condenar”, “espantar-se”, “indignar-se”, “perder o sangue-frio”, “extrapolar”, “enfurecer-se” etc. (p. 144)

Sem dúvida, encontramos *verbos dicendi* que não são transitivos, no sentido mais específico do termo (o descrito pela gramática normativa), mas, obviamente, admitem transitividade, uma vez que subentendem o verbo “dizer”. Por exemplo, em *Iracema*, encontramos:

“- O amor de Iracema é como o vento dos areais; mata a flor das árvores”. **sus-
pirou a virgem.**” (p. 13)

Nesse exemplo extraído do livro *Iracema*, o verbo *suspirar* é intransitivo. No entanto, ele nos fornece uma interpretação e, ao mesmo tempo, uma complementação contextual sobre o dito, ou seja, a personagem Iracema “disse suspirando”.

As funções dos verbos *dicendi*

Tomando por base as funções da linguagem arroladas por Karl Bühler e as de Roman Jakobson, Rodrigues (2005) descreve seis funções para os *verbos dicendi* que utilizaremos para classificar o *corpus* do nosso trabalho. As funções são:

a) *transitiva*: essa função permeia as demais. Embora alguns verbos *dicendi* sejam considerados, segundo a tradição gramatical, intransitivos, o fato de esses verbos estarem, discursivamente, relacionados ao dito, ou seja, de haver um complemento do *dicendi*, explicitamente, demarcado no texto, já pressupõe um caráter transitivo. Por outro lado, o “dizer” está implícito em todos os *verbos dicendi*. Assim, negar que esses verbos admitem transitividade seria de tal forma incoerente que não nos permitiria chamá-los de “*dicendi*”.

b) *metalinguística*: essa função torna-se bastante evidente com os *verbos dicendi*, uma vez que o narrador, ao reportar as falas, centraliza a sua atenção no próprio texto, tentando caracterizá-lo ou descrevê-lo.

c) *argumentativa*: essa função está relacionada à interpretação (bastante subjetiva) que o narrador faz sobre o dito e que deseja imprimir, no texto final, como verdadeiro. O escritor, ao selecionar os *verbos dicendi* e, antes ainda, ao elaborar (ou reproduzir) as falas das personagens, poderá argumentar contra ou a favor.

d) *caracterizadora*: essa função é mais facilmente observável quando tomamos o conjunto de verbos *dicendi* utilizados para uma mesma personagem, considerando-a como “ser individual” ou “coletivo”.

e) *coesiva*: essa função apresenta-se como a principal responsável pela estruturação do texto reportado. Alguns *verbos dicendi* dão progresso ao discurso, ao passo que outros o encerram.

f) *expressiva*: essa função não diz respeito apenas ao plano conotativo da linguagem, mas à capacidade de o escritor selecionar e combinar elementos fonéticos, sintáticos, semânticos, morfológicos, tecendo associações mentais que caracterizem a criatividade e o “fazer estético” no uso da linguagem.

As funções dos verbos *dicendi*, muitas vezes, aparecem justapostas. A *função transitiva*, por exemplo, aparece em primeiro plano, permeando as demais. Assim, em nossa classificação do *corpus*, preferimos omiti-la, uma vez que ela está implícita em todos os verbos *dicendi*.

Entendemos também que, no *discurso reportado citado*, os verbos *dicendi* acumulam a função de estabelecerem a coesão. Por exemplo, um verbo pode caracterizar uma personagem, mas em sentido amplo, também estabelece a progressão do texto ou o encerra. Diante disso, preferimos omitir a *função coesiva*.

Sobre a *função expressiva* é importante destacar que levamos em consideração não apenas o plano conotativo da linguagem ou o “fazer estético” no uso da linguagem, mas classificamos com essa função os verbos *dicendi* que deixam transparecer um estado de alma mais profundo do personagem. Em outras palavras, os verbos *dicendi* que mostram, na narrativa, o personagem sem a sua “máscara” social.

O verbo **dizer** já se consolidou como forma canônica de reportar um discurso. É o verbo mais utilizado e, por isso, não fará parte da classificação proposta. Ao optar pelo verbo *dizer*, aparentemente neutro, o narrador cria um efeito de afastamento sobre o dito e seu autor.

ANÁLISE DOS DADOS

“A virgem dos lábios de mel” – *Iracema: José de Alencar*

Analisaremos os verbos *dicendi* (VDs) relacionados às falas da personagem principal Iracema.

Os VDs nas falas da personagem Iracema (em obra homônima) caracterizam uma personagem romântica idealizada. Expressam o amor que ultrapassa os limites da razão. Iracema, por estar apaixonada, renuncia a tudo em nome de um sentimento mais forte do que ela própria. Os “suspiros”, “murmúrios” e “exclamações” caracterizam a jovem protagonista.

❖ IRACEMA

IRACEMA			
FUNÇÃO PREDOMINANTE	VERBOS DICENDI	Nº	%
META-LINGUÍSTICA	Falou (3x) pp. 27, 56 e 58 -Respondeu (2x) p. 32 e 87 Continuou (1x) p. 82	6	30
CARACTERIZADORA	Suspirou (5x) pp. 23, 30, 32, 34 e 86 Murmuraram (1x) p. 34 – murmura (1x) p. 43 - Exclamou (2x) pp. 38 e 73	9	45
ARGUMENTATIVA	Replicou (1x) p. 42 - Acudiu (1x) p. 74	2	10
EXPRESSIVA	Estremeceu (1x) p. 47 - Ressoou (2x) p. 73 e 87	3	15
Subtotal	VDs dizer: (8x) - p. 20, 22, 23, 27, 32, 37, 57e 88	8	-
TOTAL:	28	28	-

A lei do mais forte – O cortiço: Aluísio de Azevedo

Nesse romance, analisaremos os verbos *dicendi* de três personagens: João Romão (vendedor ambicioso), a Bertoleza (escrava fugitiva) e Rita Baiana (moradora do cortiço, sensual e realista).

Diferentemente dos verbos que introduzem ou seguem as falas de Iracema em obra homônima, em “O cortiço”, as personagens *gritam, bradam, repisam, desafiam, ordenam...*, refletindo um contexto desordenado, decadente, onde os mais fortes querem engolir os mais fracos. E os que não conseguem se sobrepor têm sua vida e seu comportamento determinados pelas condições do meio ambiente em que vivem.

❖ JOÃO ROMÃO

JOÃO ROMÃO			
FUNÇÃO PREDOMINANTE	VERBOS <i>DICENDI</i>	Nº	%
METALINGUÍSTICA	Declarou (4x) p. 4, 30, 129 e 149 Converteu (1x) p. 9 Respondeu (3x) p. 44, 151 e 158 Perguntou (5x) p. 26, 65, 150, 151 e 157 Observou (1x) p. 31 Rematou (1x) p. 130 Repetiu (1x) p. 145 Pensou (1x) p. 146 Acrescentou (3x) p. 67, 129 e 149 Concluiu (1x) p. 130	22	45
CHARACTERIZADORA	Desafiou (1x) p. 4 Gritou (4x) p. 27, 29, 66 e 78 gritando (1x) p. 83 Fez (2x) p. 28 e 146 Deliberou (1x) p. 31 Suspirou (1x) p. 31 Exclamava (1x) p. 58, 79 e 158 Ordenou (3x) p. 66, 73 e 77 Bramava (1x) p. 77 Disparou (1x) p. 79 Faceteou (1x) p. 102 Segredou (2x) p. 128 e 158 Vituperou (1x) p. 141 Inquiriu (1x) p. 149	23	47
ARGUMENTATIVA	Retrucou (1x) p. 8 Aconselhou (1x) p. 28 Propôs (1x) p. 151	3	6
EXPRESSIVA	Gemeu (1x) p. 103	1	2
Subtotal	VDs dizer: (13x) p. 4, 9, 28, 31, 65, 67, 79, 101, 130, 148, 149, 158 e 159.	13	-
TOTAL:	62	61	-

❖ BERTOLEZA

Durante todo o romance Bertoleza nunca teve voz e vez. Sempre trabalhou muito, em condições precárias. A ausência de verbos *dicendi* referentes (ou só três) às falas de Bertoleza é o que caracteriza a personagem. Não é dado a uma escrava o direito de falar e muito menos, de questionar.

BERTOLEZA			
FUNÇÃO PREDOMINANTE	VERBOS DICENDI	Nº	%
METALINGUÍSTICA	Gritou (1x) p. 65 - Perguntou (1x) p. 77	2	67
CARACTERIZADORA	-	-	0
ARGUMENTATIVA	Exclamou (1x) p. 150	1	33
EXPRESSIVA	-	-	0
Subtotal	VDs dizer: -	-	-
TOTAL:	3	3	

❖ **RITA BAIANA**

Diferentemente da mulher romântica, Rita Baiana “protesta” (p. 38), “grita” (p. 38, 45 e 46), “brada” (p. 43), “sentencia” (p. 62), “resmungo” (p. 123) e “berra” (p. 123), mostrando ser uma mulher autoritária e liberal.

RITA BAIANA			
FUNÇÃO PREDOMINANTE	VERBOS DICENDI	Nº	%
METALINGUÍSTICA	Perguntou (5x) pp. 38, 39, 52, 59 e 115 Indagou (1x) p. 39 Comentou (1x) p. 46 Acrescentou (1x) p. 52 – acrescentava (1x) p. 104 Reforçou (1x) p. 52 Respondeu (2x) pp. 106 e 116	12	43
CARACTERIZADORA	Protestou (1x) p. 38 Gritou (3x) pp. 38, 45 e 46 Bradou (1x) p. 43 Segredou (2x) pp. 59 e 116 Sentenciou (1x) p. 62 Pregava (1x) p. 69 Queixou-se (1x) p. 71 Suplicou (1x) p. 82 Gaguejou (1x) p. 106 Berrou (1x) p. 123 Resmungou (1x) p. 123	14	49
ARGUMENTATIVA	Acudiu (1x) p. 46	1	4
EXPRESSIVA	Exclamou (1x) p. 38	1	4
Subtotal	VDs dizer: (8x) pp. 46, 52, 59, 73, 78, 107, 115 e 138	8	-
TOTAL:	36	36	-

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há vários fatores determinantes na escolha dos VDs. Dentre eles, situam-se: a identidade social da personagem, a ideologia do narrador (criando ou (re) criando essa personagem), o contexto situacional e a busca de expressividade a fim de “seduzir” o leitor.

Os VDs nas falas da personagem Iracema (em obra homônima) caracterizam uma personagem romântica idealizada. Expressam o amor que ultrapassa os limites da razão. Iracema, por estar apaixonada, renuncia a tudo em nome de um sentimento mais forte do que ela própria. Os “suspiros”, “murmúrios” e “exclamações” caracterizam a jovem protagonista.

Já as personagens em “O cortiço”, mais afetadas pela razão, têm consciência da realidade que as cerca, das artimanhas da vida, das desigualdades sociais que dividem o mundo e que exigem luta e inteligência, determinação e estratégia de conquista. A influência de Darwin se faz sentir na máxima naturalista, que enfatiza a natureza animal do homem, isto é, antes de usar a razão, o homem deixa-se levar pelos instintos naturais, não podendo ser reprimido em suas manifestações instintivas – como o sexo – pela moral da classe dominante.

Assim, a escrava Bertoleza não tem o direito a voz (se pensarmos no número de falas dos outros personagens). Já João Romão é o que mais dá ordens. Rita Baiana, oposto de Iracema, também “grita”, “protesta” e “berra”.

A funcionalidade dos VDs demonstrada, ao longo deste estudo, revela a importância discursiva do dizer em relação ao dito. As seis funções elencadas (transitiva, metalinguística, argumentativa, caracterizadora, coesiva e expressiva) demonstram, ainda, a importância funcional desse verbo.

Esperamos que esta pesquisa sirva para enriquecer as aulas de leitura/interpretação/produção de textos. Discutir os possíveis valores semânticos de um verbo possibilita aos alunos redigirem melhor e saírem da “mesmice”. Normalmente, os alunos se limitam a utilizar o verbo “dizer”.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, José de. *Iracema*. Rio de Janeiro: Klick, s/d.
- AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. São Paulo: Scipione, 1995.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37^a ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- CHARAUDEAU, Patrick. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. **In:** MARI, H. et alli. *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso – FALE / UFMG, 2001, p. 23-37.
- . *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.
- . *Linguagem e discurso: das categorias de língua às categorias de discurso*. Palestra proferida em 11 de abril de 2007 na UFRJ.
- . Identité sociale et identité discursive, le fondement de la competence communicationnelle. **In:** *Revista Gragoatá*. Nº 21. Niterói: UFF, (2º semestre) 2006, p. 340-354.
- GOFFMAN, Erving. A elaboração da face. Uma análise dos elementos na interação social. **In:** FIGUEIRA, Sérvulo Augusto (Org.). *Psicanálise e ciências sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980, p. 76-114.
- MAINGUENRAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- RODRIGUES, Tânia Maria Bezerra. *Jornalismo e literatura – os protagonistas do discurso pelos verbos dicendi*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2005.
- . *Mídia impressa: o verbo dicendi no discurso direto*. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa. Niterói: UFF, 2000.

PODER, TERROR E GUERRA: METÁFORAS CONCEPTUAIS JUSTIFICANDO EVENTOS BÉLICOS

Sérgio Nascimento de Carvalho (UERJ/EN/FCCAA)
ser.carvalho@terra.com.br

Até recentemente, a metáfora não era vista como um tropo de interesse por muitos estudiosos. O seu estudo estava muito voltado por aqueles que se interessavam mais pela retórica e a poética.

Mas foi Black (1962), com a *Teoria Interacional da Metáfora*, onde a *fonte* quanto o *alvo* da metáfora interagem para criar uma nova realidade de mundo que podemos ter semanticamente uma metáfora produtiva que gera um novo conhecimento.

Entretanto, foi em 1980, que o estudo da metáfora teve uma visão mais abrangente com a obra de Lakoff e Johnson, segundo vários estudiosos (Steen, 1994; Kövecses, 2002). Foi a virada *cognitiva* do estudo da metáfora. Era a visão linguístico-cognitiva (Kövecses, 2002, p. VII). Segundo Zanotto e al. (2002), era “uma operação cognitiva fundamental”. A metáfora passa a ser uma questão de pensamento e ação. Segundo Lakoff e Johnson, a metáfora está no nosso cotidiano; o nosso sistema conceptual é metafórico. Steen (*ibid*) diz que houve consequências significativas para o tropo. Ela deixa de:

- 1) ser um desvio de linguagem ou algo a ser evitado na linguagem
- 2) ter contornos claros e definidos; e seu estudo passou da metáfora como expressão meramente linguística para a metáfora como fenômeno de cognição;
- 3) ter um papel ornamental dentro da linguagem, passando a desempenhar um papel central.

Este trabalho, um recorte da minha tese de doutorado “A” guerra “nas palavras: a metáfora conceptual na retórica do presidente G.W. Bush Jr e de seus colaboradores” (UFF-2006), pretende mostrar metáforas e cenários (Mulsolff, 2004) que determinam o corpus da pesquisa em relação à persuasão de G.W. Bush e seus aliados nas pre-guerras do Afeganistão e Iraque, com o intuito de levar a sociedade americana e, posteriormente, ao mundo, que os atentados de 11

de setembro de 2001 deveria ter uma resposta bélica. A título de ilustração, estamos falando da metáfora conceptual *nação é pessoa* e o sistema metafórico do *conto de fadas da guerra justa* e os seus sub-cenários. A noção de cenário surgiu como um elemento importante na análise do discurso do presidente Bush e seus colaboradores para justificar as eventuais guerras do Afeganistão e do Iraque.

Antes de aprofundarmos no trabalho, é interessante definir o termo “cenário” dentro desse estudo da metáfora. Alertamos, também, que dado as restrições da natureza desse gênero, artigo, apresentaremos um número reduzido de exemplos.

A categoria de cenário é apresentada como uma unidade analítica intermediária entre o nível do domínio conceptual como um todo e seus elementos individuais (ibid). Cenário, ainda, segundo o autor, é um conjunto de deduções construídas/idealizadas por membros competentes de uma comunidade discursiva sobre aspectos prototípicos (participantes, papéis, enredos “dramáticos”) e avaliações sociais/éticas relacionadas aos elementos característicos de domínios conceptuais. Essa categoria, assim, é usada para capturar o nível do subdomínio das estruturas conceptuais (ibid). Já Lakoff (1987, p. 285-6) define cenários como “modelos cognitivos idealizados”. O autor utiliza esse conceito, agregado ao de “sistema metafórico”, para sistematizar o enquadramento conceptual subjacente ao discurso por G. W. Bush (pai), na Guerra do Golfo, em 1990 (Lakoff, 1991). No caso, Lakoff se apropria do sistema metafórico (uma “macro-metáfora”) *conto de fadas*, cuja estrutura se enquadraria à situação do Golfo. Essa mesma metáfora é identificada em nosso corpus, uma vez que a justificativa das guerras do Afeganistão e do Iraque se faz viável por meio do preenchimento dos cenários pelos elementos da narrativa do Conto de Fadas: o vilão, o herói, a vítima e o crime (a serem referidos na análise como “sub-cenários”).

Musolff (2004) argumenta que nem sempre todos os aspectos de um cenário necessariamente precisam ser preenchidos. A título de ilustração, os cenários de *pais e filhos* (no contexto dos diferentes países que configuram a atual União Europeia) na metáfora *nação é pessoa*, determinados aspectos ficam abertos: os filhos da família europeia, por exemplo, podem ter somente um dos pais, ou somente

pais e não mães, ou, até mesmo, nenhum pai possivelmente identificado, como mostram os seguintes exemplos:

– (...) the great dream of the *founding fathers* of the original European communities (...). / (...) o grande sonho dos *pais fundadores* das comunidades europeias originais (...).

É interessante ressaltar que a categoria de cenário não é contrária, de forma alguma, a categoria ou teoria da metáfora conceptual. Ela é também compatível com a teoria de “blending” (um cenário consiste de um conjunto de espaços mentais). Sua característica marcante é que ela está relacionada a um texto empiricamente observável e testável retirado de um corpus tanto especial quanto geral. Assim, “cenários metafóricos” são categorias conceptuais tal como esquemas, domínios, etc., mas podem ser observáveis ao em vez de depender somente da abstração teórica (ibid).

A categoria “cenário” mostra-se, assim, apropriada aos objetivos de nossa pesquisa por contemplar o fato de que há padrões conceptuais e configurações, como deduções sobre determinados participantes (presença de personagens), papéis e ações a serem tomadas (ibid), complementando, assim, o sistema metafórico responsável pelos aspectos cognitivos e discursivos presentes na retórica do presidente Bush e de seus colaboradores.

A análise dos dados indicou um re-enquadramento conceptual, linguisticamente marcado, dos acontecimentos de 11/09: de *crime* para um *ato de guerra*. Essa conceptualização desencadeou um cenário mais amplo: um “estado de guerra” que, por sua vez, legitimou a possibilidade de uma ofensiva militar, também justificada pelo sistema metafórico “Conto de Fadas”.

A hipótese que surge como consequência deste estudo é a de que esta metáfora licencia vários enquadramentos de eventos específicos como “guerra” para criar na comunidade um sentimento de unidade (como o de patriotismo que normalmente acompanha uma guerra) para que uma determinada (re) ação possa ser justificada e “abraçada” pela mesma comunidade. Um exemplo ilustrativo, não desenvolvido neste estudo, é a campanha discursivamente promovida como “guerra ao mosquito da dengue”, lançada, recentemente, no Estado do Rio de Janeiro: o inimigo, o mosquito da dengue, ameaça à nação como um inimigo. Dessa forma, há de se mobilizar a popu-

lação para adotar “estratégias de guerra” e se defender e atacar (combater) tal inimigo.

NAÇÃO É PESSOA

Uma das metáforas conceptuais que mais se faz presente no discurso político é NAÇÃO É PESSOA (Lakoff, 1991; Rohrer, 1995, p. 117). Ela domina o pensamento da política internacional. É compreensível que assim o seja, pois organizações de todos os tipos tendem a ser personificadas. O discurso jurídico fala de corporações como “pessoas legais”. Uma vez que os Estados se tornaram a forma mais poderosa da organização política e têm suas origens na força do indivíduo, não surpreende que essa metáfora seja encontrada. (Chilton e Lakoff, 1995, p. 37). Cabe ainda observar que esse tropo pode ser visto com uma metonímia por muitos, mas que, no caso da política internacional, ela se configura como metáfora (Lakoff, 2005; Rohrer, 1995).

Lakoff (2005, p. 01) alerta que *nação é pessoa* é uma metáfora persuasiva, poderosa e faz parte de um elaborado sistema metafórico. Ela é parte de uma metáfora da comunidade internacional (povoada por *nação-pessoas*), em que as nações amigas se engajam em relacionamentos sociais do tipo: nações hostis, amigas, estados desonestos, etc. Estados também são vistos como tendo personalidades: eles podem ser confiáveis ou não, agressivos ou pacíficos, estáveis ou paranóicos, cooperados ou intransigentes, empreendedores ou não (Chilton e Lakoff, 1995, p. 39). Esta metáfora está imbuída da noção de interesse nacional: assim como é do interesse de uma pessoa ser saudável e forte, é também do interesse da *nação-pessoa* ser economicamente saudável e militarmente forte. É este o significado de “interesse nacional”. Entendo que esta metáfora é usada pela administração Bush e colaboradores externos com a finalidade de dar e encorajar apoio à sua política, fortalecer e reforçar uma imagem do inimigo.

É muito comum atribuir à *nação-pessoa* desejos naturais, tais como desejar que os outros sejam como nós mesmos. Ainda dentro dessa concepção de *nação é pessoa*, experiências culturais específicas podem contribuir para o domínio-fonte dessa metáfora. Nos Es-

tados Unidos, a comunidade mundial é frequentemente conceptualizada como um tipo de cidade fronteira, com estados cumpridores de leis (o próprio Estados Unidos aliados aos países por eles favorecidos) e estados marginalizados (talvez “loucos”, “selvagens”, “irracionais” etc.).

A política estrangeira vê a saúde de um “estado-pessoa” em termos de riqueza nacional e a força do estado-pessoa como força militar – em vez de, digamos, a saúde ou bem-estar de seus cidadãos individualmente.

Assim, esta metáfora possibilita que a guerra seja um ajuste de contas, a partir de um desequilíbrio moral por parte de um determinado Estado, apoiando, assim, a legitimação da guerra.

A transformação dos Estados Unidos em estado-pessoa reforça o sentimento de identidade nacional da sociedade americana. Essa metáfora, de base ontológica, estabelece uma relação entre o domínio fonte (a pessoa) e domínio alvo (o Estado). O Estado, como uma pessoa, se comporta como qualquer ser humano. Ele está sujeito às mazelas da vida, e, assim, torna-se a vítima principal dos atentados.

– “*Today America has experienced one of the greatest tragedies...*” (John Ascroft, Ministro da Justiça)⁸¹

“Hoje a *América sofreu* uma das maiores tragédias...”

Essa condição de humanização de uma nação, como vítima, faz com que esta tenha amigos, vizinhos, inimigos, etc. que se solidarizam com sua dor:

– “*He said that Italy was with America in its sorrow and would be with America in its response.*” (Silvio Berlusconi, Primeiro Ministro da Itália)⁸⁵

“Ele disse que a *Itália estava com a América na sua dor e estaria com a América na sua determinação*”.

⁸¹ NYT, National Desk, *A Day of Terror: Verbatim: Bush Aides Speak Out On Attacks*, 12/09/01 (Late edition – Final, Section 4, Page 4, Column 6).

⁸⁵ NYT, National Desk, *A Day of Terror: The World's Reaction: European Nations Stand With U.S., Ready to Respond*, 12/09/01 (Late edition - final, Section A, Page 23, Column 3).

A nação-pessoa, uma vez tendo os seus interesses violados, tem o dever de se defender. Assim a vítima torna-se o herói:

– “*America has stood down enemies before,...*”. (Discurso do Presidente Bush na noite de 11/09)⁸⁹

“A América já *derrubou* inimigos antes,...

A nação-pessoa quando se sente ameaçada tem o direito de avaliar a forma como se defenderá do inimigo até mesmo procurando amigos, aliados para se fortalecer, se for caso:

– “...”, Lord Robertson added: “The country attacked *has to make decisions*, it has to be the one *that asks for help*. The United States *is still assessing the evidence* available. They are the one *to make that judgment*.”⁹²

O herói, assim, estava pronto para a retaliação. No entanto, a configuração do inimigo não estava clara. Como justificar apenas um “estado de guerra”, como vimos anteriormente, (“we are at war”), mas com real ataque militar, com todos os seus custos, se o outro extremo do cenário (o inimigo), o alvo da ação do herói, não havia sido definido?:

– “It is important, as we battle this *enemy*, to conduct ourselves that way.” (Presidente Bush com repórteres em uma entrevista telefonada com o governador e o prefeito de Nova Iorque)⁹⁴

“É importante, enquanto lutamos contra este *inimigo*, nos conduzirmos desta maneira”.

A preposição “against” (contra) após o verbo “battle” (bata-lhar, lutar) caracterizaria o inimigo: terrorismo, inimigo, os responsáveis pelo ataque e “mal-feitores”. Como (contra) atacar militarmente inimigos tão vagos?

⁸⁹ NYT, National Desk, *A Day Of Terror: Bush's Remarks to the Nation on the Terrorist Attacks*, 12/09/01 (Late edition – Final, Section A, Page 4, Column 1).

⁹² NYT, National Desk, *After The Attacks: The Alliance; For First Time, NATO Invokes Joint Defense Pacat With U.S.*, 12/09/01 (Late edition – Final, Section A, Page 17, Column 5).

⁹⁴ NYT, National Desk, *Excerpts From President's Remarks Into Investigation Into Attacks*, 14/09/01 (Late edition – Final, Section A, Page 18, Column 1).

A ocupação desse lugar desconfortavelmente indefinido deuse, em primeiro lugar, por meio da nomeação de um vilão concreto e da organização de que era líder:

– “Mr. Cheney, Mr. Rumsfeld and Mr. Powell all said,...*that evidence pointed out to Mr. bin Laden and his AlQaeda organization as responsible for last week’s attacks.*” (Falas do Sr. Cheney, Sr. Rumsfeld e Sr. Powell, Vice-Presidente, Secretário de Defesa e Secretário de Estado, respectivamente)¹⁰⁰

O ciclo do Conto de Fadas não pode ainda justificar uma ação militar, considerando que o inimigo, mesmo agora, supostamente identificado, não pode ser, de fato, atacado militarmente. Esse dilema é resolvido quando uma nação, o Afeganistão, por meio de seus líderes talibãs, coloca-se como “protetora-guardiã” dos inimigos. Assim:

– But American intelligence officials believe that *Mr. bin Laden’s ties with the Taliban are increasingly close* and that his freedom of movement may have increased in recent months.¹⁰²

Mas membros da inteligência americana acreditam que os laços do Sr. bin Laden com o Talibã estão se estreitando e que sua liberdade de movimento pode ter aumentado nos últimos meses.

O cenário Conto de Fadas, para se justificar uma guerra, é assim, rapidamente, configurado em todos os elementos essenciais, sugeridos por Lakoff (1991).

“*Um ato criminoso é cometido (ataque do 11/09) por um vilã (bin Laden/Al Q’aeda, que não podem ser diretamente atacados; Talibãs / Afeganistão, que podem ser atacados) contra uma vítima (pessoas que morreram no 11/09, povo americano, nação americana, EUA) e o herói (EUA), sozinho ou com ajudantes (aliados)*” (Lakoff, 1991, p. 5, parênteses nossos).

A ação-resposta militar “literaliza”, dessa forma, o cenário de guerra:

– “President Bush told the American military today to get ready for a long war.”¹⁰⁶

¹⁰⁰ NYT, National Desk, *After The Attacks: The White House; Bush Warns of a Wrathful, Shadowy and Inventive War*, 17/09/01. (Late Edition – Final, Section A, Page 2, Column 1).

¹⁰² NYT, National Desk, *A Day Of Terror: The Afghans; Condemning Attacks, Taliban Says bin Lasden Not Involved*, 12/09/01 (Late Edition – Final, Section A, Page 23, Column 3).

“O Presidente Bush disse aos militares hoje para ficarem de prontidão para *uma guerra longa*....”

– The administration, however, is preparing a powerful military *strike*...¹⁰⁷

A administração, entretanto, está preparando um *ataque* militar poderoso...

O presidente Bush admite que há um lugar onde essa guerra se desenvolve:

– The Pentagon is surveying a host of unattractive military options as officials seek to fulfill presidential and public expectations to *strike back* quickly and decisively.¹⁰⁸

O Pentágono está pesquisando uma quantidade de opções militares impopulares, na medida em que funcionários procuram satisfazer as expectativas presidenciais e do povo de revidar com *ataque* rápido e decisivamente.

Mesmo havendo vozes que questionam a legitimidade deste cenário:

– “... Anna Lindh and Joschka Fischer, both suggested that *it was early to talk of military action* when so little was known about the origins of the attacks.” (Os ministros da Relações Exteriores da Suécia e Alemanha, respectivamente)¹⁰⁹

“... Anna Lindh e Joschka Fischer sugeriram que *era cedo para se falar de ações de guerra* quando tão pouco se sabia das origens dos ataques.”

A invasão foi tão bem justificada por meio de enquadramento conceptual e discursivamente bem sucedida que recebeu forte apoio internacional:

¹⁰⁶ NYT, National Desk, *After The Attacks: The Overview; Long Battle Seen*, 16/09/01 (Late Edition – Final, Section 1, Page 1, Column 6).

¹⁰⁷ NYT, Foreign Desk, *After The Attacks: the Strategy; A New War And Its Scale*, 17/09/01 (Late Edition – Final, Section A, Page 1, Column 4).

¹⁰⁸ NYT, Foreign Desk, *A Nation Challenged: Washington; Bush's Advisers Split on Scope Of Retaliation.*, 20/09/01 (Late Edition-Final, Section A, Page 1, Column 5).

¹⁰⁹ NYT, National Desk, *After The Attacks: the Alliance; For The First Time, NATO Invokes Joint Defense Pact With U.S.*, 13/09/01 (Late edition – final, Section A, Page 17, Column 5).

– Belgium’s prime minister, Guy Verhofstadt, said *European states were now prepared to join military actions* “against states harboring or supporting terrorists.”¹¹²

O Primeiro Ministro da Bélgica, Guy Verhofsdat, declarou que *os Estados estavam agora preparados para se integrem em ações militares* “contra estados que acolhem e apoiam terroristas.”

Dessa forma, acredito que a primeira ação/reação concreta de retaliação (invasão do Afeganistão) foi em grande parte justificada e recebeu apoio maciço do povo americano por ter sido legitimada por meio da construção conceptual e discursiva de um cenário de guerra estruturado, fundamentalmente, pela metáfora do Conto de Fadas (Lakoff, 1991).

AINDA A GUERRA NAS PALAVRAS: O CASO DO IRAQUE

A análise crítica da metáfora parte do pressuposto de que o contexto sócio-histórico não só define como em grande parte é definido pelo discurso e pelas estruturas sócio-cognitivas, incluindo a metáfora conceptual, que subjazem a ele (Lakoff e Johnson, 1980/2002; Charteris - Black, 2004, 2005 e Musolff, 2004).

Por essa razão não posso deixar de situar historicamente, mesmo que o recorte apresentado não seja exaustivamente detalhado e aprofundado, os acontecimentos a que as metáforas aqui enfocadas se referem.

Como é sabido, o ataque ao Afeganistão não cumpriu com o seu suposto objetivo, que era capturar o mentor dos atos criminosos de 11/09. No entanto, esta ofensiva militar não foi resignificada como um fracasso: o governo Bush argumentou que a desestabilização do regime talibã muito contribuiria para o desmantelamento da rede Al’Qaeda, organização terrorista liderada por Osama bin Laden e, supostamente, envolvida diretamente nos ataques de 11/09 (Mann, 2003).

No que diz respeito à reestruturação do sistema metafórico do Conto de Fadas, a partir do resultado, a princípio frustrante do ponto

¹¹² NYT, Foreign Desk, *A Nation Challenged: Cooperation; U.S. Sanctions On Islamabad Will Be Lifted.*, 22/09/01 (Late Edition – final, Section A, Page 1, Column 5).

de vista da “retaliação” promovida pelo herói, houve um deslocamento do eixo “vítima”. O herói continuava o mesmo (EUA), mas a figura da vítima deixou de ser representada apenas pela nação americana, passando a incluir o próprio povo afegão, supostamente oprimido pelo regime talibã (o inimigo). No cenário do Conto de Fadas, o subcenário “resgate” (libertar as vítimas: os afegãos) substituiu o subcenário “retaliação”, que, originalmente motivou “a resposta militar” (*ibid*).

A mudança (ou re-enquadramento) de subcenários (resgate/retaliação) e dos eixos principais do sistema metafórico do Conto de Fadas (ato criminoso/ameaça – vítima – vilão – herói) parece ter sido também uma característica do discurso que justificou a guerra do Iraque, que sucedeu a do Afeganistão.

Como vimos na análise anterior, a relação, cognitiva e discursivamente justificada, entre a ofensiva militar no Afeganistão e o 11/09, era muito clara no cenário Conto de Fadas: a vítima/herói iria capturar o vilão e assim promover a retaliação.

No caso da ofensiva militar no Iraque, o cenário não parecia ser tão propício a um enquadramento neste sistema metafórico. E parto da convicção de que, sem um enquadramento neste sistema, a guerra dificilmente se justifica, pelo menos na cultura ocidental, que compartilha os pressupostos da guerra “literal” (Clausewitz, 2003) e da guerra “metafórica” (Lakoff, 1991).

Não me cabe aqui tecer considerações sobre as razões “reais” que levaram os EUA a invadir o Iraque: há teorias que as situam dentro de um grande projeto de “Império”, (Chomsky, 2004; Mann, 2003) ou que as vinculam a interesses econômicos e geopolíticos envolvendo o petróleo iraquiano (Moore, 2004). Parto do pressuposto, porém, de que a decisão do governo Bush de invadir o Iraque (que parece ter tido motivações inclusive antes do 11/09, Mann, 2003) beneficiou-se do “clima de medo” nos EUA gerado a partir do 11/09 (Chomsky, 2004).

A guerra do Iraque, no entanto, requereu uma justificativa bem mais elaborada do que a do Afeganistão. Uma evidência disso é que, ao contrário dessa última, que foi legitimada pelo Conselho de Segurança da ONU e obteve apoio da maior parte dos países ociden-

tais, a ofensiva americana no Iraque não foi sancionada pela ONU e foi apoiada por um número bem menor de aliados:

– Secretary General Kofi Annan warned today that if the United States fails to win approval from the Security Council for an attack on Iraq, *Washington’s decision to act alone or outside the Council would violate the United Nations charter.*¹¹⁴

O Secretário Geral Kofi Annan advertiu hoje que se os Estados Unidos não *conseguir* aprovação do Conselho de Segurança para um ataque ao Iraque, *a decisão de Washington de agir sozinho ou fora do Conselho violaria a Carta das Nações Unidas.*

– ..., Foreign Minister Igor S. Ivanov of Russia said “*not one of these decisions authorizes the right to use force against Iraq outside the United Nations charter.*”¹¹⁶

..., o Ministro das Relações Exteriores Igor S. Ivanov da Rússia disse que “*nenhuma dessas decisões autoriza o direito de usar força contra o Iraque sem o aval da carta das Nações Unidas.*”

Mas como justificar cognitiva e discursivamente a decisão de invadir o Iraque? Novamente, podemos observar como o sistema metafórico do Conto de Fadas é, para isso, acionado.

Em primeiro lugar a triangulação vítima – vilão- ato criminoso não estava absolutamente nítida. Quem era a vítima do estado iraquiano? Temos aqui duas possibilidades que foram discursivamente exploradas por Bush e seus colaboradores:

CENÁRIO 1:

Vítima: o próprio povo iraquiano (oprimido pelo regime imposto por um ditador)

Vilão: Saddam Hussein

Ato Criminoso: tirania/opressão

¹¹⁴ NYT, Foreign Desk, *Threats and Responses: United Nations; Ann Says U.S. Will Violate Charter if It Acts Without Approval*, 11/03/03 (Late Edition – Final, Section A, Page 10, Column 1)

¹¹⁶ NYT, Foreign Desk, *Threats And Responses: United Nations; Critics Say U.S. Lacks Legal Basis for Attack*, 20/03/03 (Late Edition-Final, Section A, Page 19, Column 1)

Herói: (o libertador: os EUA)

Subcenário: resgate (do povo iraquiano, estabelecimento da democracia).

Esse cenário, com todos os seus elementos cognitivos, foi marcado discursivamente:

– “Mr. Bush also reiterated the argument... the installation of a democratic government in Iraq may act as a catalyst for the *spread of democracy in a region dominated by autocratic governments*, many of them American allies.” (Atribuído ao Presidente Bush)¹¹⁷

“O Sr. Bush reiterou o argumento... a instalação de um governo democrático no Iraque pode agir como um catalisador para *espalhar (difundir) a democracia em uma região dominada por governos autocratas*, muito deles aliados americanos.”

– Aircraft packed with radio transmitters.... “We are fighting for a just cause to liberate a persecuted people, and to guarantee the American people’s security,” the broadcast said.¹²⁰

Um avião C-130 equipado com transmissores de rádio.... “Estamos lutando por *uma causa justa para liberar um povo perseguido*, e para garantir a segurança do povo americano,” informou o comunicado.

Esse cenário, entretanto, que coloca os EUA como herói, representante da democracia, como em uma “cruzada” iria libertar o povo oprimido pela tirania, ainda não justificaria, sozinho, a ida à guerra. Afinal, este cenário excluía a possibilidade dos EUA como vítima (real ou em potencial), em um cenário resgate. E países, a princípio, não invadem outros países para interferir apenas em questões internas. Esta possibilidade, apesar de presente em outros momentos históricos, não mais justifica, na cultura das democracias ocidentais contemporâneas, uma ofensiva militar (Mann, 2003).

Um outro cenário é então, paralelamente, ativado; um cenário que, ainda dentro do sistema metafórico do Conto de Fadas, possa contemplar a possibilidade de enquadrar os EUA como vítima, mesmo que em potencial.

¹¹⁷ NYT, Foreign Desk, *Threats and Responses: The President; President Readies U.S. For Prospect Of Imminent War*, 07/03/03 (Late Edition – Final, Section A, Page 1, Column 6).

¹²⁰ NYT, Foreign Desk, *Threats And Responses: The Troops; War Imminent as Hussein Rejects Ultimatum*, 19/03/03 (Late Edition – Final, Section A, Page 1, Column 6)

Nesse enquadramento, o vilão continua sendo Saddam Hussein, mas o ato criminoso não mais seria a sua tirania contra o povo iraquiano, e sim o possível ataque a países vizinhos e ao próprio mundo ocidental por meio das chamadas armas de destruição em massa (ADM), supostamente escondidas pelo ditador. Se ele não as entregasse, o Iraque seria atacado pelo herói (EUA). Nesse caso, o subcenário seria de retaliação, e não mais de resgate.

CENÁRIO 2:

Vítima: (em potencial): países vizinhos, mundo ocidental, EUA

Vilão: Saddam Hussein

Ato Criminoso: (em potencial): presença de ADM

Herói: (os EUA)

Subcenário: retaliação

– One American diplomat said... Mr. Blix arrive in Baghdad,... and simply demand that Iraq *present its weapons*....¹²¹

Um diplomata americano disse... o Sr. Blix chegasse em Bagdá,... e simplesmente exigisse que o Iraque *entregasse suas armas*...

– Some administration officials said they hoped that efforts might still highlight *Iraq's many failures to disarm*.¹²²

Alguns funcionários da administração disseram que esperavam que os esforços pudessem ressaltar as muitas tentativas de *desarmamento do Iraque*.

– The administration has assigned top priority to the hunt for *weapons of mass destruction*, officials said.¹²⁵

¹²¹ NYT, Foreign Desk, *Threats And Responses: United Nations; To White House, Inspector Is Now More a Dead End Than a Guidespot*, 02/03/02 (Late Edition – Final, Section 1, Page 13, Column 1)

¹²² NYT, Foreign Desk, *Threats And Responses: United Nations; To White House, Inspector Is Now More a Dead End Than a Guidespot*, 02/03/02 (Late Edition – Final, Section 1, Page 13, Column 1)

¹²⁵ NYT, Foreign Desk, *Disarming Saddam Hussein; Teams of Experts to Hunt Iraq Arms*, 19/03/03 (Late Edition – Final, Section A, Page 1, Column 1)

A administração determinou prioridade máxima na caça às *armas de destruição de massas*, funcionários declararam.

O herói torna-se a vítima em potencial:

– “President Bush prepared the country tonight... against Iraq, declaring that Saddam Hussein *posed a direct threat to the security of the United States...*” (Fala do Presidente Bush)¹²⁷

“O Presidente Bush preparou o país hoje à noite... contra o Iraque, declarando *que Saddam Hussein é uma ameaça direta à segurança dos Estados Unidos...*”

A justificativa do ataque ao Iraque se delineia a partir da recusa do “vilão” de abrir mão daquilo que supostamente tornaria real o ato criminoso: as ADMs. Essa aparente recusa enquadra-se no cenário como o “ato criminoso”, dando a entender que a guerra em eminência poderia ser evitada pelo próprio vilão.

– Mr. Bush... saying clearly that Mr. Hussein *had to go*. He also... invited Mr. Hussein to exile himself. “That’d be fine with me, just *so long as Iraq disarms after he’s exiled.*” (Fala do Presidente Bush)¹³¹

O Sr. Bush... dizendo claramente que o Sr. Hussein *tinha* de ir. Ele também... convidou o Sr. Hussein a ele mesmo se exilar. “Tudo bem comigo, desde que o Iraque *se desarme* depois que ele se exilar.”

A suposta recusa, assim, justifica o cenário “retaliação” como “autodefesa”:

– The president put the United States on heightened alert for terrorist reprisals and prepared the American people for *a war he said was an act of self-defense* against a country that had ties to terrorists and was still trying amass, hide and develop biological, chemical and nuclear weapons”. Instead of drifting along toward tragedy, we will set a course toward safety,” Mr. Bush said.¹³⁵

O presidente colocou os Estados Unidos em alta alerta face às respostas terroristas e preparou o povo americano para *uma guerra que ele disse ser um ato de autodefesa* contra um país que tinha laços com terroristas e ainda estava tentando acumular, esconder e desenvolver armas

¹²⁷ NYT, Foreign Desk, *Threats and Responses: The President; President Readies U.S. for Prospect of Imminent War*, 07/03/03 (Late Edition-Final, Section a, Page 1, Colun 6).

¹³¹ NYT, Foreign Desk, *Threats and Responses: The President; President Readies U.S. for Prospect of Imminent War*, 07/03/03 (Late Edition-Final, Section A, Page 1, Column 6).

¹³⁵ NYT, Foreign Desk, *Threats And Responses: The President; Bush Gives Hussein 48 Hours, and Vows to Act*, 18/03/03 (Late Edition – Final, Section A, Page 1, Column 6)

biológicas, químicas e nucleares.”Ao invés de ficar à deriva entregue a uma tragédia, nós nos conduziremos à segurança”, ele declarou.

Mas o subcenário “resgate”, com o povo iraquiano como vítima, não é descartado, complementando o quadro de justificativas. São dois cenários metafóricos que, juntos, emolduram cognitiva e discursivamente a justificativa da invasão do Iraque:

– To the Iraqi people, Mr Bush gave notice that he would soon begin an invasion that he said would liberate them from a murderous regime, and to the Iraqi military he issued a stark warning against using chemical and biological weapons or destroying their nation’s oil wells.¹³⁶

Ao povo iraquiano, o Sr. Bush avisou que ele muito em breve começaria uma *invasão que os libertaria de um regime assassino, e ao militarismo iraquiano fez um duro alerta contra o uso de armas químicas e biológicas* ou destruição de seus poços de petróleo.

Devido à fragilidade do novo cenário “retaliação”, que dependia da configuração das ADMs como “ato criminoso”, mas cuja real existência estava longe de ser comprovada (os inspetores da ONU nada encontraram em território iraquiano), tanto a ONU quanto os países, mesmo os tradicionais/aliados, e até mesmo políticos e cidadãos americanos posicionaram-se contra a guerra:

– ... President Hosni Mubarak of Egypt. In remarks broadcast on Monday night, he implored the United States not to undertake military action that might kill innocent civilians, *divide* Christians against Muslims and further inflame attitudes against American policy in the region.¹³⁷

...o Presidente Hosni Mubarak do Egito. Nas suas considerações irradiadas na segunda-feira à noite, ele implorou aos Estados Unidos que não desempenhassem uma ação militar que pudesse matar civis inocentes, dividir Cristãos contra Muçulmanos e ainda excitar atitudes contra a política americana na região.

Apesar desse clima desfavorável, os EUA e seus poucos aliados invadem o Iraque, literalizando, mais uma vez a guerra:

¹³⁶ NYT, Foreign Desk, *Threats And Responses: The President; Bush Gives Hussein 48 Hours, and Vows to Act*, 18/03/03 (Late Edition – Final, Section A, Page 1, Column 6).

¹³⁷ NYT, Foreign Desk, *A Nation Challenged: The Diplomacy; World Leaders List Conditions On Cooperation*, 19/09/01 (Late Edition-Final, Section A, Page1, Column 2).

– “Prime Minister John Howard of Australia authorized troops from his country to fight alongside the American and British against Iraq”.¹⁴⁸

O Primeiro Ministro da Austrália John Howard autorizou tropas de seu país a lutar junto às tropas americanas e britânicas contra o Iraque.

A fragilidade do cenário “retaliação” é logo evidenciada. As armas não são encontradas, deixando claro a construção discursiva daquele enquadramento. Resta apenas o cenário “resgate”. Saddam Hussein é preso e a “democracia” supostamente estabelecida com as eleições de 2004. A vítima libertada pelo herói, entretanto, não legitima o resgate, mostrando em vários conflitos internos a vulnerabilidade da democracia imposta. Os cenários metafóricos justificaram a invasão, mas não foram suficientes para garantir ao herói a plena vitória. Não se pode dizer que houve qualquer resgate ou retaliação.

Esta referência direta à guerra como cruzada foi criticada pelos assessores do presidente, que julgaram politicamente inadequado usar o mesmo conceito de “guerra santa” (e seu equivalente islâmico “jihad”), tão fortemente associado à motivação religiosa dos terroristas para os ataques:

– “The signed statement attributed to Mr. bin Laden referred to a “new Jewish-Christian crusader campaign that is led by the chief crusader Bush under the banner of the cross.” It said, “we ask God to make us defeat the infidels and oppressors and to crush the new Jewish-Christian crusader campaign on the land of Pakistan and Afghanistan.”¹⁶³

O documento assinado e atribuído ao Sr. Bin Laden referiu-se a “uma nova campanha de uma cruzada judaica-cristã que é liderada pelo cruzador chefe, Bush, sob a bandeira da cruz”. Dizia o documento: “Pedimos a Deus que faça com que derrotemos os infiéis e opressores e que esmaguemos a nova campanha de uma cruzada judaica – cristã na terra do Paquistão e Afeganistão”.

Isso explica o fato de o Presidente Bush não ter mais se referido a sua retaliação como “cruzada” (Rocha, no prelo).

Marcas de outras metáforas referentes à guerra podem ser encontradas no corpus, como *proteção é escudo*:

¹⁴⁸ NYT, Foreign Desk, *Threats And Responses: The President; Bush Gives Hussein 48 Hours, and Vows to Act*, 18/03/03 (Late Edition – Final, Section A, Page 1, Column 6)

¹⁶³ NYT, Foreign Desk, *A Nation Challenged: The Neighbor; U.S. Officers Are Meeting In Islamabad On War Plans*, 25/09/01 (Late Edition – Final, Section B, Page 1, Column 1)

– “... and the air force took additional measures to shield both cities, said Aleksander Drobyshesky, an air force spokesman.”¹⁶⁴

...e a força aérea tomou mais medidas para proteger (escudar) ambas as cidades, disse Aleksander Drobyshesky, um porta-voz da força aérea.

No entanto, apesar de evidenciar a nítida tendência, da metáfora, de mapear cognitivamente um domínio alvo, mais vago e abstrato a partir de um domínio fonte mais concreto (Lakoff e Johnson, 1980/2002), essas metáforas não parecem ser relevantes para a nossa análise crítica da metáfora. Esses tropos não parecem fazer parte de uma estrutura ideológica que sustenta os enquadramentos aqui enfocados que, como a análise aqui desenvolvida parece ter evidenciado, estruturam, em grande parte, o discurso do Presidente Bush e de seus colaboradores, discurso esse que ajudou a promover a justificativa das ofensivas militares após os acontecimentos de 11 de setembro.

CONCLUSÃO

Este texto teve como proposta entender o papel e o funcionamento de algumas metáforas conceptuais e cenários que, de acordo com a nossa hipótese de trabalho, subjazem ao discurso político do Presidente Bush e de seus colaboradores em torno dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 e de seus desdobramentos bélicos: ou seja, as guerras do Afeganistão e do Iraque. Para isso, uma análise de um corpus com trechos desse discurso, retirados de artigos publicados no jornal *The New York Times* publicados durante o período enfocado, foi desenvolvida.

A justificativa para a ofensiva militar, tanto no Afeganistão quanto no Iraque, se deu através do sistema metafórico “Conto de Fadas”, que, como pôde ser observado nos dados, mostrou-se como o enquadramento conceptual mais central nesse processo. No primeiro caso, foi necessário mapear os elementos básicos do Conto de Fadas: o ato criminoso, o vilão (os Talibãs, assim enquadrados, metonimicamente, por, supostamente, abrigarem bin Laden e darem apoio logístico à organização Al Qaeda), a vítima (os EUA) e o herói (os

¹⁶⁴ NYT, National Desk, *A Day Of Terror: The Threat; Bush Aides Say Attacks Don't Recast Shield Debate*, 12/09/01 (Late Edition-Final, Section A, Page 24, Column 4).

EUA.). Esse subcenário de retaliação deu lugar ao subcenário resgate, em que o lugar da vítima é ocupado pelo próprio povo Afegão, oprimido pelo vilão: os Talibãs.

A análise mostrou também como um cenário semelhante enquadrado cognitivamente e linguisticamente a justificativa para a guerra do Iraque. Com a introdução do elemento “armas de destruição em massa” (ADM) o cenário do *Conto de Fadas* se estabelece, apoiado em dois subcenários. O primeiro seria o de retaliação, em que a vítima em potencial seriam os países vizinhos e, em última análise, os países ocidentais, e o ato criminoso um possível ataque com as ADMs e/ou a recusa de entregá-las, se é que existiam. O segundo seria o do resgate, em que a vítima seria o povo iraquiano e o ato criminoso a tirania do ditador sobre seu povo. Em ambos subcenários, o vilão e o herói seriam os mesmos: Saddam Hussein e os EUA e seus aliados, respectivamente.

Em ambos os cenários, a metáfora *nação é pessoa* aparece marcada linguisticamente com frequência, mostrando ser central na construção de um enquadramento conceptual de guerra. Esta metáfora, muito usada no cenário Conto de Fadas, enquadra, principalmente, os EUA como pessoa/vítima, pessoa/herói e seus aliados como pessoas amigas. Essa metáfora, como argumenta Lakoff, (1991) ressalta o esforço para que o povo, metonimicamente marcado como nação, se veja como uma unidade, escondendo assim a complexa estrutura social interna desse mesmo país. O autor afirma que, em momentos de guerra, esconder essa complexidade, da qual fariam parte elementos como “composição étnica, rivalidade religiosa, partidos políticos, meio-ambiente, e a influência do militarismo e empresas multinacionais” (1991, p. 3), ajuda a promover a unidade almejada pelos líderes. Sob a perspectiva dessa metáfora, guerra torna-se uma “luta entre duas pessoas, uma forma de combate mão-a-mão” (*ibid.*), cenário que esvazia os embates internos e aciona os antagonismos intersubjetivos que as pessoas experienciam no seu dia a dia.

Ao propor, por meio da análise aqui desenvolvida, enquadramentos metafóricos (metáforas conceptuais, sistemas metafóricos e cenários) que subjazem às falas que constituíram o corpus da pesquisa, entendo que, ao mesmo tempo, pretendo revelar as ideologias que motivam esses enquadramentos e os discursos dele provenientes.

No que diz respeito, ao discurso político propriamente dito, a questão ideológica parece se revelar mais nitidamente; afinal, a política, em sociedades democráticas, se faz, essencialmente, pelo uso da linguagem, já que o seu uso tem claros efeitos na ação política: “o poder é expresso pela palavra falada ou escrita e não pelo chicote, corrente ou revólver” (Charteris-Black, 2005, p. XI).

Enquadramentos cognitivos são marcados discursivamente, caracterizando o nível micro da política, ou seja, a persuasão, argumentos racionais e manipulação (Jones, 1994). Assim, caracterizar o evento de 11/09 como um ato de guerra, tratar a nação como uma pessoa e justificar, cognitiva e linguisticamente as ofensivas militares a partir do cenário do Conto de Fadas têm uma motivação ideológica e efeitos políticos nítidos. Isso se dá pelas metáforas que se fazem presentes nos discursos políticos por omitirem importantes aspectos do que é real, persuadirem por meios pacíficos e refletirem um sistema compartilhado de crenças sobre o mundo e sobre o lugar da humanidade nesse mundo (Charteris-Black, 2005, XII, p. 20). Por isso, é essencial que saibamos que realidades elas estão omitindo e quais estão ressaltando.

No entanto, as metáforas aqui enfocadas não são apenas fruto de uma ideologia originada no pensamento de determinados grupos políticos e usadas, retoricamente, em discursos isolados. As metáforas não refletem a operação de estruturas mentais ou estratégias discursivas individuais, mas, principalmente, são motivadas por diferentes modelos culturais.

Nessa perspectiva, as metáforas de guerra refletem também modelos culturais. Lakoff e Johnson, por exemplo, acreditam que ao usarmos expressões como “atacar uma posição”, “nova linha de ataque”, “vencer”, “ganhar terreno”, etc., estamos sistematizando a linguagem usada para falar do conceito de guerra e que, no mundo ocidental, tais expressões fazem parte do ato de discutir (Lakoff & Johnson, 1980) Zanotto *et alii*, 2002, p. 07; Kövecses, 2002, p. 74-75).

Assim, a inseparabilidade da mente, do corpo, da ideologia e de modelos culturais implica uma visão de metáfora em que esta emerge da interação entre todos esses fatores.

Acredito, assim, que este estudo tenha contribuído para a pesquisa na área da metáfora em geral e, mais especificamente, para a compreensão do papel da metáfora no discurso, entendendo discurso aqui como a instância onde a cognição, a cultura e a ideologia se manifestam linguisticamente. O território à frente ainda é bastante vasto, denso e de difícil acesso: mas como viajante (*a vida é uma viagem*) espero que desenvolvamos instrumentos cada vez mais eficazes para explorá-lo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLACK, M. *Models and Metaphors*. Ithaca, NY: Cornell U. Press, 1981.

CHARTERIS-BLACK, *Politicians and Rhetoric*. London: Palgrave, 2005.

CHARTERIS-BLACK, J. *Corpus approaches to critical metaphor analysis*. London: Palgrave MacMillan, 2004.

CHILTON, P.; LAKOFF, G. *Foreign policy by metaphor*. In: SHAFFNER, C.; WENDEN, A. L. (eds.) *Language and Peace, Brookfield, VT: Dartmouth, 1995. p.37-59*.

CHOMSKY, N. *Ambições imperiais*. Rio de Janeiro, 2005.

———. *Metaphor in Culture: universality and variation*. Cambridge: C.U.P., 2005.

KÖVECSES, Z. *Metaphor: a practical introduction*. Oxford U. Press, 2002.

KÖVECSES, Z. *Emotion concepts*. New York: Springer-Verlag, 1990.

———. *Metaphor and war: the metaphor system used to justify war in the gulf*. An open letter to the Internet. The Metaphor Home Page, www.compapp.decu.ie/~tonnyv/metaphor.html, 1991.

———. *More about Metaphor*. In: ORTONY, A. *Metaphor and Thought*. Cambridge University Press, 1993, p.19-41.

———. *War on Terror, Rest in Peace*. <http://www.alternet.org/story/23810>, 2005.

———. *Women, fire, and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago, London: The University of Chicago Press, 1987.

LAKOFF, G. & JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: Harvard University Press, 1980.

MOORE, M. *The Official Fahrenheit 9/11 Reader S*. New York: Simon & Schuster, 2004.

MUSOLFF, A. *Metaphor and Political Discourse: analogical reasoning in debates about Europe*. London: Palgrave Macmillann, 2004.

———. Language, Figurative Thought, and Cross-Cultural Comparison. In: *Metaphor and Symbol*, 18(4), 311-320, Lawrence Erlbaum Associates, Inc., 2003.

ROHRER, T. The metaphorical logic of (political) rape revisited: The New Wor(l)d Order. *Metaphor and Symbolic Activity*, V.10, n° 2, Spring, 1995.

STEEN, G. J. *Understanding Metaphors in Literature: an Empirical Approach*, NY, London: Longman, Publishing, 1994.

SÍMBOLOS LINGUÍSTICOS- VERBAIS E NÃO VERBAIS

Maria Lúcia Mexias-Simon
mmexiassimon@yahoo.com.br

Se, para se obter êxito profissional, não basta possuir amplo vocabulário, é inegável ser o bom uso de palavras, adequadas e suficientes, indispensável à clara expressão do pensamento (Garcia, 1976, p. 143).

Em sua obra fundamental, *Comunicação em Prosa Moderna*, dedica, Othon Garcia, importante capítulo a respeito do vocabulário, suas possibilidades, suas exatidões e inexatidões a serem evitadas. Mostra serem as palavras invólucro do pensamento; a relação entre vocabulário e nível mental; trata da polissemia e do contexto, com muitíssimos exemplos extraídos do nosso dia-a-dia. Recomenda fugir às generalizações, sobretudo em textos científicos; apresenta variados exercícios de enriquecimento de vocabulário e, sobretudo, de escolhas mais específicas, que possam traduzir melhor o pensamento do emissor. Apenas esse trecho de sua obra já lhe daria lugar entre os lexicólogos, em geral, e da nossa língua, com proveito aos seus estudiosos.

Mas foi Othon Garcia mais além, na mesma obra: preocupou-se com a apresentação dos trabalhos, com sua aparência final, visual, o que não é muito comum entre os dedicados aos estudos de linguagem. No seu último capítulo, Garcia cuida da boa “forma” gráfica, traçando mesmo um conjunto de regras práticas de revisão.

Dessa maneira, trata-se o signo linguístico também na sua realidade visual, o que nos leva ao terreno dos chamados signos óticos, que não seriam propriamente linguísticos, não pertencentes à linguagem articulada, porém signos, pois carregam um fundo significativo comum. Substituem e complementam aquilo que não se pode dizer apenas com palavras. Envolvem os gestos, a música, o desenho, as cores etc. Desse conjunto de signos, podemos nos deter em um dos mais antigos e produtivos: o chamado baralho de Tarô.

O Tarô é um baralho de cartas misterioso de origem desconhecida. Tendo, pelo menos seis séculos de existência, é o antepas-

sado direto de nossas cartas de jogar. No correr das gerações, as figuras pintadas sofreram muitas modificações. Prova de sua vitalidade e sabedoria é o fato de que, tendo gerado um filho tão ativo como o nosso moderno baralho, a forma antiga não se aposentou. Na Europa Central, o Tarô permanece em uso constante.

Na América, mais recentemente, tem vindo à tona e levado em consideração, como as figuras que surgem em nossos sonhos, aparentemente desconexas.

Os aparecimentos em sonhos e em representações pictóricas mostram que aspectos negligenciados de nós mesmos merecem mais atenção e reconhecimento. Como as personagens de nossos sonhos, as figuras do Tarô vêm, para nossa auto-satisfação, nos trazer mensagens importantes. Mas o homem moderno, imerso em sua cultura verbal, encontra dificuldade em traduzir as mensagens não verbais, a linguagem pictórica. Uma viagem pelo Tarô, nos leva às profundezas do “eu”. Qualquer que seja o fim dessa jornada, encontraremos aspectos, ao mesmo tempo, profundos e elevados de nossa personalidade e de nossa trajetória de vida. As cartas do Tarô nasceram num tempo em que se dava mais espaço ao inconsciente, ao chamado irracional, que pode ser a nossa parte mais forte e mais própria a decifrar as questões que nos afligem.

No baralho moderno sobreviveram poucas das figuras mais importantes do baralho antigo, todas anteriormente chamadas *trunfos*, que, em italiano pode-se traduzir por triunfo, hoje, *figuras*, ou conservar o sentido que damos a trunfo, como vantagem em qualquer situação. Os Trunfos colocados em série, formam uma história sem legendas, que representaria as experiências encontradas por cada um de nós no caminho da auto-compreensão.

As teorias a respeito das figuras do Tarô são diversas e de difícil compreensão, a pesar de todas apontarem para a Europa Central. Há quem afirme, e com bastante coerência, representarem tão somente ilustrações a uma série de sonetos oferecidos pelo escritor medieval italiano a sua amada Laura. Pode-se dar também o contrário: terem as figuras servido de inspiração a Petrarca, em seus poemas. Nesses poemas, cada figura derrota a anterior, num combate não físico, mas verbal e intelectual, torneios muito em voga na época.

Como todo material simbólico deriva de um nível de experiência humana, podemos relacionar o Tarô a outros sistemas, o que tem sido feito, relacionando-o à escrita hebraica ou à egípcia, símbolos químicos etc. Mas, exatamente a camada denominada o *inconsciente coletivo* não é *consciente*. Os Trunfos não ilustram conceitos verbalizados ou verbalizáveis e sim sugerem sentimentos e expressões totalmente fora do alcance das palavras. Aqui contamos com Jung para estabelecer a diferença entre *símbolo* e *sinal*. O sinal, disse ele, representa algo que pode ser representado oralmente ou por escrito: o cartaz, à beira da estrada, com talheres cruzados, pode ser substituído pela palavra restaurante. Já o símbolo foi criado para expressar algo que não pode ser expresso de nenhuma outra forma: a cruz, por exemplo. Assim devem ser tomadas as figuras do Tarô. Vêm de um nível que a consciência não alcança, distante da compreensão intelectual, pouco limitadas a associações puramente pessoais. O seu significado pode ser melhor conectado a mitos, contos de fadas, a pinturas, ou qualquer material que evoque ações e sentimentos coletivos. Seu significado está em toda parte e é eterno. À noite, surgem em nossos sonhos, com as mais diversas figurações. De dia nos impulsionam, nos instigam à ação.

Como já dissemos, os Trunfos representam, simbolicamente, os impulsos que agem de modo independente, nas profundezas da, digamos, alma, e que Jung denominou arquétipos. Os arquétipos agem na alma, como os instintos agem no corpo. Não podemos ver as figuras dos arquétipos, as figuras arquetípicas, como não podemos ver os instintos, mas sempre estamos a senti-los, estando os artistas sempre a tentar traduzi-los em formas sensíveis, pinturas, música etc. Em todas as culturas tem-se falado e cantado sobre o Diabo, o Velho Sábio, o Louco etc.

Os Trunfos estão numerados de um a vinte e um, em três fileiras de sete. Há um deles sem numeração: é o Louco.

Ao que não tem numeração, pode-se atribuir ZERO e o zero pode ocupar qualquer posição. Normalmente está colocado acima das fileiras, olhando do alto para elas. Como não tem lugar fixo, o Louco pode espiar os demais e pode aparecer subitamente em nossa vida pessoal, do que resulta fazermos, por vezes, papel de loucos.



E apresentado como uma figura masculina, com sua trouxa às costas e um cajado que o ajuda na caminhada. Para onde? E um aventureiro, um fugitivo, uma pessoa que procura? E uma figura muito abordada atualmente nas artes em geral. (Lembremos — “estava à toa na vida” —; — “caminhando contra o vento, sem lenço, sem documento”; os filmes: , e muitos outros.

Mas, nosso peregrino atual, na era mecanizada, prefere, por vezes, viajar sentado, o que lhe pode render uma cômoda simpática carona, ou um ato de violência, também abordada nos filmes e livros. Por que a violência? Esse moço desperta ira, pois parece irresponsável, folgazão, faz o que um cantinho de nós gostaria de fazer. Não pode ficar impune. Coisas estranhas podem vir à mente de quem se depara ao vivo com um arquétipo. Antigos sonhos não se realizaram, antigas perguntas não têm resposta. As reações serão tão várias quanto são várias as experiências de vida de quem o encontra. Quem chega a um acordo com o renegado, na sua realidade interior, não se sentirá tão hostil e na defensiva, quando o deparar na sua realidade exterior, O mais importante é que terá sentido o poder de um arquétipo e admitir que “quem não tem meta fixa, não perde o caminho”.

O arquétipo, ou Trunfo, com o qual estamos lidando, é, portanto, um andarilho, onipresente e imortal. Como não tem número, está livre para andar à vontade, mesmo perturbando a ordem, quebrando a regra do jogo. Como vimos, atravessou os séculos e sobrevive nas modernas cartas de jogar como o Coringa. As vezes, pedimos ao Coringa que substitua uma carta que não possuímos, tarefa que se adapta muito bem a sua capacidade de locomoção e a sua capacidade de arremedar, como o Bobo da Corte que é. Agir como espião era uma função importante do Bobo da Corte. Personagem privilegiado, podia se meter em qualquer ambiente, mexericando e ava-

liando a situação. Considerados amigos de Deus, essas criaturas, “os pobres de espírito”, eram, em geral bem tratados por toda a sociedade, embora as peças que pregasse. Ninguém, na verdade, se zanga com um Pedro Malasartes. Há, ainda hoje, um ditado italiano que diz “ser como o Bobo no Tarô”, isto é ser bem recebido em toda a parte, já que as pessoas só o levam a sério, quando lhes interessam, sendo, no entanto, reconhecida a sua sabedoria de Louco. As figuras do Bobo, ou do Louco, o Andarilho, aparecem frequentemente acompanhadas de um cachorro. Instala-se uma relação hierárquica: o cachorro pertence ao Louco, mas como esse pertence ao Rei, o cachorro é um complemento, sobre o qual o Louco não decide.

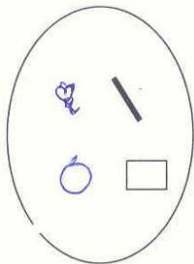
A questão de saber se o Louco é o primeiro ou o último no Tarô não importa, ele ocupa os dois lugares ao mesmo tempo. A sua função mais importante parece ser a de ligar os nossos jogos modernos ao mundo intuitivo de nossos antepassados, em perpétuo movimento, transpassando-os ao mesmo tempo, ligando o fim ao princípio - interminavelmente.

Como o Louco encerra os polos opostos de energia, é impossível segurá-lo. E matreiro e ingênuo, não sabe que pergunta se deve fazer à vida, nem sabe que há perguntas, mas tem um cãozinho que o protege do perigo.

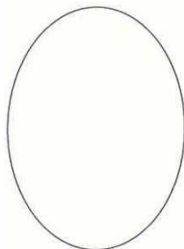
Já vimos que o Louco não tem número, portanto lhe atribuímos ZERO. Como as estrelas, os números brilham com intensidade que transcende outros signos. Talvez esse fato explique não haver alfabetos numéricos. As palavras expressam as ideias dos homens; os números expressam as realidades de Deus.

O conceito de Zero era desconhecido do mundo antigo, só apareceu na Europa a partir do século XII. A nossa palavra Zero provém do árabe *sifr*, significando *vazio*, tradução do sânscrito *sunya*. Chegou ao Português, através do francês *zéro*, pelo italiano *zero*, abreviação de *zephirum*, latinização do árabe no século XII (Antenor Nascentes. *Diccionario Etimológico*, s.v. e Caldas-Aulete, *Diccionario da Língua Portuguesa*, s.v.). O vocábulo cifra está, ainda, ligada ao *Sefiró* dos Hebreus, os dez pontos da árvore da Cabala, onde se manifesta o poder de Deus. A palavra *zéfiro* também existe no português, com o significado de vento brando, brisa, o que é bastante interessante.

Uma das dificuldades do professor das séries iniciais é apresentar às crianças a noção do símbolo Zero. Sugere-se, em livro didático, que se conte uma história:



Um menino bonzinho ganhou vários presentes: um lápis, uma borracha, uma maçã, uma flor:



Para que os presentes não se espalhassem, o menino envolveu-os numa cercadura, como se vê acima. Porém, como o menino era muito bonzinho, distribuiu os presentes entre amiguinhos mais necessitados e ficou somente com a cercadura.

O descobrimento desse *nada* ampliou de maneira importante a capacidade de pensar do homem. Possibilitou o sistema decimal, concretizou a aparente contradição de que o nada é alguma coisa, ocupa espaço e tem poder. E bem apropriado atribuir-se o Zero ao Louco.

Quando uma pessoa não tem, aparentemente, serventia, diz-se ser um Zero. Mas o Zero tem o poder de transformar o Um em milhões. Os primeiros Zeros grafados eram em forma circular, não elíptica, como mais modernamente. E o poder do Zero vêm de sua forma circular. Para prová-lo, ponha em contraste um círculo e um quadra-

do. Imaginemo-nos desenhando um círculo; Em primeiro lugar, é preciso determinar o centro, onde será apoiada uma perna do compasso. O centro vem primeiro e é de fato, central para o conceito de círculo. Isso não se dá com nenhuma outra figura geométrica. Um círculo, com um ponto ao centro, representa o Sol fonte de calor, luz e força. Representa também o ovo do mundo, o princípio de tudo, de onde proveio e continua a provir toda a criação. Lembremos o louco, sempre móvel no seu centro imóvel, que não ocupa nada e contém tudo.

Tente desenhar um círculo no ar. O movimento é natural e fácil. Podemos sentir como o círculo veio a representar a inteireza, a perpetuidade. Não acontece com os quadriláteros, que vão exigir movimentos separados e, para traçá-los no papel, teremos que usar medições precisas. Em parte alguma da natureza se encontram quadrados perfeitos: são criações do homem. Já o padrão circular está intimamente ligado ao homem, pelo seu movimento respiratório. sua corrente sanguínea, Falamos também em Roda do Tempo, quando tratamos da infância, maturidade e velhice.

Carlos Drummond de Andrade, em seu poema afirma: 'Stop. A vida parou.' Stop é sinal universal de parada e a Cota Zero é a parada para caminharmos em direção ao positivo ou em direção ao negativo.

Lembrem-nos de que, para os antigos, o mundo era um disco, recoberto com sete camadas de semi-esferas. (os céus) às quais ascenderiam as pessoas, após sua morte, conforme seus méritos. Os melhores iriam ao sétimo céu, desfrutar da companhia dos seus iguais. Ainda hoje, meio a brincar meio a sério, falamos no arco-íris, como se fosse um semi-círculo envolvendo a Terra, após uma tempestade, com alguns sortilégios em suas extremidades.

Por outro lado, imaginemo-nos num aposento circular ou semi-esférico, cuja parede externa fosse em vidro, sem janelas, com visão de 360°. O mal estar seria grande. Preferimos um mundo compartimentado em caixas quadradas, com a visão para o exterior de nossa escolha. O contrário é a casa do Louco. Segurar o Louco, mesmo dentro do seu próprio círculo, é impossível, assim como é impossível a quadratura do círculo. Seria o milagre, o enquadramento do misterioso, a síntese.

Na pintura de William Blake, Deus criando o Universo (coleção particular) a Divindade barbuda, muito visível, está em um círculo, de onde, estende o braço comprido para, com um compasso, começar a criar este nosso mundo, à imagem e semelhança de um mundo anterior, perfeito, habitado por Deus.



Essa pintura nos tranquiliza, pois assegura que o nosso mundo tem um núcleo central de perfeição nas suas origens; basta encontrarmos o caminho. De acordo com S. Boaventura, 'Deus é urna esfera inteligível, cujo centro está em toda parte e cuja circunferência está em parte nenhuma'.

Uma forma de reproduzir, nesse mundo, o Grande Círculo Celeste está nos primeiros grandes templos e igrejas, que foram construídos em forma círculo. São assim os *dolmens* nas Ilhas Britânicas e, mais modernamente, Santa Sofia, em Istambul, São Pedro, em Roma e S. Marcos, em Veneza. Além da forma circular, havia também preocupação com a incidência dos raios solares, em certa hora, em certa posição. As palavras *church* (inglês) *kirk* (escocês), traduções de igreja, têm a mesma origem da palavra círculo e, assim, também, o grego *kirkos* (falcão) foi o nome dado ao sacerdócio.



Acreditava-se que os círculos afastam os maus espíritos. Daí o formato de antigos relógios, a disposição dos signos do zodíaco e a famosa Távola Redonda, onde não havia hierarquia, todos tinham a mesma situação. A Távola Redonda é, frequentemente, reproduzida com o Santo Graal, o Santo Cálice, ao centro, ou concêntrico. A ideia do círculo como princípio e fim de todas as coisas está bem representada no *Uroboros*, serpente mitológica, presente em várias culturas, que se alimenta comendo, interminavelmente, a própria cauda.

Discos que têm despertado grande interesse são os discos voadores, circulozinhos apontando para nosso mundo, desafiando nossa compreensão. Esses misteriosos objetos nunca aparecem em outra forma que não seja a circular. Se as pessoas os veem, ou acreditam vê-los, não faz diferença em nossas considerações. As pessoas dizem – não há nada – mas o Nada é exatamente, como já vimos, o círculo.

Já vimos que o Louco, por não ter numeração, assume o lugar Zero, que lhe dá o direito de ocupar qualquer posição. Tem a ver com qualquer um dos outros Trunfos, principalmente com o último, o Mundo, o Tudo.

O Mundo é representado por uma figura humana, com cabelos, feições e seios femininos, porem pernas grossas, e quadril reto, que lhe dão aparência andrógina, obviamente, pois representa o Tudo. A guirlanda que a circunda é elítica, mais semelhante nosso atual Zero. É formada de plantas viçosas; ao mesmo tempo que serve de proteção, não lhe tolhe os movimentos de dança, a dança do Louco. Esse fato é comprovado pela expressão serena, guardado o mistério do sexo.



Nos cantos da figura, fora da guirlanda, está representado cada um dos elementos em que os antigos dividiam o Universo e que se relacionam a cada um dos Evangelistas:-

- O Anjo — o Ar — São Mateus
- A Águia — a Água — São João
- O Touro — a Terra — São Lucas
- O Leão — o Fogo — São Marcos

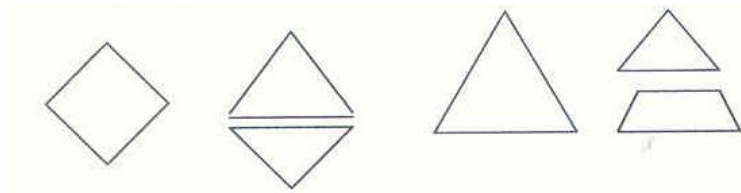


Nos cantos superiores estão os símbolos aéreos, nos inferiores, os terrestres. Juntos, velam pela quadratura do círculo, pela ligação entre Céu e Terra, os dois focos da elipse.

Numa outra representação do mesmo arquétipo, não se mostra exatamente o Mundo, e sim, a Anima Mundi — a Alma do Mundo: é uma figura feminina, fixada a uma elipse luminosa, como uma pedra numa jóia. Não há outros elementos, apenas a mulher e a luz que parece emanar dela, em ondas, formando também uma elipse, um grande Zero. A sua expressão é, também, de tranquilidade: a figura não parece se sentir tolhida nem responsável pela cercadura, raios que partem em todas as direções, como explosão de energia.

Essa representação, também, é muitíssimo encontrada ao redor da cabeça, ou mesmo do corpo todo, nos santos da Igreja Católica.

Já traçamos o círculo no ar, o que não nos exigiu mais que uma leve torção de pulso. Tente fazê-lo, agora, muito maior e muito mais lentamente. Enquanto não o completamos, não o interrompemos: o Zero é indestrutível. Para melhor comprová-lo, observemos as figuras geométricas



O losango, cortado em dois, produzirá dois triângulos. O triângulo, da mesma forma, produzirá um trapézio e um triângulo. O círculo cortado exatamente em metades, só produzirá dois semi-círculos, nenhuma outra figura nomeada e estudada à parte.

Podemos dizer que o círculo não se destrói, não se transforma em outra figura. É o toque do Louco. Uma vez tocado pelo Louco, a cura é impossível e quem, na verdade, deseja ser de todo curado?

REFERÊNCIAS

GARCIA. Othon Moacyr. . Rio de Janeiro: FGV, 1975.

JUNG, Carl G. . Petrópolis: Vozes, 1988.

——— Rio: Nova Fronteira. 1975.

MALBA TAHAN. Rio: Record. 1984.

NICHOLS, Sallie. São Paulo: Cultrix, 1980.

UMA VISÃO FORMAL E FUNCIONAL DOS VERBOS: *IR, VIR, CHEGAR, MORAR*

Lúcia Helena Peyroton da Rocha (UFES)

lhpr@terra.com.br

Aline Moraes Oliveira (UFES)

alinekinha@ig.com.br

Este trabalho pretende analisar o comportamento de alguns verbos, como *ir, vir, chegar, morar*. Trabalha-se com uma visão tradicional da transitividade verbal, perpassa-se pela gramática de valências e chega-se ao funcionalismo, que leva em conta a transitividade não como uma propriedade intrínseca do verbo enquanto item lexical, mas como um complexo de dez parâmetros sintático-semânticos independentes, que focalizam diferentes ângulos da transferência da ação em uma porção diferente da oração. Dentro da visão funcionalista, considera-se que a transitividade é uma propriedade escalar, condicionada por fatores sintáticos e semânticos, já que sua gradualidade é ligada às necessidades de expressão dos usuários, dirigida pelos propósitos da comunicação. Dessa forma, existe correlação entre grau de transitividade e relevo discursivo: baixa transitividade se liga a menor relevância e alta transitividade se liga a maior relevância. O principal objetivo é descrever o fenômeno da transitividade a partir dos pressupostos da teoria funcionalista norteamericana. No que se refere à transitividade, Hopper & Thompson (1980) apresentam dez parâmetros sintático-semânticos interdependentes, que focalizam diferentes ângulos da transferência da ação em uma porção diferente da sentença. Os autores caracterizam esse fenômeno como um *continuum*. Hopper & Thompson (1980) analisam os graus de transitividade em textos narrativos e preveem sua aplicação a outros gêneros textuais. Optou-se pela análise do gênero relato de interação retirado do *corpus* Discurso & Gramática – Rio de Janeiro.

PALAVRAS INICIAIS

A transitividade verbal é uma questão bastante controversa em manuais de gramática da língua portuguesa. É um fenômeno rico

e complexo, por isso continua sendo alvo de grandes reflexões ainda hoje.

A divergência classificatória do fenômeno da transitividade pode ser vista no quadro a seguir:

Verbo	Gramáticas e Dicionários ⁵	Exemplos
Morar	VI (Cunha e Cintra; Cegalla e Said Ali) VTa(Kury) VTc Rocha Lima	Aline mora em Vila Velha.
Morar	VTc (Aurélio) Vti (Houaiss)	"Conceição morava no Engenho Novo, mas nem a visitei nem a encontrei". (Machado de Assis) Alice mora na rua das Acácias.

É importante também ressaltar que o tratamento da língua a partir de frases soltas, descontextualizadas, em que se desconsidera o uso, torna o estudo da transitividade lacunar, vago e um pouco fora da realidade enunciativa. Como se sabe somente uma análise que tome como referência as orações em condições específicas de uso permite tratar dos verbos quanto à predicação.

O ponto de partida deste estudo é a visão tradicional da transitividade verbal, perpassando pela gramática de valências e chega-se ao funcionalismo, que leva em conta a transitividade não como uma propriedade intrínseca do verbo enquanto item lexical, mas como um complexo de dez parâmetros sintático-semânticos independentes, que focalizam diferentes ângulos da transferência da ação em uma porção diferente da oração. Adotamos a perspectiva funcional abordada por Hopper e Thompson (1980), para quem a transitividade envolve uma série de componentes que estão relacionados à efetividade com a qual uma ação acontece. Por exemplo, a punctualidade e a telicidade (ação acabada) do verbo, a atividade consciente do agente (intencionalidade), a referencialidade e o grau de afetação do objeto. Esses componentes co-variam um com o outro, de língua para língua, o que sugere que a transitividade é uma propriedade central do uso da língua. A proeminência gramatical e semântica da transitividade é mostrada como derivada de sua função discursiva característica: a alta transitividade relaciona-se à figura (primeiro plano) e a

⁵ Para evidenciar a incoerência taxinômica, registramos também a classificação de Aurélio (1986) e de Houaiss (2001).

baixa transitividade ao fundo (segundo plano).

Tendo em vista a multiplicidade de abordagens sobre verbo intransitivo e a pouca abrangência desse estudo nas gramáticas de língua portuguesa, surgiu, para este trabalho, a necessidade de realizar um estudo que mostre com clareza e profundidade a questão. É por isso que se pretende apresentar a diferente natureza dos verbos intransitivos: *ir*, *vir*, *morar* e *estar* apontados por essas gramáticas. Para tanto, verificar-se-ão o tipo e a origem das restrições que impedem que tenha a definição tradicional a adequação e a abrangência que poderia ter.

Parte-se da hipótese de que tais verbos se dividem em grupos que apresentam diferentes conjuntos de traços. Esses traços os diferenciam em graus de uma possível hierarquia de transitividade que deverá ser estabelecida, a partir da presença ou ausência de determinados traços selecionados como básicos.

A busca da comprovação dessa hipótese será feita a partir da apreciação dos chamados verbos intransitivos dentro do referencial teórico da Gramática de Valências, com vistas a se detectarem os traços distintivos dos diferentes grupos. Para, em seguida, trabalharmos com os mesmos verbos dentro da perspectiva funcionalista.

VERBO INTRANSITIVO: NA GRAMÁTICA DE VALÊNCIAS

A teoria de valências funda-se no pressuposto de que o verbo é central na oração. Esse princípio da centralidade do verbo (Cf. Ignácio, 2002) foi apresentado por Tesnière (1969) e se justifica na medida em que é o verbo que determina a estrutura de base da oração, tanto no nível morfossintático, quanto no semântico. É a esse dinamismo verbal que se tem denominado de valência do verbo.

Borba (1996) concorda com o fato de que

As primeiras ideias sobre valência se devem a Tesnière, que é quem parte do verbo como núcleo oracional, tomando-o como uma espécie de pólo imantado, capaz de atrair um número mais ou menos elevado (?) de actantes, comportando um número variável de pontos de atração capazes de manter esses actantes sob a sua dependência (Borba, 1996, p. 19).

A proposta de gramática de valências de Borba (1996) a ser

usada como suporte para a descrição sintático-semântica do léxico diferencia-se da de Tesnière (1969) já na própria conceituação dada ao termo *valência*.

Assim, valência é a propriedade que tem uma classe de elementos, de poder ligar-se com classes específicas de outros elementos, sendo que esta mesma classe se distingue de outras de mesmo nível sintagmático. Isso amplia o sentido da expressão *gramática de valências* abrangendo também o regime dos nomes, dos adjetivos e de alguns advérbios.

A TRANSITIVIDADE SOB A PERSPECTIVA FUNCIONAL

Este estudo filia-se à Teoria funcionalista norte-americana, que vê o fenômeno da transitividade como “uma propriedade contínua, escalar (ou gradiente), da oração como um todo. É na oração que se podem observar as relações entre o verbo e seu(s) argumento(s) – a gramática da oração” (Furtado da Cunha, 2007, p. 29). Por concordarmos com essa perspectiva funcionalista, adotamos nessa investigação a proposição de Hopper e Thompson (1980) de que “a transitividade é um complexo de dez parâmetros sintático-semânticos independentes, que focalizam diferentes ângulos da transferência da ação em uma porção diferente da oração” (Furtado da Cunha, 2007, p. 37).

Hopper e Thompson (1980) propõem isolar as partes do componente da noção de transitividade e estudar os modos nos quais eles são tipicamente codificados pelas línguas. Assim, identificam os seguintes parâmetros de transitividade, cada qual sugerindo uma escala de acordo com a qual as cláusulas podem ser ordenadas.

Para Hopper e Thompson (1980), a transitividade oracional relaciona-se a uma função pragmática. O falante/escritor, ao organizar seu texto, é guiado por seus objetivos comunicativos e pela percepção das necessidades de seu interlocutor. Desse modo, o texto apresenta uma distinção entre o que é central e o que é periférico.

Quadro 1: Parâmetros de transitividade propostos por Hopper e Thompson (1980).

		Transitividade Alta	Transitividade Baixa
01	participantes	dois ou mais participantes A e O	um participante
02	Cinese	ação	não-ação
03	aspecto do verbo	perfectivo	não-perfectivo
04	punctualidade do verbo	punctual	não-punctual
05	intencionalidade do sujeito	intencional	não-intencional
06	polaridade da oração	afirmativa	negativa
07	modalidade da oração	<i>realis</i>	<i>irrealis</i>
08	agentividade do sujeito	agentivo	não-agentivo
09	afetamento do objeto	afetado	não-afetado
10	individação do objeto	indivíduoado	não-indivíduoado

O *CORPUS* EM ANÁLISE

O *corpus* coletado pelo Grupo D&G, fundado em 1991, é composto de amostras de língua falada e escrita com informantes em quatro cidades brasileiras: Rio de Janeiro, Natal, Rio Grande e Juiz de Fora. Optamos por trabalhar com a amostra da cidade do Rio de Janeiro. A escolha desse material se justifica pela sua representatividade em termos nacionais e também pelos objetivos centrais do grupo.

O *corpus* de análise se constitui de oito (8) relatos de interação de Informantes de 3º grau, sendo que utilizamos sete (7) desses. Mostraremos a análise de excertos dos relatos de interação em que apareceram os verbos investigados. Elencaremos apenas o relato de interação de um informante/entrevistador para a análise na perspectiva funcionalista em função do espaço de que dispomos.

RELATO DE INTERAÇÃO

Informantes do Terceiro Grau

Informante 1: André

Entrevistadora: Fernanda

Fui à PUC fazer uma entrevista e ainda faltava uma entrevista. Fui ao departamento e (...). Como eu moro muito longe dele,...). Fui ao CCBB alguns dias antes para alugar uma sala de leitura. (...) Liguei para um tio meu que mora no mesmo bairro que o informante e que foi buscá-la para mim. Um amigo do meu tio de trabalho mora perto da minha casa e a trouxe. Apesar desses pequenos incidentes a entrevista é boa.

Informante 2: Daniel

Entrevistadora: Fernanda

O Daniel é o melhor amigo (...) veio aqui em casa me entregar (...).

Informante 3: Érica

Entrevistadora: Fernanda

Um dia uma amiga da faculdade da minha irmã veio à minha casa imprimir um trabalho e (...) fui até sua casa (pois ela mora a um quarteirão da minha casa)...). Fui à sua casa e no mesmo dia gravamos a fala letuada e ela escreveu também.

Informante 4: Jorge Luís

Entrevistadora: Fernanda

Minha prima me deu o telefone da firma onde ela estagiou e (...) fui até uma sala “silenciosa” (...). Um amigo dele veio junto conosco e se sentou próximo a moça sem conversar com ela. (...) Fui até seu trabalho buscar a parte escrita (...) e concordou em vir à minha casa para refazer aquela questão.

Informante 6: Rafaela

Entrevistadora: Fernanda

A informante estuda na mesma faculdade que a minha irmã e (...).

Assim que cheguei na PUC (...) e após alguns minutos a informante chegou junto com uma amiga (...).

Informante 7: Regina

Entrevistadora: Fernanda

A informante estuda na mesma faculdade que a minha irmã (...). No dia combinado fui até a PUC e (...), porém sua história começava assim: “Eu fui encontrar com um pessoal na praia.” (...) Eles acabaram indo para o cômodo ao lado (...). Da quarta para a quinta pergunta também não houve um barulho de motor de carro que não chega a atrapalhar o entendimento do que está sendo dito.(...) pois, pelo fato dela morar longe da minha casa, não queria ir em sua casa buscar. (...) quando resolvi perder algumas horas do dia para ir buscá-la (...). Somente por isso continuei com essa informante.

Informante 8: Valéria

Entrevistadora: Fernanda

Liguei para um amigo da minha irmã do segundo grau que estava no último ano da faculdade (...). Marcamos um dia e fui até sua casa.

ANÁLISE DO *CORPUS*

A análise do verbo “ir” na perspectiva tradicional e da GV

<u>Fui</u> à PUC	<u>Fui</u> ao departamento
<u>Fui</u> ao CCBB	<u>Fui</u> à sua casa
<u>fui</u> até uma sala	<u>Fui</u> até seu trabalho
<u>fui</u> até a PUC	<u>fui</u> até sua casa.

A partir da classificação do verbo “ir” quanto à predicação, pode-se afirmar que: para a NGB todas as ocorrências são classificadas como *verbo intransitivo* e os elementos que se colocam posteriormente a eles são considerados *adjuntos adverbiais de lugar*. Para Rocha Lima (1984), a classificação desse verbo é *transitivo circunstancial de lugar*. Kury (1993) classifica o verbo como *transitivo adverbial de lugar*.

Na perspectiva da GV, o verbo “ir”, nessas ocorrências, é considerado *bivalente*. É considerado um verbo de ação que seleciona dois argumentos com as seguintes características:

A₁ = agenteivo
(ir) + (A₂) = à PUC / ao departamento / ao CCBB
(A₂) = (a + a (o) + locativo)

A₁ = agenteivo
(ir) + (A₂) = até uma sala / até seu trabalho / até a PUC / até sua casa
(A₂) = (até + (...) + locativo)

A ANÁLISE DO VERBO “MORAR” NA PERSPECTIVA TRADICIONAL E DA GV

moro muito longe dele mora no mesmo bairro
mora perto da minha casa mora a um quarteirão da minha casa
morar longe da minha casa

Do ponto de vista tradicional, o verbo “morar” tem a mesma classificação que o verbo “ir”. Dentro dos pressupostos da GV, o verbo “morar”, nas ocorrências arroladas, é considerado *bivalente*. É um verbo de estado que seleciona dois argumentos com as seguintes características:

A₁ = sujeito inativo
(morar) + (A₂) = muito longe dele / perto da minha casa / a um quarteirão da minha casa / longe da minha casa
(A₂) = (adv. (muito/perto de /longe de)) + (poss.) + (locativo)

A₁ = sujeito inativo
(morar) + (A₂) = no mesmo bairro
(A₂) = (em) + (...) + (locativo)

A ANÁLISE DO VERBO “VIR” NA PERSPECTIVA TRADICIONAL E DA GV

(...) veio aqui em casa veio à minha casa
veio junto conosco vir à minha casa

Do ponto de vista tradicional, o verbo “vir” tem a mesma classificação que o verbo “ir” e “morar”. Dentro dos pressupostos da

GV, o verbo “vir”, nas ocorrências investigadas, é considerado *bivalente*. É um verbo de ação que seleciona dois argumentos com as seguintes características:

A₁ = sujeito agentivo
(vir) + (A₂) = aqui em casa / à minha casa
(A₂) = (a + a) + (poss.) + (locativo)

A₁ = sujeito agentivo
(vir) + (A₂) = junto conosco
(A₂) = (complemento da forma “junto com”)

A ANÁLISE DO VERBO “VIR” NA PERSPECTIVA TRADICIONAL E DA GV

cheguei na PUC
a informante chegou junto com uma amiga

Do ponto de vista tradicional, o verbo “chegar” tem a mesma classificação que o verbo “ir”, “morar” e “veio”. Dentro dos pressupostos da GV, o verbo “chegar”, nas ocorrências investigadas, é considerado *bivalente*. É um verbo de ação que seleciona dois argumentos com as seguintes características:

A₁ = sujeito agentivo
(vir) + (A₂) = na PUC
(A₂) = (em + a) + (locativo)

A₁ = sujeito agentivo
(vir) + (A₂) = junto com uma amiga
(A₂) = (complemento da forma “junto com”)

Dentro de uma visão funcionalista, apresentamos a seguinte análise, como mostra representativa das ocorrências:

1. Fui à PUC
2. Um tio meu mora no mesmo bairro
3. Um dia uma amiga da faculdade da minha irmã veio à minha casa
4. cheguei na PUC

APLICAÇÃO DOS PARÂMETROS

Parâmetros	Part.	Cin.	Asp. V	Punct. V	Int. Suj.	Polar. Or.	Mod. Or.	Ag. Suj.	At. Obj.	Ind. Obj.	Total
1	-	-	+	+	-	+	+	-	-	-	4
2	-	-	-	+	-	+	+	-	-	-	3
3	-	+	+	+	+	+	+	+	-	-	7
4	-	+	+	+	+	+	+	+	-	-	7

PALAVRAS (QUASE) FINAIS

A linguagem faz parte do processo da construção histórico-social. Um exemplo disso é que os indivíduos que compõem a sociedade constroem permanentemente sua identidade a partir de um processo de interação social mediado pela linguagem. Com isso, podemos dizer que, por meio da linguagem, o homem transmite pensamento, realiza ações, etc. A realização de ações não se restringe à elaboração de mensagens, mas é um processo por meio do qual criamos, organizamos e transmitimos as nossas experiências.

Ao transmitirmos as nossas experiências, muitas vezes, lançamos mão de certas estruturas que nos remetem à teoria argumental (conjunto formado pelo verbo e os elementos obrigatórios por ele selecionados).

A (in)transitividade tem sido estudada sob várias perspectivas. Do ponto de vista tradicional, esse fenômeno é considerado apenas uma propriedade diretamente ligada ao verbo. Posição um pouco diferente pode ser verificada na abordagem da Gramática de Valências, a partir da proposição de Tesnière, a quem se atribuem as primeiras noções de valência, visto que foi ele que difundiu, sistematicamente, o conceito de valência verbal, como sendo a relação entre o verbo e o número de elementos que preenchem suas casas vazias.

O registro das incongruências existentes entre as abordagens do fenômeno da *transitividade* consignadas em diversas gramáticas da Língua Portuguesa motivou a presente investigação. Uma revisão da literatura que versa sobre o assunto evidenciou que o viés teórico funcionalista é o que explica com maior abrangência tal fenômeno.

Ignácio (2002, p. 120) assegura que o conceito de valência verbal se aproxima dos conceitos de regência e transitividade verbais, embora reconheça a maior abrangência no conceito de valência. Para ele, esse conceito permite rediscutir a nomenclatura tradicional dos elementos que completam o sentido do verbo. Na perspectiva valencial, além dos complementos obrigatórios na organização oracional, em que se têm objetos e sujeito, incluem-se os chamados complementos circunstanciais.

Ressalta-se, ainda, que valência é uma propriedade que se detecta no funcionamento do verbo, em sua realização discursiva. Ou seja, não é uma propriedade dada aprioristicamente, mas que surge das e nas relações enunciativas. Isso se evidenciou na análise que fizemos do primeiro texto do *corpus*.

Diferentemente dessa visão, o modelo teórico norteador deste capítulo, concebe a transitividade como uma propriedade que se manifesta ao longo do discurso. Logo, dentro desse pressuposto, cada elemento de uma frase exercerá um importante papel quanto à significação do todo. Assim, a transitividade é concebida como uma propriedade discursiva, conforme destaca Almeida (1999, p. 24).

A partir da análise dos dois textos, é possível observar que as cláusulas identificadas no plano da figura apresentam um alto grau de transitividade (destacadas em negrito). Esses resultados comprovam, ainda, a proposição de Hopper e Thompson (1980) no que se refere à gradação da transitividade. Esta não se limita apenas ao verbo, mas estende-se a toda cláusula.

Considerando o contexto pragmático em cada um dos textos, é possível observar que os planos discursivos destacam os enunciados centrais no plano da figura e os enunciados periféricos, no plano de fundo. Assim, as informações fundamentais aparecem em evidência, isto é, em primeiro plano, enquanto as informações complementares ficam em segundo plano.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. J. A. de. Transitividade, ergatividade e a ordem verbo-sujeito no processo de aquisição do português. **In:** *Veredas-Revista de estudos linguísticos*, v. 3, n. 2, jul./dez. 1999.
- BORBA, F. da S. et al. *Dicionário de usos do português do Brasil*. São Paulo: Ática, 2002.
- . *Uma teoria de valências para o português*. São Paulo: Ática, 1996.
- CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 18ª ed. São Paulo: Nacional, 1978.
- CUNHA, C. e CINTRA, L. F. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- FERREIRA, A. B. de. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2ª ed. ver. e amp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FURTADO DA CUNHA, M. A. Transitividade: estrutura argumental e ensino de gramática. **In:** II Encontro Nacional de Ciências da Linguagem Aplicadas ao Ensino, 2003, João Pessoa. *Anais do II ECLAE*. João Pessoa: Ideia, 2003, v. 1. p. 1319-1327.
- ; COSTA, M. A.; CEZARIO, M. M. Pressupostos teóricos fundamentais. **In:** CUNHA, M. A. F.; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. E. (Org.). *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- HOPPER, P.; THOMPSON, S. Transitivity in grammar and discourse. *Language*, 56 (2): 251-299, 1980.
- HOUAISS, A. *Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- IGNÁCIO, S. E. *Para uma tipologia dos complementos verbais do português contemporâneo do Brasil*. Tese de livre docência apresentada ao Departamento de Linguística da F.C.L. de Araraquara: UNESP, 1994.
- . *Análise sintática em três dimensões: uma proposta pedagógica*. Franca: Ribeirão, 2002.

KURY, A. da G. *Novas lições de análise sintática*. São Paulo: Ática, 1993.

LUFT, C. P. *Dicionário prático de regência verbal*. São Paulo: Ática, 1996.

OLIVEIRA, M. R. de. & VOTRE, S. *Corpus, discurso & gramática - a língua falada e escrita*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

ROCHA LIMA, C. H. da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 24ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.

SAID ALI, M. *Gramática secundária e gramática histórica da língua portuguesa*. 3ª ed. Brasília: UnB, 1964.

TESNIÈRE, L. *Éléments de syntaxe structurale*. Paris: Klincksieck, 1969.

VOTRE, S.; OLIVEIRA, Mariângela Rios. (Coords.). *A língua falada e escrita na cidade do Rio de Janeiro: materiais para seu estudo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

VERBOS PSICOLÓGICOS: A RELAÇÃO ENTRE A PERSPECTIVA DO EVENTO, A REALIZAÇÃO MORFOLÓGICA E OS GÊNEROS TEXTUAIS⁶.

Evelyne Dogliani (UFMG)
Carolina Dias Cunha (UFMG)

INTRODUÇÃO

Os verbos psicológicos são aqueles que denotam um estado emocional e têm como argumento o papel temático de Experienciador, que aparece tanto na posição de sujeito quanto na de objeto. Esses verbos possuem um comportamento particular em relação a outros intransitivos.

Nos exemplos que seguem, é possível observar que o argumento que recebe o papel temático de Experienciador é o sujeito em (1) e o objeto em (2):

- (1) João teme o desemprego.
- (2) O desemprego assusta João.

Nos exemplos acima é possível observar que João – ora como sujeito sintático (1), ora como objeto sintático (2) – sofre o estado emocional de medo.

Devido à singularidade de seu comportamento diante de certas propriedades, os verbos psicológicos são foco de pesquisas diversas, tanto na área da semântica quanto na área da sintaxe. Destacam-se: Whitaker-Franchi (1989), Cançado (1995, 1996), Madureira (2000) e Dogliani (2006 e 2007).

A CLASSIFICAÇÃO DOS VERBOS PSICOLÓGICOS

A literatura da área divide os verbos psicológicos em dois grupos. O primeiro grupo admite o Experienciador na posição de su-

⁶ Este artigo contém aspectos da minha monografia de conclusão do curso de especialização em Língua Portuguesa apresentada e aprovada na PUC/MG em 2008, sob orientação da Profa. Dra. Evelyne Dogliani.

jeito (doravante ExpS) e um Tema na posição de objeto. São verbos do tipo *temer* e estão exemplificados em (3). O segundo grupo, por sua vez, engloba verbos ergativo-causativos que admitem um Tema na posição de sujeito e o Experienciador na posição de objeto (doravante ExpO). São verbos do tipo *preocupar* e estão exemplificados em (4):

(3) João teme o desemprego.

(4) O desemprego preocupa João.

Entretanto, tal classificação não atende a todas as particularidades dos verbos psicológicos. O diferente comportamento de verbos de um mesmo grupo (grupo 2) levou pesquisadores a propor uma nova classificação.

Através de uma análise descritiva dos dados do português, Cançado (1995) propõe uma nova classificação para os verbos psicológicos. A autora analisa as redes temáticas e as propriedades sintáticas dos verbos psicológicos, a saber:

1. A capacidade de o verbo aceitar construções ergativas;
2. A capacidade de o verbo aceitar causativização;
3. A capacidade de o verbo aceitar inversão dos dois últimos argumentos (o que a autora chama de “inversão”);
4. Se o verbo apresenta passivização sintática ou adjetiva;
5. Se o verbo possui uma interpretação arbitrária quando temos *pro* como sujeito da oração;
6. Se o verbo permite orações causativas encabeçadas.

E cria as seguintes classes:

A classe 1 (verbo *temer*), aceita as propriedades 3, 4, 5 e 6.

A classe 2 (verbo *preocupar*), aceita somente as propriedades 1,2 e 4.

A classe 3 (verbo *acalmar*), aceita as propriedades 1, 2, 4, 5 e 6.

A classe 4 (verbo *animar*), aceita as mesmas propriedades das classes 2 e 3, dependendo da leitura que se faz da oração (agentiva ou não).

A classificação de Cançado (1995) fez surgir novas questões sobre o comportamento dos verbos psicológicos. Mesmo após dividir

os verbos em classes, as exceções ainda persistem. Por exemplo, nem todos os verbos oriundos do grupo 2 – verbos do tipo *preocupar* – realizam a propriedade da ergativização conforme (5):

(5a) Pedro provocou Paulo com palavras grosseiras.

(5b) * Paulo se provocou.

Outros verbos admitem tal propriedade, mas podem acarretar uma leitura ambígua, não sendo possível distinguir ExpS de ExpO, como em 6:

(6) Paulo aborrece Pedro.

A análise de Cançado, que propõe uma hipótese semântica para melhor compreender o comportamento dos verbos psicológicos, despertou o interesse de Madureira (2000). A autora, cujo trabalho se guia pelo papel que o léxico desempenha na mudança linguística, buscou investigar um pouco mais o comportamento dos verbos psicológicos, através da análise de dados reais, uma vez que Cançado analisara dados intuitivos.

Madureira (2000: 90) parte da hipótese que uma alteração da estrutura semântica atinge uma categoria lexical (grupo de verbos que não acarretavam traço de agentividade, e que, em algumas circunstâncias atuais, parece fazê-lo), provocando variação (uma nova estrutura sintática).

A análise da autora buscou conciliar as perspectivas sincrônica e diacrônica, tendo como suporte os pressupostos básicos do modelo da difusão lexical. Sua análise “pretende contribuir para o aprofundamento da reflexão acerca da atuação do léxico na mudança linguística” (Madureira, 2002, p. 110).

O modelo da difusão lexical postula que toda mudança linguística implementa-se gradativamente pelo léxico, isto é, a mudança é lexicalmente gradual e foneticamente abrupta (Wang, 1969 e Wang & Cheng, 1977 *apud* Labov, 1994). Tal ponto de vista se opõe àquele dos neogramáticos, que acreditam que a mudança linguística é foneticamente gradual e lexicalmente abrupta.

Após comparar dados relativos às diversas fases do português (do período arcaico ao século XX), Madureira (2000) propõe uma nova análise dos verbos psicológicos, subdividindo-os em três grupos:

Grupo 1: Verbos psicológicos que só admitem o Experienciador na posição de sujeito. Esse grupo caracteriza-se sintaticamente como de

verbos acusativos que são semanticamente não acusativos. Exemplos de verbos do grupo 1 são: *amar, desejar, temer* etc.

Grupo 2: Verbos psicológicos que admitem o Experienciador na posição de sujeito ou de objeto e admitem a correlação ergativo-causativo. Esse grupo compõe-se de verbos acusativos não causativos (*enojar, aborrecer*) ou inacusativos (*desesperar, pasmear*) que se causativizaram, e verbos originalmente causativos (*conformar, animar*) cujas estruturas reflexivas passam a ter a possibilidade de leitura ergativa.

Grupo 3: Verbos psicológicos que só admitem o Experienciador na posição de objeto (como *humilhar, conquistar*). Este grupo é constituído de verbos originalmente causativos.

A hipótese que a autora levanta é a de que o processo sintático de ergativização/causativização nos verbos psicológicos representa uma mudança sintática em curso, que tem como foco de origem os grupos 1 e 3 de sua classificação. Cogitou, assim, que esta mudança estaria se espalhando para outros verbos por meio da difusão lexical.

Em Dogliani (2006), a autora buscou estabelecer a relação entre a frequência dos tipos textuais, a função sintática do experienciador e as construções morfológicas dos verbos psicológicos. A autora encontrou um maior número de estruturas analíticas e com experienciador na posição de sujeito nos tipos textuais interativo e narrativo; entretanto, as estruturas sintéticas evidenciaram o experienciador na posição de objeto, ou seja, favoreceram a perspectiva da causa, e foram encontradas em textos do tipo teórico monologado.

METODOLOGIA

Buscou-se, através de uma pequena amostra, ilustrar o comportamento dos verbos psicológicos das classes 2 e 3 propostas por Madureira (2000) nas posições sintáticas de sujeito (ExpS) e objeto (ExpO), e nas formas analítica (ANA), sintética (SIN) e pronominal (PRO). As ocorrências pronominais foram encontradas somente dentro de estruturas ExpS do *corpus*. Exemplos de construções contendo as formas supracitadas são:

(7) '*Fiquei muito abalado quando soube que precisaria parar*'. (ANA/ ExpS) (*Época*, 21/05/2007)

(8) '*Meu filho me trouxe calma, deixei de ser uma pessoa carente*'. (ANA/ ExpO) (*Marie Claire*, fevereiro de 2007)

(9) O empreendimento não vingou, mas ele *se encantou* pelo Brasil. (SIN/ ExpS) (*Isto É*, 24/09/2003)

(10) Mas, quando ela me *humilhou*, ninguém se manifestou. (SIN/ ExpO) (*Marie Claire*, junho de 1995)

(11) A psicóloga Maribel não *se abalou* com o chororô da filha. (PRO/ ExpS) (*Marie Claire*, setembro de 2005)

Os verbos da primeira classe foram excluídos da amostra por não apresentarem variação em seu comportamento sintático-semântico, ou seja, por não apresentarem a propriedade da ergativização. Foram observadas as ocorrências dos seguintes verbos: abalar, aborrecer, abrandar, acalmar, animar, atormentar, comover, conquistar, encantar, fortalecer, humilhar, influenciar, intimidar, preocupar e tranquilizar.

O objetivo da análise é, também, observar a relevância dos gêneros textuais e da realização morfológica (SIN, ANA ou PRO). Para tal, os textos selecionados para compor o *corpus* da pesquisa foram retirados de revistas de grande circulação nacional, a saber: *Isto É*, *Veja*, *Época* e *Marie Claire*. Por serem revistas que atendem a diferentes públicos, é possível observar uma grande variedade de gêneros textuais nas mesmas. O *corpus* é composto pelos seguintes gêneros: cartas de leitores, entrevistas, horóscopos, artigos, reportagens, enquetes e depoimentos.

Entretanto, é necessário lembrar que mesmo que um gênero textual se caracterize por um tipo textual predominante, é possível encontrar uma grande diversidade de tipos textuais em um mesmo gênero. Por exemplo, em um artigo ou uma reportagem de revista, espera-se encontrar o tipo textual dissertativo predominante no texto. Porém, foram frequentes as ocorrências de trechos do tipo narrativo nesse gênero, podendo-se observar uma mescla de tipos textuais dentro de um gênero. Para Bronckart (2003),

Uma língua natural só pode ser apreendida através das produções verbais efetivas, que assumem aspectos muitos diversos, principalmente por serem articuladas em situações de comunicação muito diferentes. São essas formas de realização empíricas diversas que chamamos de textos.

O uso dos verbos psicológicos em situações de interação verbal real geralmente privilegia o ponto de vista do experienciador, se-

gundo pesquisas empíricas. As interações verbais, no caso dos textos escritos em análise, podem ser exemplificadas pelos gêneros: entrevista, carta, depoimento e enquête. Do outro lado, encontram-se textos do gênero expositivo que, segundo Bronckart (*ibidem*), têm como tipo principal o discurso teórico monologado. Neste segundo grupo encontram-se artigos, reportagens e textos parecidos.

É fato que os gêneros textuais são entidades muito vagas; as diversas classificações são divergentes e muitas vezes parciais, o que nos leva a acreditar que nenhuma delas deve ser considerada um modelo de referencia estabilizado e coerente (Bronckart, *ibidem*). Na presente análise optou-se por dividir os diversos gêneros encontrados nos textos em dois grupos, baseando-se nas semelhanças linguísticas dos segmentos:

- Grupo 1: artigos, reportagens e horóscopo – textos que se caracterizam pela objetividade e, por isso, espera-se que contenham um número maior de estruturas que favorecem a perspectiva da causa. Porém, muitos dos textos analisados apresentavam a fala em primeira pessoa.

- Grupo 2: carta de leitor, depoimento, enquête e entrevista – textos que se aproximam mais da linguagem oral, reproduzindo o discurso do interlocutor. Caracterizam-se por um grande volume de relatos de experiências pessoais. Os depoimentos, as entrevistas e as enquetes, acima de tudo, revelam uma menor preocupação com a língua, principalmente por induzirem os interlocutores a revelar mais seus sentimentos.

ANÁLISE DOS DADOS

A Perspectiva do Evento e a Realização Morfológica

Os diferentes *corpora* e estudos anteriormente citados revelaram que os verbos psicológicos têm como foco preferencial o experienciador, ou seja, eles privilegiam estruturas em que o experienciador se encontra na posição de sujeito sintático da frase. Madureira (2000) observou, através de uma pesquisa em que se analisaram diversos *corpora* nas modalidades oral e escrita, que essa preferência “é mais acentuada na modalidade oral, mas não deixa de se fazer presente na modalidade escrita”.

Na presente análise, dos 256 dados analisados, 130 (50,7%) referem-se a ocorrências em que o experienciador encontra-se na posição de sujeito e 126 (49,2%) referem-se ao experienciador na posição de objeto – um resultado pouco mais equilibrado do que aquele encontrado por Dogliani (2006), em que 62,9% dos dados se referia ao experienciador na posição de sujeito contra 37,1% na posição de objeto. Observe-se a tabela 1:

Função Sintática do Experienciador		ExpS	ExpO
Dados	Total por Exp	130	126
	%	50,7%	49,2%
	Total	256	

Tabela 1: Experienciador por função sintática

Dogliani (*ibidem*) observou que os maiores percentuais encontravam-se na forma analítica quando o experienciador apresentava-se na posição de sujeito (70% das ocorrências na modalidade oral, 65,3% na modalidade escrita), e na forma sintética quando na função de objeto (83,3% das ocorrências na modalidade oral, 60,7% na modalidade escrita). A tabela seguinte mostra com mais precisão a relação entre a função sintática do experienciador e sua realização morfológica:

Função Sintática do Experienciador		ExpS			ExpO	
Dados	Dados por Experienciador	SIN	ANA	PRO	SIN	ANA
		2	75	53	100	26
	%	1,5%	57,7%	40,8%	79,3%	20,7%

	Total por Exp	130	126
	%	50,7%	49,2%
	Total	256	

Tabela 2: Experienciador por função sintática e realização morfológica

Quanto à realização morfológica, verifica-se que, quando o experienciador está na posição de sujeito, tem-se um maior percentual de ocorrências na forma analítica (57,7% das ocorrências). Quando o experienciador se apresenta como objeto sintático da oração, verifica-se uma forte tendência à forma sintética. Em outras palavras, pode-se dizer que estruturas ExpS favorecem as formas analíticas enquanto estruturas ExpO favorecem a forma sintética do verbo. Exemplos retirados do *corpus* são:

ExpS

(12) Hoje *acalmamos* e eu me sinto mais à vontade (...). (SIN) (*Marie Claire*, abril de 2004)

(13) O pai de Victoire, por sua vez, *ficou tão comovido* com a notícia da gravidez que até chorou. (ANA) (*Marie Claire*, outubro de 2000)

(14) “Os comentários foram tão favoráveis que eu *me animei*, minha auto-estima aumentou”. (PRO) (*Marie Claire*, agosto de 2001)

ExpO

(15) Minha mãe *humilhou* nós duas como fazia quando a gente era pequena. (SIN) (*Marie Claire*, fevereiro de 2003)

(16) O conteúdo das cartas *causou preocupação* entre os associados e fez com que chovessem consultas no serviço de atendimento ao consumidor do Procon. (ANA) (*Época*, 25/06/07)

Os resultados encontrados corroboram os achados de Cupertino (2003). Em sua pesquisa, a autora (*apud* Dogliani, 2006) analisou dados de um *corpus* composto de textos retirados da revista *Claudia* e chegou à conclusão que os enunciados favorecem a realização do experienciador como sujeito sintático da oração e a predominância de formas analíticas. Entretanto, Dogliani faz uma ressalva ao chamar a atenção para o fato de que muitos dos textos presentes em revistas femininas como a analisada contêm um expressivo número de depoimentos e narrativas pessoais e, desta maneira, favorecem a perspectiva do experienciador, tendenciando, assim, os resultados.

Se os gêneros comumente encontrados em revistas femininas, em que os textos se aproximam da linguagem oral, favorecem a perspectiva do experienciador na posição de sujeito, fez-se necessário uma pesquisa mais rigorosa utilizando-se de uma maior variedade de gêneros. Ao deparar-se com a hipótese de que outros tipos discursivos poderiam privilegiar a perspectiva da causa, Dogliani (*ibidem*) buscou dados em gêneros alternativos. Ao analisar os dados de um *corpus* composto por artigos de diversas seções da revista *Veja*, observou a surpreendente presença de 48,9% de estruturas ExpS, além de 73,3% das ocorrências na forma analítica. Segundo a autora,

(...) o aumento das construções orientadas pela perspectiva da causa não impediu que as construções ExpS emergissem em volume praticamente equivalente. Portanto, se, em outros gêneros textuais essas construções são maioria e alcançam percentuais próximos a 50% nos gêneros mais restritos como os das seções selecionadas da revista *Veja*, pode-se dizer que, de fato, esses verbos favorecem a perspectiva do experienciador. (p.8)

Na seção seguinte, é possível conferir uma análise mais precisa da relação entre os gêneros textuais e a perspectiva do evento.

A Perspectiva do Evento, a Realização Morfológica e Os Gêneros Textuais

Bronckart (2003) observa que os tipos de discurso são formas de organização linguística, em número limitado, que compõem os gêneros textuais. Desta maneira, podemos constatar que um mesmo tipo discursivo pode estar presente em diferentes gêneros textuais.

Os tipos discursivos mais frequentes que compõem os gêneros textuais analisados são o interativo e o narrativo, muito presentes nas entrevistas, enquetes, cartas de leitores e, até mesmo nos artigos. Tais tipos discursivos são, coincidentemente, aqueles presentes nas interações verbais do dia-a-dia das pessoas. Observou-se que no uso dos verbos psicológicos, as interações verbais reais favorecem o ponto de vista do experienciador.

Dos 256 dados analisados, 137 foram encontrados em artigos, 64 em depoimentos e 34 em entrevistas, sendo esses gêneros os mais numerosos do *corpus*. Em seguida, observaram-se 9 ocorrências em

cartas de leitores, 6 em horóscopos, 4 em reportagens e 2 em enquetes. Observem-se as seguintes tabelas:

Função Sintática do Experienciador		ExpS			
Dados por gênero textual	Realização Morfológica	SIN	ANA	PRO	Total
	Artigo	-	28 50%	28 50%	56 100%
	Carta de leitor	-	4 100%	-	4 100%
	Depoimento	2 4,6%	26 60,4%	15 35%	43 100%
	Enquete	-	-	1 100%	1 100%
	Entrevista	-	15 68%	7 32%	22 100%
	Horóscopo	-	1 50%	1 50%	2 100%
	Reportagem	-	1 50%	1 50%	2 100%
	Total	2 1,5%	75 57,7%	53 40,8%	130 100%

Tabela 3: A perspectiva do evento e os gêneros textuais - ExpS.

Função Sintática do Experienciador		ExpO		
Dados por gênero textual	Realização Morfológica	SIN	ANA	Total
	Artigo	65 80,2%	16 19,8%	81 100%
	Carta de leitor	5 100%	0 0%	5 100%
	Depoimento	16 76%	5 24%	21 100%
	Enquete	0 0%	1 100%	1 100%
	Entrevista	9 75%	3 25%	12 100%
	Horóscopo	4 100%	0 0%	4 100%
	Reportagem	1 50%	1 50%	2 100%
	Total	100 79,4%	26 20,6%	126 100%

Tabela 4: A perspectiva do evento e os gêneros textuais - ExpO.

As tabelas mostram que há uma relação mais equilibrada entre as realizações analíticas e pronominais em ExpS. Apesar de compreenderem 57,7% das ocorrências, não se pode afirmar que as realizações ANA são favorecidas por estruturas ExpS, conforme conclui Dogliani (2006). Os resultados da tabela 4, entretanto, estão de acordo com a análise da autora, pois é possível observar que quase 80% das ocorrências ExpO encontram-se na forma SIN.

Para facilitar a compreensão da análise dos dados, optou-se por dividir os gêneros textuais em dois grupos, baseando-se nas semelhanças linguísticas dos mesmos. O grupo 1 (artigos, reportagens e horóscopo) apresenta textos que não privilegiam depoimentos ou narrativas pessoais, favorecendo, assim, a perspectiva da causa. Em contrapartida, o grupo 2 (carta de leitor, depoimento, enquete e entrevista) é composto por textos que, de certa forma, reproduzem a linguagem oral por haver menor preocupação com as formas linguísticas. Observe-se a tabela 5:

Função Sintática do Experienciador		ExpS	ExpO
Dados por grupos de gêneros textuais	Grupo 1	60	87
	%	40,8%	59,2%
	Total	147 (57,4%)	
	Grupo 2	70	39
	%	64,2%	35,8%
	Total	109 (42,6%)	
	Total geral	256	

Tabela 5: A perspectiva do evento e os grupos de gêneros textuais.

Agrupados dessa maneira, é possível perceber que os dados do grupo 1 apontam para o favorecimento da perspectiva do objeto (59,2% das ocorrências). Mesmo assim, verifica-se um expressivo número de ocorrências que favorecem a perspectiva do experienciador na posição de sujeito – 40,8% das ocorrências. O grupo 2, por sua vez, indica a direção oposta; por se aproximar mais da linguagem oral, 64,2% das ocorrências favorecem a perspectiva do experienciador na posição de sujeito contra 35,8% das ocorrências favorecendo a perspectiva da causa.

Analisando-se os grupos por realização morfológica, observa-se que o grupo 1 contém mais dados na forma SIN quando na posição de objeto (80,5 %), enquanto as ocorrências ExpS dividem-se igualmente entre ANA e PRO. O grupo 2 também apresenta uma porcentagem maior de realizações SIN na posição de objeto (77%). A posição de sujeito, porém, divide-se em 64,2% de ocorrências ANA, 2,8% de ocorrências SIN e 33% de ocorrências PRO, como mostra a tabela 6:

Função Sintática do Experienciador		ExpS			ExpO	
Dados por grupos de gêneros textuais	Realização morfológica	ANA	SIN	PRO	ANA	SIN
	Grupo 1	30	-	30	17	70
	%	50%	-	50%	19,5%	80,5%
	Total por Exp	60 (100%)			87 (100%)	
	Total por grupo	147				
	Grupo 2	45	2	23	9	30
	%	64,2%	2,8%	33%	23%	77%
	Total por Exp	70 (100%)			39 (100%)	
	Total por grupo	109				
	Total geral	256				

Tabela 6: Os gêneros textuais e realização morfológica

CONCLUSÃO

Os dados encontrados nesta análise se assemelham àqueles encontrados na pesquisa de Dogliani (2006). Corroborando a hipótese de que verbos psicológicos aceitam preferencialmente o experienciador na posição de sujeito sintático da oração, a presente análise mostrou que 50,7% das ocorrências exibem esse perfil. Além do mais, a hipótese de que estruturas ExpS favorecem a realização morfológica analítica também foi reforçada por 57,7% das ocorrências ExpS. Pode-se dizer, então, que no português do Brasil, são mais comuns as sentenças do tipo “João *fica preocupado* com o desemprego” do que “João (*se*) *preocupa* com o desemprego”.

Procurou-se reunir uma quantidade mais variada de gêneros textuais, dividindo-os em dois grupos. Como resultado, encontrou-se 40,8% de construções ExpS no grupo 1 (onde não há predominância de narrativas) contra 64,2% no grupo 2 (composto por gêneros textuais que se assemelham à língua oral).

Assim, conclui-se que a relação ExpS – ANA é estabelecida quando o principal tipo discursivo é o narrativo ou interativo (presentes no grupo 2). Já o tipo teórico monologado (presente no grupo 1) está diretamente ligado às realizações ExpO – SIN.

Espera-se que os resultados apresentados nesta análise possam contribuir para outros estudos em andamento que buscam compreender o comportamento idiossincrático dos verbos psicológicos e suas relações sintáticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRONCKART, J. P. *Atividade de linguagem, textos e discursos – Por um interacionismo sócio-discursivo*. São Paulo: EDUC, 2003.

CANÇADO, M. *Verbos psicológicos: A relevância dos papéis temáticos vistos sob a ótica de uma semântica representacional*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 1995.

———. Análise descritiva dos verbos psicológicos do português brasileiro. In: *Revista de Estudos da Linguagem*. Belo Horizonte: UFMG, v. 5, p. 89-114, 1996.

DOGLIANI, E. O papel do tipo discursivo na integração entre perspectiva do evento e tipos de construções verbais. **In:** MACHADO, I. L. *et alli* (orgs.). *Análise do discurso: gêneros, comunicação e sociedade*. Belo Horizonte: FALE/ UFMG, v. 1, p. 65-74, 2006.

———. Relação sintaxe-semântica: uso e frequência das principais estruturas dos verbos psicológicos. **In:** *Revista de Estudos da Linguagem*. Belo Horizonte: UFMG, v. 15, p. 17-38, 2007.

LABOV, W. Evidence for lexical diffusion. **In:** *Principles of Linguistic Change – Internal Factors*. London: Basil Blackwell, 1994.

MADUREIRA, E. D. *Difusão lexical e mudanças sintático-semânticas: Os verbos psicológicos*. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: FALE/ UFMG, 2000.

———. Variação nas construções pronominais dos verbos psicológicos: uma decorrência de diferentes percursos históricos. **In:** COHEN & RAMOS (orgs.). *Dialeto mineiro e outras falas – Estudos de variação e mudança linguística*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2002.

RUWET, N. A propos d’une classe de verbes “psychologiques”. **In:** ——. *Théorie Syntaxique et Syntaxe du Français*. Paris: Editions du Soleil, 1972.

WHITAKER-FRANCHI, R. C. M. *As construções ergativas: Um estudo semântico e sintático*. Dissertação de Mestrado. Campinas: IEL/Unicamp, 1989.

INSTRUÇÕES EDITORIAIS

1. O texto completo dos trabalhos do Congresso Nacional de Linguística e Filologia devem ter os mesmos títulos dos resumos correspondentes, que forem enviados com o Formulário de Inscrição.
2. Cada trabalho apresentado ao CiFEFiL deve seguir estas normas:
 - 2.1. Os originais devem ser digitados em Word para Windows, com extensão .DOC;
 - 2.2. Configuração da página: A-5 (148 X 210 mm) e margens de 25 mm;
 - 2.3. Fonte Times New Roman, tamanho 10 para o texto e tamanho 8 para citações e notas;
 - 2.4. Parágrafo justificado com espaçamento simples;
 - 2.5. Recuo de 1 cm para a entrada de parágrafo;
 - 2.6. Mínimo de 05 e máximo de 12 páginas (exceção para os minicursos, que podem ter até 20 páginas);
 - 2.7. As notas devem ser resumidas e colocadas no pé de cada página;
 - 2.8. A bibliografia deve ser colocada ao final do texto;
3. Os trabalhos completos devem ser enviados por e-mail para eventos@filologia.org.br até o primeiro dia do evento (exceção para os textos dos minicursos, que devem ser enviados até o final de junho).

ATENÇÃO:

Os textos em língua portuguesa devem ser apresentados segundo as novas regras ortográficas vigentes.

Outras informações podem ser adquiridas pelo endereço eletrônico eventos@filologia.org.br ou pelo telefone (21) 2569-0276.

